



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Aquisição de tendas pantográficas para agricultura familiar do município.

2. DA JUSTIFICATIVA

A aquisição de equipamento tendas pantográficas para abrigo e exposição em feira livre de produtos da agricultura familiar do município.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS E QUANTITATIVOS

As especificações e a quantidade a ser adquirida são:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
5922 1	Aquisição de Tendas Pantograficas 2x2. com estrutura em aço galvanizado chapa 16. Cobertura em lona PVC 1D 1000 anti mofo. Com balcão frontal e lateral em aço. Saias para fechamentos laterais e um fechamento de fundo	Unidade	9	3.297,33	29.675,97
TOTAL					29.675,97

5. ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto da presente contratação será exercida por profissional designado para tal finalidade, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93: CLOVIS FRANÇA SILVEIRA.

6. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS


O valor total estimado aproximado para aquisição dos materiais de expediente é de R\$ 29.675,97

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos indicados pela contabilidade.

8. DA EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

Contrato com execução de 36 meses e vigência de 60 meses.


Clovis França Silveira
Diretor Depart. de Agricultura

CLOVIS FRANÇA SILVEIRA
DIRETOR DO DEPARTAMENTO
DE AGRICULTURA
PORTARIA Nº 004/2021


Luis Antonio Mezomo
Fiscal Técnico


Glênio José Malto
Fiscal Geral

MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES
CNPJ 01614415/0001-18

TENDA PIRAMIDAL

PRODUTO	TENDAS	PREÇO	PREÇO TOTAL
Tenda sanfonada 2x2, com estrutura em aço galvanizado chapa 16. Cobertura em lona PV C anti mofo. Com balcão frontal e lateral em aço. Saias para fechamentos laterais e um fechamento de fundo	01	R\$2.850,00	R\$2.850,00
VALOR TOTAL		R\$2.850,00	

FRETE: CIF

Prazo de fabricação: 15 A 30 dias

Pagamento: A COMBINAR

Orçamento válido por 90 dias

Especificações do produto:

Tenda sanfonada 2x2, com estrutura em aço galvanizado. Cobertura em lona PVC anti- mofo. Com balcão frontal e lateral em aço. Saias para fechamentos laterais e um fechamento de fundo

Assinatura
Famile Ribeiro
Deposito venda
Whats (41) 98130306
26.764.172/0001-25
AMPLA COBERTURAS E EVENTOS LTDA - ME
R. AVIADOR MAX FONTOURA, 952 - MAUA - COLOMBO/PR
CNPJ: 26.764.172/0001-25
L. E. 9074344-0

Rua Aviador max fontoura, 952, Maua, Colombo/Pr - Cep: 83.413-530
Fone/Fax(41)9-9813-0306
ampla.coberturas@gmail.com
Ampla Coberturas E Eventos Ltda - Me
Cnpj:26.764.172/0001-25
I.E: 9074344-0



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 26.764.172/0001-25 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 27/12/2016
NOME EMPRESARIAL AMPLA COBERTURAS E EVENTOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AMPLA COBERTURAS E EVENTOS		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias 46.85-1-00 - Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R AVIADOR MAX FONTOURA	NÚMERO 952	COMPLEMENTO *****
CEP 83.413-530	BAIRRO/DISTRITO MAUA	MUNICÍPIO COLOMBO
ENDEREÇO ELETRÔNICO AMPLACOBERTURAS@GMAIL.COM		UF PR
TELEFONE (41) 3606-0616/ (41) 3653-5376		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/12/2016
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/10/2021 às 12:01:19 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



PREFEITURA DE CEL DOMINGOS SOARES
A/C Luis Antonio Mezomo
Departamento de Agricultura
46-3254-1333

PROPOSTA COMERCIAL VENDA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PREÇO UNIT	TOTAL
1	Tenda Pantográfica 2x2, com estrutura em aço galvanizado chapa 16. Cobertura em lona PVCTD 1000 anti mofo. Com balcão frontal e lateral em aço. Saias para fechamentos laterais e um fechamento de fundo	01	R\$ 3.100,00	R\$ 3.100,00

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

Colombo, 06 de agosto de 2021.

Att,

Wagner Jensen
Tendas Paraná Ltda

11.756.934/0001-74

TENDAS PARANÁ LTDA

Rua Shirlei Boeira Souto nº451
Mauá - CEP: 83.413-740

Colombo - PR

Cobrindo com Segurança e Qualidade

Rua Shirlei Boeira Souto, 451, Mauá - Colombo, Cep.: 83.413.740, Fone/Fax(41)3606-5870
www.tendasparana.com.br / contato@tendasparana.com.br

Tendas Paraná Ltda
Cnpj:11.756.934/0001-74
I.E: 90520809-80



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.756.934/0001-74 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/03/2010
NOME EMPRESARIAL TENDAS PARANA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TENDAS PARANA		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 13.54-5-00 - Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 25.11-0-00 - Fabricação de estruturas metálicas 43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias 46.85-1-00 - Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R SHIRLEI BOEIRA SOUTO	NÚMERO 451	COMPLEMENTO *****
CEP 83.413-740	BAIRRO/DISTRITO MAUA	MUNICÍPIO COLOMBO
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO ADM@TENDASPARANA.COM.BR		TELEFONE (41) 3606-5870
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/03/2010
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 10/08/2021 às 07:39:21 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Centro Oeste

Comércio de Móveis e Equipamentos Ltda.

FONE (46) 3536-6378 - E-mail: anamichele@hotmail.com

Ao
Município de Coronel Domingos Soares/PR

Diante da solicitação, emitimos o presente

ORÇAMENTO

Tenda Pantografica 2x2, com estrutura em aço galvanizado chapa 16. Cobertura em lona PVCTD 1000 anti mofo. Com balcão frontal e lateral em aço. Saias para fechamentos laterais e um fechamento de fundo	3.942,00
--	----------

Os itens cotados apresentam valores unitários. A presente proposta é válida por 30 (trinta) dias. Prazo de entrega é de 30 (trinta) dias. Prazo para pagamento 30 (trinta) dias.

Dois Vizinhos, 27 de setembro de 2021.

At.te

Anamichele
CENTRO OESTE COMÉRCIO DE
MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA.
73.334.476/0001-32
RUA PRUDENTE DE MORAIS, 855 - CENTRO - CEP 85660-000 - DOIS VIZINHOS - PARANÁ



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
73.334.476/0001-32
MATRIZCOMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRALDATA DE ABERTURA
09/09/1993

NOME EMPRESARIAL

CENTRO OESTE - COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
CENTRO OESTE MOVEIS E MAQUINASPORTE
EPPCÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
47.59-8-01 - Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária LimitadaLOGRADOURO
R PRUDENTE DE MORAISNÚMERO
855COMPLEMENTO
*****CEP
85.660-000BAIRRO/DISTRITO
CENTRO NORTEMUNICÍPIO
DOIS VIZINHOSUF
PRENDEREÇO ELETRÔNICO
SANTOLIN.MOVEIS@HOTMAIL.COMTELEFONE
(46) 3536-6378ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVADATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL
*****DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 28/09/2021 às 08:34:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**TERMO DE CONVÊNIO Nº 090/2020
QUE CELEBRAM O ESTADO DO
PARANÁ, POR SUA SECRETARIA
DE ESTADO DA AGRICULTURA E
DO ABASTECIMENTO – SEAB E O
MUNICÍPIO DE CORONEL
DOMINGOS SOARES.**

O ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.416.957/0001-85, com sede nesta capital, na Rua dos Funcionários, nº 1559, CEP 80.035-050 – Cabral, Curitiba, PR, doravante denominada SEAB, neste ato representada por seu Secretário, NORBERTO ANACLETO ORTIGARA, nomeado pelo Decreto nº 1441/2019, inscrito no CPF sob o nº 231.562.879-20, portador da carteira de identidade nº 1.185.513-0, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocalúva, 73, Curitiba-PR e o MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.614.415/0001-18, com sede na Avenida Araucária, nº 3120, CEP 85.557-000, neste ato representado pela Chefe do Poder Executivo, MARIA ANTONIETA DE ARAÚJO ALMEIDA, portadora do Registro Civil nº 1.445.025-4 - SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 396.207.199-72, residente e domiciliado na Rua Lauro Eschemback, nº 21, CEP 85.557-000, Município de Coronel Domingos Soares - PR, doravante denominado CONVENENTE, resolvem celebrar este Convênio, em consonância com o contido no protocolado sob nº 16.212.710-1 e seus apensos e à vista da delegação de competência conferida pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, nos termos do Despacho publicado na imprensa oficial estadual -Edição nº 10576, de 03 de dezembro de 2019 e do § 6º, do art. 1º, do Decreto nº 4189/2016, que será regido pelas disposições da Lei Estadual nº 15.608/2007 e da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio a conjugação de esforços destinada à melhoria da renda e da qualidade de vida de 71 (setenta e um) agricultores familiares sediados nas comunidades rurais do Município, que exploram as atividades de horticultura e fruticultura orgânica, panificação, leite e grãos, visando o fortalecimento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, mediante transferência voluntária de recursos do CONCEDENTE ao CONVENENTE, para aquisição de 10 (dez) tendas para feira livre e 01 (uma) plantadeira adubadora 5 linhas, conforme detalhamento constante do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este Convênio, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado pelas autoridades competentes, bem como os documentos constantes do protocolado sob o nº 16.264.275-8.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, com início na data publicação de seu extrato na Imprensa Oficial Estadual, podendo ser prorrogado nos termos da lei, mediante termo aditivo.

Handwritten signatures and initials:
A large stylized signature, possibly "F".
Initials "MB".
Initials "JA".



CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Compete à CONCEDENTE:

- 4.1.1. Repassar à conta do **CONVENIENTE** os recursos financeiros, em estrita observância ao Cronograma de Desembolso, constante no Plano de Trabalho deste Convênio;
- 4.1.2. Realizar o acompanhamento, a fiscalização, o controle, a supervisão e a avaliação do cumprimento do objeto deste convênio, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas *in loco*;
- 4.1.3. Notificar o **CONVENIENTE**, quando constatada mora na execução do objeto, e adotar as medidas administrativas e judiciais necessárias à regularização da situação;
- 4.1.4. Emitir **Termo de Cumprimento dos Objetivos** atestando o término do Convênio, o qual está condicionado ao atingimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho;
- 4.1.5. Alimentar e atualizar as informações no Sistema Integrado de Transferências – SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;
- 4.1.6. Analisar e aprovar os Relatórios de Atividades e a prestação de contas parciais e final, dos recursos financeiros aplicados na consecução do objeto deste Convênio;
- 4.1.7. Publicar, no Diário Oficial do Estado, o extrato do presente instrumento até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura e dos eventuais aditivos, se houver;
- 4.1.8. Instaurar, em prazo não excedente a 30 (trinta) dias, Tomada de Contas Especial, nas hipóteses previstas nos art. 233 e 234, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- 4.1.9. Manter atualizadas no Sistema Integrado de Transferências (SIT) do TCE/PR, a partir da publicação do extrato deste instrumento, o Cadastro, o Plano de Trabalho e o registro do Servidor encarregado pela fiscalização do ajuste;
- 4.1.10. Notificar o **CONVENIENTE** quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados quando não houver sido apresentada no prazo legal ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos objeto da transferência voluntária;
- 4.1.11. Comunicar expressamente ao **CONVENIENTE** sobre quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos relativos a este Convênio ou outras pendências de ordem técnica, concedendo ao **CONVENIENTE** prazo para o saneamento ou apresentação de esclarecimentos, que não poderá ser superior a 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período;
- 4.1.12. Na hipótese de não obtida a satisfação das pendências de que trata a subcláusula precedente, apurar eventuais danos e comunicar o fato ao **CONVENIENTE**, para que promova o ressarcimento do valor apurado, instaurando, se for o caso, a Tomada de Contas Especial;
- 4.1.13. Analisar e, se for o caso, aprovar a proposta de reformulação do Plano de Trabalho, acompanhada de justificativa, desde que não implique em alteração do objeto e encaminhada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para o término da vigência do ajuste;
- 4.1.14. Intervir, pelo seu órgão de Controle Interno, no exercício dos deveres de acompanhamento e fiscalização do objeto deste convênio, a qualquer tempo, junto aos órgãos da própria **CONCEDENTE**, como também do **CONVENIENTE**, por intermédio da Unidade Gestora de Transferências – UGT;
- 4.1.15. Emitir, por iniciativa de seu órgão de Controle Interno, relatório ao final da execução do convênio, com observância às demais atribuições impostas pelo art.



22, da Resolução nº 028/2011 do TCE/PR, com as alterações dispostas pela Resolução nº 046/2014 do TCE/PR.

4.2. Compete a CONCEDENTE:

4.2.1. Executar as ações fixadas no Plano de Trabalho, objeto deste Convênio, de acordo com o que rege a Lei Estadual nº 15.608/2007 e a Lei nº 8.666/93, observando rigorosamente as metas, etapas, cronogramas e estratégias de ação constantes do Plano de Trabalho;

4.2.2. Utilizar os recursos alocados pela **CONCEDENTE** para a plena execução do objeto descrito na Cláusula Primeira, em conformidade com os prazos consignados neste ajuste, de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho e com os procedimentos legais;

4.2.3. Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em caderneta de poupança específica, aberta na instituição financeira contratada pela **CONCEDENTE** conforme o Decreto Estadual nº 4505/2016 e a Resolução SEFA nº 1.212/2016, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os com observância ao disposto no Plano de Trabalho e exclusivamente, no cumprimento de seu objeto;

4.2.4. Proceder ao depósito de contrapartida convencionada neste instrumento, se houver, na conta bancária específica do Convênio, observando-se os prazos fixados no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

4.2.5. Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros estabelecidos na **Cláusula Quinta** deste Convênio;

4.2.6. Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos referentes à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

4.2.7. Instituir uma Unidade Gestora de Transferências (UGT) para controlar a aplicação dos recursos deste convênio, controlar a movimentação financeira dos recursos transferidos e aferir as despesas pertinentes à execução do ato de transferência;

4.2.8. Previamente ao repasse da parcela prevista no Plano de Trabalho, apresentar à **CONCEDENTE** prova de regularidade com a Fazenda Nacional, incluindo prova de regularidade relativa à Seguridade Social, com a Fazenda Estadual, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, bem como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Liberatória junto ao Tribunal de Contas do Estado e consulta ao CADIN, conforme estabelecido na **Cláusula Oitava** deste Convênio;

4.2.9. Efetuar as prestações de contas parciais e final à **CONCEDENTE**, na forma estabelecida neste Convênio;

4.2.10. Efetuar as prestações de contas parciais e final ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências – SIT, conforme Resolução nº 28/2011, alterada pela Resolução nº 46/2014 e Instrução Normativa nº 61/2011, todas da referida Corte de Contas;

4.2.11. Informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo Sistema Integrado de Transferências – SIT, conforme exigências da Resolução nº 028/2011 e Instrução Normativa nº 61/2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;

4.2.12. Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução e gestão financeira deste convênio, comunicando tal fato à **CONCEDENTE**;

Handwritten signatures and initials: F, E, A



4.2.13. Restituir à **CONCEDENTE**, o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros na forma da legislação aplicável aos débitos junto à Fazenda Estadual:

- a) Quando não for executado o objeto deste instrumento;
- b) Quando não forem apresentadas as prestações de contas nos prazos estabelecidos;
- c) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.

4.2.14. Restituir à **CONCEDENTE**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão do objeto, denúncia, rescisão ou extinção deste convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, devidamente atualizada, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial, providenciada pela autoridade competente da **CONCEDENTE**;

4.2.15. Prestar à **CONCEDENTE**, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros recebidos por força deste convênio;

4.2.16. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

4.2.17. Responsabilizar-se, de forma exclusiva, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto deste convênio, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da **CONCEDENTE** a inadimplência do **CONVENIENTE** em relação aos referidos pagamentos;

4.2.18. Assumir a responsabilidade, de forma exclusiva, nas esferas civil, penal e administrativa pela execução do objeto deste convênio, em especial pela utilização dos implementos agrícolas adquiridos com os recursos transferidos pela **CONCEDENTE**;

4.2.19. Preservar todos os documentos originais relacionados ao presente convênio em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do TCE/PR pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas;

4.2.20. Manter, durante a execução do objeto deste convênio, todos os requisitos exigidos para sua celebração;

4.2.21. Franquear aos agentes da Administração Pública, do Controle Interno e do Tribunal de Contas, livre acesso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

4.2.22. Dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público do Estado do Paraná;

4.2.23. Destacar a participação do **Estado do Paraná – SEAB** em todas as ações relacionadas à execução desse convênio, quando de caráter educativo, informativo ou de orientação social, observadas as vedações legais, em especial a Lei Federal nº 9.504/1997;

4.2.24. Divulgar que a aquisição foi realizada, com recursos advindos do **Estado do Paraná – SEAB**, mediante plaqueta contendo o seguinte texto: **EQUIPAMENTO ADQUIRIDO COM RECURSOS DA SEAB**;

4.2.25. Indicar expressamente o servidor responsável pela gestão das ações referentes ao convênio;

4.2.26. Não autorizar o pagamento antecipado ou adiantamento pelo fornecimento de bens e ou serviços ainda não entregues, com recursos deste Convênio;

Handwritten signatures and initials:
A large stylized signature, possibly 'F'.
To the right, the initials 'EB' and 'MA' are written.



- 4.2.27. Não repassar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto do presente convênio;
- 4.2.28. Solicitar a prorrogação da vigência do convênio, mediante Termo Aditivo, com observância ao contido na Cláusula Terceira e com a apresentação das razões que justifiquem a inexecução do objeto no prazo ajustado;
- 4.2.29. Providenciar o credenciamento junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços da Secretaria de Estado da Previdência, a teor do art. 4º incs. I e II do Decreto nº 9762/2013;
- 242.30. Assegurar a observância da vedação imposta pelo art. 7º, do Decreto Estadual nº 2485, de 21 de agosto de 2019, no respeitante à execução do objeto deste Convênio.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 5.1. Os recursos financeiros, a serem repassados para a execução do objeto deste Convênio, totalizam a quantia de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), cumprindo à **CONCEDENTE** repassar a quantia de R\$ 68.400,00 (sessenta e oito mil e quatrocentos reais) e os demais 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) caberão ao **MUNICÍPIO**, a título de contrapartida financeira, em conformidade com o estabelecido no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.
- 5.2. Na hipótese de o objeto deste Convênio vir a ser alcançado com a utilização parcial dos recursos financeiros posto à disposição dos partícipes (**CONCEDENTE** e **CONVENIENTE**), conceder-se-á, para todos os efeitos, a mesma proporcionalidade de participação, tendo como parâmetro os valores estabelecidos no *caput* desta Cláusula.
- 5.3. O montante financeiro repassado não poderá ser aumentado, salvo quando houver ampliação do objeto capaz de justificá-lo, formalizada mediante termo aditivo e condicionada à apresentação e prévia aprovação de detalhado Plano de Trabalho adicional à comprovação da execução das etapas anteriores.

CLÁUSULA SEXTA – DAS FONTES DE RECURSOS

6.1. SEAB

O valor repassado pela **SEAB** correrá à conta da Dotação Orçamentária 06500.6502.20.608.04.6257 – Políticas de Apoio à Agricultura Familiar, Natureza de Despesa 444042.01 – Auxílio a Municípios, Fonte de Recursos 147 – Receitas Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Geral, pré empenhado sob nº 20000356, em 30/03/2020.

6.2. MUNICÍPIO

A contrapartida financeira de responsabilidade do **MUNICÍPIO** correrá à conta da Dotação Orçamentária: 10.002.20.606.2001.2100, Natureza de Despesa: 44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente da Lei Orçamentária 904/2019, Fonte: 504.

CLÁUSULA SETIMA – DA LIBERAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

7. Os recursos do **CONCEDENTE** e a contrapartida do **CONVENIENTE**, ambos destinados à execução do objeto deste instrumento, serão transferidos para a conta corrente nº 40.175-7 e agência nº 615-7, do Banco do Brasil, de titularidade do **CONVENIENTE** e vinculada a este convênio.
- 7.1. Os recursos serão liberados pela **CONCEDENTE** em conformidade com o Cronograma de Desembolso, item constante do Plano de Trabalho.

[Assinaturas manuscritas]



7.2. A liberação dos recursos financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após a aprovação do Plano de Trabalho, a assinatura deste Convênio e a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

7.3. Os recursos transferidos em decorrência deste convênio, bem como os rendimentos de aplicações financeiras, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados pelo **CONVENIENTE** em conta poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos se verificar em prazos menos que um mês.

7.4. Os rendimentos das aplicações financeiras serão aplicados no objeto do presente convênio, desde que obtida a expressa autorização da **CONCEDENTE**, sujeitando-se às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

7.5. Toda a movimentação de recursos, no âmbito do convênio, será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em conta bancária de sua titularidade, inclusive àquelas decorrentes de pagamentos, pelo **CONVENIENTE**, a credores de despesas com previsão exclusiva no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA OITAVA – DA OBRIGATORIEDADE DE REGULARIDADE FISCAL

8.1. Na forma do parágrafo único do artigo 1º da Lei Estadual nº 19.206/2017, cumprirá ao **CONVENIENTE**, quando da celebração do Convênio e na assinatura de aditamentos de valor, apresentar as seguintes certidões válidas:

- I. Certidão de Regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Contribuição Previdenciária (art.136, inc. IV, da Lei Estadual nº 15.608/2007);
- II. Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (art.136, inc. IV, da Lei Estadual nº 15.608/2007);
- III. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (art.136, inc. IV, da Lei Estadual nº 15.608/2007);
- IV. Certidão Negativa para Transferências Voluntárias (art.25, § 1º, IV, "a", da Lei Complementar 101/2000);
- V. Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (art. 289, do Regimento Interno do TCE/PR e art. 3º, inc. IV, da Instrução Normativa nº 61/2011 do TCE/PR);
- VI. Certidão Negativa de Débito Trabalhista (art.3º, inc. X, da Instrução Normativa 61/2011 do TCE/PR).

8.2. À vista das determinações da Lei Estadual nº 18.466/2015 e do Decreto nº 1933/2015, o **CONVENIENTE** não poderá apresentar restrição cadastral junto ao Cadastro Informativo Estadual – CADIN, por ocasião da celebração do Convênio e de aditamento e valor;

8.3. A preceder a celebração do Convênio, o **CONVENIENTE** deverá cadastrar-se junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, a teor do artigo 4º, incisos I e II do Decreto Estadual nº 9762/2013.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

9. O objeto deste convênio será executado fielmente pela **CONCEDENTE** e pelo **CONVENIENTE**, de acordo com as cláusulas convencionadas e as normas de regência, respondendo cada um dos partícipes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

[Assinaturas manuscritas]



9.1. É expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e de responsabilidade do agente, para:

9.1.1. Pagamento de taxa de administração ou outras formas de remuneração ao **CONVENENTE**;

9.1.2. Transpasse, cessão ou transferência a terceiros da execução do objeto do convênio;

9.1.3. Pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

9.1.4. Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

9.1.5. Pagamento de despesas realizadas em data anterior ou posterior à sua vigência;

9.1.6. Pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimento fora dos prazos;

9.1.7. Pagamento de despesas de publicidade;

9.1.8. Pagamento de contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas;

9.1.9. Pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do convênio;

9.1.10. Transferência de recursos para associações de servidores ou a quaisquer entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

9.1.11. Transferir recursos a quaisquer órgãos ou entidades que não figurem como partícipes deste instrumento ou a conta que não esteja vinculada ao convênio.

9.2. Para a realização de cada pagamento, o **CONVENENTE** deverá apresentar ao gestor do convênio relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) A destinação do recurso;
- b) O nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- c) O contrato a que se refere o pagamento realizado;
- d) A meta, a etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
- e) As faturas, os recibos, as notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas;
- f) A comprovação do recebimento definitivo do objeto do convênio, quando for o caso.

9.3. As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do **CONVENENTE**, devidamente identificados com o número deste convênio.

9.4. Constatadas impropriedades e/ou irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, obriga-se a **CONCEDENTE** a notificar, de imediato, o **CONVENENTE** e a suspender a liberação de eventuais recursos pendentes, fixando prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

10.1. A fiscalização e o acompanhamento do ajuste serão instrumentalizados mediante os seguintes documentos:

- a) **Relatório de Vistoria Inicial**;
- b) **Plano de Trabalho** vinculado ao Convênio;
- c) **Termo de Acompanhamento e Fiscalização**, emitido na ocasião da averiguação *in loco* da autoridade competente, consistente de relatório pormenorizado no qual serão anotados as ocorrências e os resultados de qualquer verificação sobre as atividades desenvolvidas, como também as condições em que se encontra a execução do objeto. O referido Termo será

[Handwritten signatures]



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB
TERMO DE CONVÊNIO Nº 090/2020 – PROTOCOLO 16.264.275-8
PARTÍCIPIES: SEAB E O MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES

expedido **no mínimo** uma vez a cada dois meses ou sempre que houver intervenção do servidor fiscal competente, consoante avaliação técnica ou determinação de autoridade superior.

- d) **Certificado de Compatibilidade Físico-Financeira** emitido na hipótese de não ter sido concluído o objeto, especificando a proporção de execução e de inexecução do objeto;
 - e) **Certificado de Cumprimento dos Objetivos** pelo qual a **CONCEDENTE** certificará motivadamente o cumprimento do objeto da parceria nos termos ajustados, caso constatada a efetivação, de modo estável, rotineiro, com identificados resultados percebidos e verificáveis do atingimento do interesse público.
 - f) **Certificado de Instalação e de Funcionamento de Equipamentos** (quando a transferência de recursos tratar dessa situação) – Documento em que será certificado que os equipamentos e materiais: i- foram adquiridos conforme previsto pelo termo de transferência; ii- estão adequadamente instalados; iii- estão em pleno funcionamento no local estabelecido neste Convênio (Plano de Aplicação) e iv- estão em uso na atividade proposta, quando houver;
 - g) **Relatório Circunstanciado** sobre a execução do objeto da transferência, contendo **no mínimo** o seguinte:
 - g.1) histórico de acompanhamento da execução do termo de transferência, apontando eventuais suspensões de repasse, a motivação das suspensões e as medidas saneadoras adotadas;
 - g.2) manifestação conclusiva do órgão concedente sobre a regularidade da aplicação dos recursos, considerando o cumprimento dos objetivos e das metas, a observância às normas legais e regulamentares pertinentes e as cláusulas pactuadas;
 - g.3) a qualidade do serviço prestado ou da obra executada; e;
 - g.4) a avaliação das metas e dos resultados estabelecidos pelo termo de transferência, contendo um comparativo analítico entre a situação anterior e a posterior à celebração do termo.
- 10.1.1.** Fica designado pela **CONCEDENTE**, como fiscal deste Convênio o servidor **ANTONIO CELSO CARRARO**, portador do RG nº 10.818.723-9, CPF/MF nº 211.906.749-04, designado por ato publicado no Diário Oficial do Estado.
- 10.2.** Fica designado, pela **CONCEDENTE**, como gestor do convênio o **CHEFE DO NÚCLEO REGIONAL DA SEAB PATO BRANCO**, a quem competirá as seguintes atribuições:
- a) Cuidar para que a documentação do convênio esteja em conformidade com a legislação aplicada, legislação aplicada, desde a sua proposta, até a aprovação da prestação de contas;
 - b) Ensejar as ações para que a execução física e financeira do convênio ocorra conforme previsto no Plano de Trabalho;
 - c) Acompanhar a execução do Convênio responsabilizando-se conjuntamente com o Servidor Fiscal pela avaliação de sua eficácia;
 - d) Atuar com interlocutor do órgão responsável pela celebração do Convênio;
 - e) Controlar os saldos dos empenhos do Convênio;
 - f) Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do Convênio;
 - g) Controlar os prazos de prestação de contas do Convênio, bem como efetuar análises e encaminhar ao Ordenador de despesas para aprovação;
 - h) Manter, com o apoio do Servidor Fiscal, o Sistema Integrado de Transferências – SIT/TCE PR atualizado com o lançamento do Convênio;
 - i) Zelar pelo cumprimento integral do convênio;

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



j) Emitir "Termo de Conclusão" atestando o término do Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

11.1. O **CONVENIENTE** deverá observar, quando da contratação de terceiros vinculada à execução do objeto deste convênio, as disposições contidas nas Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, na Lei Estadual nº 15.608/2007 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos.

11.2. O **CONVENIENTE** deverá apresentar relatório ao gestor do convênio contendo, no mínimo:

- a) Cópia do edital de licitação;
- b) As atas decorrentes da licitação;
- c) As propostas decorrentes da licitação;
- d) Os contratos e eventuais termos aditivos decorrentes da licitação;
- e) Declaração expressa, firmada por representante legal, de que foram atendidas as disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório.

11.3. A celebração de contrato entre o **CONVENIENTE** e terceiros não acarretará solidariedade direta ou subsidiária da **CONCEDENTE**, vínculo funcional ou empregatício com este e, tampouco, a transferência de responsabilidade pelo pagamento de encargos civis, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, comerciais, assistenciais e de outra natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12. Este Convênio poderá ser alterado por termo aditivo, por meio de proposta do **CONVENIENTE**, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à **CONCEDENTE** para análise e decisão, vedada a modificação da natureza do seu objeto.

12.1. Qualquer alteração será precedida de parecer técnico elaborado por servidor que possua habilitação para se manifestar sobre a questão.

12.2. O valor do convênio não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela **CONCEDENTE** de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por meio de termo aditivo.

12.3. Os aditamentos serão sequencialmente numerados, admitindo-se Termos de Apostilamento na hipótese de simples alteração na indicação dos recursos orçamentários.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13. As prestações de contas parciais do **CONVENIENTE** à **CONCEDENTE** deverão ser apresentadas a cada 12 (doze) meses, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do encerramento daqueles meses, por intermédio do Sistema Integrado de Transferências - SIT-TCE/PR, compondo-se, além dos documentos apresentados para liberação dos recursos, dos seguintes:

- a) Relatório de execução físico-financeira;
- b) Relatório de execução da receita e despesa;
- c) Relatório dos pagamentos efetuados, acompanhando-se das notas e comprovantes fiscais, os quais deverão conter: data, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos efetuados, valor, aposição de dados do **CONVENIENTE** e número do convênio;
- d) Relação dos bens adquiridos com recursos dos convênios;
- e) Cópia do extrato da conta bancária específica;

[Assinaturas manuscritas]



- f) Parecer jurídico quando do lançamento do edital de licitação;
- g) Publicação do aviso de licitação, se ocorreu o procedimento;
- h) Cópia da Ata de julgamento da licitação;
- i) Parecer jurídico da homologação do certame;
- j) Cópia do despacho adjudicatório e homologatório de licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando se tratar de contratação direta admitida por lei;

13.1. Quando não houver a **prestação de contas parcial**, que comprove a boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, serão retidas as parcelas seguintes até o saneamento da impropriedade.

13.2. A **prestação de contas final** dos recursos financeiros transferidos e dos rendimentos das aplicações deverá ser apresentada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do término do bimestre de sua vigência, compondo-se, além dos documentos apresentados para liberação dos recursos:

- a) Relatório de cumprimento do objeto;
- b) Notas e comprovantes fiscais, contendo o seguinte: data de documentos, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos efetuados, valor, aposição de dados do **CONVENENTE** e número do convênio;
- c) Comprovação de que prestou contas parciais e final ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências, conforme Resolução nº 28/2011, alterada pela Resolução nº 46/2014 e Instrução Normativa nº 61/2011, todas do referido órgão de controle;
- d) Relação de bens adquiridos;
- e) Comprovante da devolução do saldo de recursos, quando houver.

13.3. Quando as prestações de contas não forem encaminhadas nos prazos estabelecidos neste convênio, o **CONVENENTE** terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos de aplicação, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma de lei.

13.4. Se, ao término dos prazos estabelecidos, o **CONVENENTE** não prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou à **CONCEDENTE**, esta comunicará o fato ao órgão competente, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

13.5. O Gestor deste Convênio emitirá parecer técnico de análise das prestações de contas apresentadas à **CONCEDENTE**.

13.6. A **CONCEDENTE** terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento, para analisar as prestações de contas, com fundamento nos pareceres técnicos expedidos pelas áreas administrativas competentes.

13.7. No âmbito da Administração Pública, a autoridade competente para aprovar ou desaprovar as contas do **CONVENENTE** será a autoridade competente para assinar este instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TRIBUNAL DE CONTAS

14. A prestação de contas à **CONCEDENTE**, tratada na Cláusula precedente, não prejudica o dever do **CONVENENTE** de prestar contas aos órgãos de controle externo, em especial ao Tribunal de Contas do Estado, conforme Resolução nº 28/2011, alterada pela Resolução nº 46/2014, e Instrução Normativa nº 61/2011, todas do referido órgão de controle.

[Handwritten signatures]



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO DEVER DE GUARDA DA DOCUMENTAÇÃO

15. Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, com observância do consignado no parágrafo único do art. 20, da Instrução Normativa nº 61/2011 do TCE/PR, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de Controle Externo e Interno, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação de contas.

15.1. O dever de guarda e conservação de que trata o *caput* não exime o **CONVENIENTE** do dever de inserir regularmente no Sistema Integrado de Transferências – SIT do TCE/PR, as informações e documentos relacionados ao presente Convênio, como também aqueles exigidos pela Resolução nº 28/2011 – TCE/PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS BENS REMANESCENTES

16. São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros deste convênio, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

16.1. Os bens remanescentes serão de propriedade do **CONVENIENTE** e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo reverter à **CONCEDENTE** na hipótese de desvio de finalidade no seu uso.

16.2. Os bens remanescentes deverão, enquanto servíveis, ser utilizados para continuidade das atividades voltadas à melhoria da rentabilidade das explorações agropecuárias dos agricultores familiares ou finalidade semelhante.

16.3. Após, o transcurso do prazo de vigência deste Convênio, somente mediante declaração de inservibilidade do bem, por comissão de servidores constituída pelo **CONVENIENTE**, ficará sem efeito a cláusula de inalienabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

17. Este ajuste poderá ser:

17.1. Denunciado, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente do convênio;

17.2. Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas convencionadas;
- c) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
- d) Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

17.3. A rescisão do convênio dá ensejo a instauração de Tomada de Contas Especial, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano e, inclusive, a devolução dos recursos incluídos os rendimentos de aplicação, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE

18. A eficácia deste Convênio ou de seus aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela **CONCEDENTE**, na forma do art. 110 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

[Handwritten signatures and initials]

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB**EXTRATOS DE CONVÊNIOS**

OBJETO: Implementos agrícolas e veículo – PPMC
AUTORIZAÇÃO: Despacho Exmo. Governador DOE nº 10.576 (03/12/19).

ASSINATURAS: Norberto Anacleto Ortigara – Secretário de Estado da Agricultura e Prefeitos.

Município/Protocolo Vigência	Convênio nº/Assinatura	Pré-Empenho SEAB nº/Data	Valor SEAB (R\$)	Contrapartida (R\$)
Coronel Domingos Soares 16.279.021-8 24 meses	CV 091/20 09/04/20	20000359 30/03/20	155.800,00	8.200,00
Abatiã 16.268.066-8 24 meses	CV 140/20 28/04/20	20000384 30/03/20	26.790,00	1.410,00
Saudade do Iguaçu 16.263.257-4 24 meses	CV 088/20 07/04/20	20000453 07/04/20	57.600,00	7.400,00

OBJETO: Implementos agrícolas.

AUTORIZAÇÃO: nos termos do § 6º, art. 1º, do Decreto nº 4189/2016 e Lei Estadual 15.808/2007 e Lei Federal 8666/1993.

ASSINATURAS: Norberto Anacleto Ortigara – Secretário de Estado da Agricultura e Prefeito.

Município/Protocolo Vigência	Convênio nº/Assinatura	Pré-Empenho SEAB nº/ data	Valor SEAB (R\$)	Contrapartida (R\$)
------------------------------	------------------------	---------------------------	------------------	---------------------

Coronel Domingos Soares 16.264.275-8 24 meses	CV 090/20 09/04/20	20000356 30/03/20	68.400,00	3.600,00
Roncadour 16.276.690-2 24 meses	CV 104/20 15/04/20	20000514 14/04/20	87.970,00	4.830,00

EXTRATOS DE ADITIVOS

OBJETO: TCCU – Cessão de Equipamentos

AUTORIZAÇÃO: Decreto Estadual 4189/2016.

ASSINATURAS: Norberto Anacleto Ortigara – Secretário de Estado e Prefeitos.

Município/Protocolo Assinatura	Aditivo nº	Objeto do aditamento/
Santa Cruz de Monte Castelo 16.490.989-1 28/04/20	4º TA ao TCCU 030/15	Prorrogação da vigência até 07/05/2021

OBJETO: Microbacias

AUTORIZAÇÃO: Decreto Estadual 4189/2016 e 7595/2017, Lei Estadual 19.206/2017.

ASSINATURAS: Norberto Anacleto Ortigara – Secretário de Estado e Prefeito.

Município/Protocolo Assinatura	Aditivo nº	Objeto do aditamento/
Joaquim Távora 16.491.608-0 08/04/20	2º TA ao CV 239/2018	Prorrogação da vigência até 24/07/2021.

36672/2020

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas**EXTRATO 2020/052**

AJSEDU em 30/04/2020

ESPECIE: Termos aditivos aos convênios indicados. PARTICIPES: SEDU, PARANACIDADE e os Municípios indicados. OBJETO: Ajuste na aplicação dos recursos.

CONVÊNIO	MUNICÍPIO	ADITIVO	VALOR TOTAL	VALOR SEDU	VALOR PM	ASSINATURA
266/2020	SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	1º	4.836.256,82	4.594.443,98	241.812,84	28/04/2020
179/2020	LONDINA	1º	178.980,00	114.000,00	64.980,00	29/04/2020
360/2019	MARUMBI	1º	1.480.214,38	1.400.000,00	80.214,38	28/04/2020
222/2020	SANTANA DO ITARARE	1º	432.000,00	380.000,00	52.000,00	29/04/2020
409/2020	TAMARANA	1º	320.000,00	237.500,00	82.500,00	29/04/2020
257/2020	IMBITUVA	1º	55.690,00	52.250,00	3.440,00	29/04/2020
146/2019	BELA VISTA DO PARAÍSO	1º	544.551,84	500.000,00	44.551,84	30/04/2020
11/2019	GUARAPUAVA	1º	1.630.700,00	1.500.000,00	130.700,00	30/04/2020
002/2020	KALORÉ	1º	552.069,36	475.000,00	77.069,36	30/04/2020
211/2019	KALORÉ	1º	1.159.759,87	1.000.000,00	159.759,87	30/04/2020
284/2019	PONTAL DO PARANÁ	1º	209.803,14	202.048,00	7.755,14	30/04/2020
137/2020	INAJÁ	1º	330.000,00	285.000,00	45.000,00	30/04/2020
288/2020	MANDIRITUBA	1º	280.000,00	237.000,00	43.000,00	30/04/2020

36808/2020

EXTRATO 2020/053

AJSEDU em 30/04/2020

ESPECIE: Termos de rescisão. PARTICIPES: SEDU, PARANACIDADE e os Municípios indicados. OBJETO: Rescisão unilateral dos convênios indicados.

ASSINATURA: 30/04/2020

MUNICÍPIO	CONVÊNIO
HONÓRIO SERPA	1590/2018
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	223/2020

36610/2020

Secretaria da Educação e do Esporte

Secretaria de Estado da Educação
Grupo Administrativo Setorial
Chefe - Contratos

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 41/2020

RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 041/2020, nos termos do artigo 35º, § 2º, da Lei Federal nº 15.608/2007, aquisição de microfone de Lapela sem Fio e Interface de áudio, para atender o Parque da Cidúcia Newton Freire Main.

PROTOCOLO Nº 16.379.629-5

AUTORIZADO: GLÁUCIO ROBERTO DIAS

Decreto 3.891/2020 – GS/SEED

36604/2020

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL****EXTRATO DO TERMO DE ENTREGA DO IMÓVEL E RESCISÃO CONTRATUAL**

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Educação e do Esporte

CONTRATADA: Gerlinda Beluco e Marcia Beluco

Tira o presente do Termo de Entrega das chaves e do imóvel ao contrato de locação do imóvel sob Contrato do GMS nº648/2014 – SEED e seus termos aditivos, onde estava instalado o NRE de Paranavai, ao proprietário do imóvel a partir de 29/04/2020 de acordo com o Termo de Entrega das Chaves assinado pelas partes.

AUTORIZADO POR: Gláucio Roberto Dias

Diretora Geral sob Res. 286/2020

DATA: 29/04/2020

PROTOCOLO: 11.531.460-2

36607/2020



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ

CENTRO ADMINISTRATIVO ADÃO REIS
CNPJ 01614415/0001-18
AV ARAUCÁRIA, 3120
FONE 46-3254-1166 – CEP 85557000

020

PARECER PRÉVIO 44/2021

Origem: Departamento de Controle Interno
Destinatário: Departamento de Agricultura.
Modalidade: Pregão Eletrônico.

Assunto: Aquisição de equipamentos tendas pantográficas para agricultura familiar do município.

Venho por meio deste, informar a este setor, que para fins de averiguação e controle foi analisado a justificativa e orçamentos e em consulta de CNPJ foi constatado que as empresas estão ATIVAS e as atividades estão de acordo com o objeto a ser licitado. Desta feita retomem-se aos autos a esse departamento e siga para as demais tramitações que a administração entender pertinente.

ORÇAMENTO 01		SIM	NÃO	NA*
EMPRESA AMPLA COBERTURAS E EVENTOS		X		
1	Papel timbrado da empresa		X	
2	Numero da proposta	X		
3	CNPJ	X		
4	Razão Social	X		
5	E-mail	X		
6	Telefone para contato	X		
7	Representante	X		
8	Endereço completo	X		
9	Descrição do objeto	X		
10	Validade da proposta	X		
11	Carimbo da empresa		X	
12	Data	X		
13	Assinatura do responsável	X		
14	Cartão CNPJ	x		
15	CNAE de acordo com o objeto	X		
16	Empresa ativa			

ORÇAMENTO 02		SIM	NÃO	NA*
EMPRESA TENDAS PARANÁ		X		
1	Papel timbrado da empresa		X	
2	Numero da proposta	X		
3	CNPJ	X		
4	Razão Social	X		
5	E-mail	X		
6	Telefone para contato	X		
7	Representante	X		
8	Endereço completo	X		
9	Descrição do objeto	X		
10	Validade da proposta	X		
11	Carimbo da empresa	X		
12	Data			



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ**

CENTRO ADMINISTRATIVO ADÃO REIS
CNPJ 01614415/0001-18
AV ARAUCÁRIA, 3120
FONE 46-3254-1166 – CEP 85557000

021

13	Assinatura do responsável	X		
14	Cartão CNPJ	X		
15	CNAE de acordo com o objeto	X		
16	Empresa ativa	X		

ORÇAMENTO 03				
EMPRESA CENTRO OESTE				
		SIM	NÃO	NA*
1	Papel timbrado da empresa	X		
2	Numero da proposta		X	
3	CNPJ	X		
4	Razão Social	X		
5	E-mail	X		
6	Telefone para contato	X		
7	Representante		X	
8	Endereço completo	X		
9	Descrição do objeto	X		
10	Validade da proposta	X		
11	Carimbo da empresa	X		
12	Data	X		
13	Assinatura do responsável	X		
14	Cartão CNPJ	X		
15	CNAE de acordo com o objeto	X		
16	Empresa ativa	X		

NA= Não se aplica

Ademais, qualquer dúvida nos encontramos à disposição.

Coronel Domingos Soares-PR, 06 outubro de 2021.

Atenciosamente



Dirlei de Lima
Controle Interno

Dirlei de Lima
Controle Interno
Portaria nº 224/2019



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

022

Parecer de Licitação 26/2021

Origem: Gabinete

Destino: Pregoeira

Considerando:

1. A necessidade de dar suprimento(os) a (as) demanda (as) em anexo para Pregão referente a Aquisição de Tendas Pantográficas para o Departamento de Agricultura.
2. O contido na Lei de 8.666 de 21 de junho de 1993 bem como suas demais alterações, a Lei de Responsabilidade Fiscal somando-se ainda aos princípios que regem a administração pública de uma maneira geral;
3. O Parecer Prévio do Controle Interno, referente a averiguação dos Orçamentos e outras análises pertinentes;
4. A existência prévia das respectivas dotações orçamentárias aliado a existência dos recursos financeiros para a quitação das despesas que virão a se originar da eventual contratação;

Determino:

Que a Pregoeira, proceda todos os atos necessários, estritamente dentro da competência para a construção do processo, preferencialmente "Pregão Eletrônico", a fim de que se classifiquem as melhores propostas para aperfeiçoamento do objeto: *Aquisição de Tendas Pantográficas para o Departamento de Agricultura*, limitado ao teto máximo de R\$29.675,97 (vinte e nove mil seiscentos e setenta e cinco reais e noventa e sete centavos), do tipo maior desconto por item, levando em conta as necessidades do serviço público, com quantias estimadas e valores previamente orçados, tudo de acordo com a demanda informada através do Termo de Referência realizado pelo Departamento de Agricultura.

Coronel Domingos Soares, 07 de outubro de 2021

Jandir Bandiera
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

023

PARECER CONTABIL

Os tramites legais deste processo obedecerão ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias conforme os itens abaixo, respeitados os limitadores constantes do orçamento aprovado para 2022.

Informamos a existência de previsão orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes de possível contratação do objeto: **Aquisição de tendas pantográficas para abrigo e exposição em feira livre de produtos da agricultura familiar do município.**

Especificação de Dotações:

10 – Departamento de Agricultura

004– Divisão de Coordenação de Associações Rurais

20.608.0011.2071– Manutenção das atividades da Divisão de Coordenação de Associações Rurais

Conta de despesa 6002– fonte de recurso 1049

Conta de despesa 6000– fonte de recurso 000

Conta de despesa 6060– fonte de recurso 504


Natureza da despesa do orçamento

44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

Ressalva-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas e suficientes, não havendo com isso destaque ou aprisionamento de recursos. Ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício para fins de atendimento ao despacho inaugural e ao disposto no art. 7º, §2º, inciso III, art. 14, ambos da lei 8.666/93. A análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para o momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e SS da lei 4.320/64. Bem como não compete à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra.

Por fim, alerta-se que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas decorrentes.

Coronel Domingos Soares, 09 de maio de 2022.


Daniele P. Bringhentti
Contadora CRC PR-047272/O-2



1º TERMO ADITIVO

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 090/2020, PROTOCOLO N.º 17.790.703-0, CELEBRADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO E PELO MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, QUE TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, AMPLIAÇÃO DE META, ACRÉSCIMO DE CONTRAPARTIDA E UTILIZAÇÃO DO SALDO REMANESCENTE, COM AS ALTERAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO E A ATUALIZAÇÃO DAS CLÁUSULAS PRIMEIRA E QUINTA DO PRINCIPAL.

CONCEDENTE: O ESTADO DO PARANÁ, por intermédio do órgão **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**, com sede na Rua dos Funcionários, 1559, em Curitiba/PR, CEP 80.035-050, doravante denominada **SEAB**, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.416.957/0001-85, neste ato representada por seu Secretário, **NORBERTO ANACLETO ORTIGARA**, nomeado pelo Decreto n.º 1441/2019, residente e domiciliado em Curitiba - Paraná.

CONVENIENTE: O MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.614.415/0001-18, sediado na Avenida Araucária, nº 3120, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo, **JANDIR BANDEIRA**, residente e domiciliado no município de Coronel Domingos Soares – Paraná.

OS PARTÍCIPEs celebram este termo aditivo, com fundamento nos artigos 142 e 144 da Lei Estadual nº 15.608/2007, Cláusulas Terceira e Décima Segunda do instrumento de Convênio nº 090/2020, e estabelecem as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência, a ampliação da meta originariamente conveniada pelo autorizado aproveitamento do saldo financeiro remanescente e acréscimo de contrapartida financeira, nos termos do Plano de Trabalho adicional, com a atualização das Cláusulas Primeira e Quinta do instrumento de convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogada a vigência do Termo de Convênio pelo prazo de **12 (doze) meses**, a partir de **04/05/2022 até 04/05/2023**.



Protocolo nº 17.790.703-0 - Convênio nº 090/2020 – 1º Termo Aditivo (página 2 de 3)

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho fica alterado quanto ao termo final e às novas especificações, inclusive do Plano de Aplicação, conforme aprovação prévia das autoridades competentes.

CLÁUSULA QUARTA – DA ATUALIZAÇÃO DAS CLÁUSULAS PRIMEIRA E QUINTA DO CONVÊNIO PRINCIPAL

A Cláusula Primeira e Cláusula Quinta do instrumento principal deste Convênio, a considerar a ampliação do objeto pelo uso de saldo remanescente e acréscimo de contrapartida, passam a ter a seguinte redação:

“CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1. Constitui objeto deste Convênio a conjugação de esforços destinada à melhoria da renda e da qualidade de vida de 71 (setenta e um) agricultores familiares sediados nas comunidades rurais do Município, que exploram as atividades de horticultura e fruticultura orgânica, panificação, leite e grãos, visando o fortalecimento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, mediante transferência voluntária de recursos do **CONCEDENTE** ao **CONVENENTE**, para aquisição de **19 (dezenove) tendas para feira livre e 01 (uma) plantadeira adubadora 5 linhas**, conforme detalhamento constante do Plano de Trabalho.

“CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS.

5.1. Os recursos financeiros, a serem repassados para a execução do objeto deste Convênio, totalizam a quantia de **R\$ 77.876,06 (setenta e sete mil, oitocentos e setenta e seis reais e seis centavos)**, cumprindo à **CONCEDENTE** repassar a quantia de **R\$ 68.400,00 (sessenta e oito mil e quatrocentos reais)** e os demais **R\$ 5.876,06 (cinco mil, oitocentos e setenta e seis reais e seis centavos)** caberão ao **MUNICÍPIO**, a título de **contrapartida financeira**, em conformidade como estabelecido no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

5.2. Na hipótese de o objeto deste Convênio vir a ser alcançado com a utilização parcial dos recursos financeiros posto à disposição dos partícipes (**CONCEDENTE** e **CONVENENTE**), conceder-se-á, para todos os efeitos, a mesma proporcionalidade de participação, tendo como parâmetro os valores estabelecidos no *caput* desta Cláusula.

5.3. O montante financeiro repassado não poderá ser aumentado, salvo quando houver ampliação do objeto capaz de justificá-lo, formalizada mediante termo aditivo e condicionada à apresentação e prévia aprovação de detalhado Plano de Trabalho adicional à comprovação da execução das etapas anteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DO APROVEITAMENTO DO SALDO REMANESCENTE

Fica autorizada a utilização do saldo remanescente, inclusive aquele proveniente da aplicação financeira, no importe de **R\$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais)**, na ampliação da meta de mais **9 (nove) tendas para feira livre, resultando um total de 19 (dezenove)**, conforme os parâmetros técnicos e localização constantes no aprovado Plano de Trabalho Adicional.



CLÁUSULA SEXTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo Aditivo tem por fundamento o artigo 42 e 144 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no convênio inicial.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O resumo deste instrumento deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da assinatura, nos termos do art. 110 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

Por estarem as partes justas e acordadas, firmam este Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, 28 de janeiro de 2022.

ASSINADO DIGITALMENTE

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado

ASSINADO DIGITALMENTE

Jandir Bandeira
Prefeito de Coronel Domingos Soares



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

027

Parecer de Licitação 60/2022

Origem: Gabinete

Destino: Pregoeira

Considerando:

1. A necessidade de dar suprimento(os) a (as) demanda (as) em anexo para Pregão Eletrônico referente aquisição de tendas pantográficas para a Agricultura familiar do Município.
2. O contido na Lei de 8.666 de 21 de junho de 1993 bem como suas demais alterações, a Lei de Responsabilidade Fiscal somando-se ainda aos princípios que regem a administração pública de uma maneira geral;
3. O Parecer Prévio do Controle Interno, referente a averiguação dos Orçamentos e outras análises pertinentes;
4. A existência prévia das respectivas dotações orçamentárias aliado a existência dos recursos financeiros para a quitação das despesas que virão a se originar da eventual contratação;

Determino:

Que a Pregoeira, proceda todos os atos necessários, estritamente dentro da competência para a construção do processo, preferencialmente "Pregão Eletrônico", a fim de que se classifiquem as melhores propostas para aperfeiçoamento do(s) objeto: Aquisição de tendas pantográficas para a Agricultura familiar do Município. Limitado ao teto máximo de R\$ 29.675,97 (vinte e nove mil, seiscentos e setenta e cinco reais e noventa e sete centavos), do tipo maior desconto por item, levando em conta as necessidades do serviço público, com quantias estimadas e valores previamente orçados, tudo de acordo com a demanda informada através do Termo de Referência realizado pelo Departamento de Agricultura.

Coronel Domingos Soares, 10 de maio de 2022.


Jandir Bandiera
Prefeito Municipal
JANDIR BANDIERA
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

028

PROCESSO Nº. 59/2022
PREGÃO Nº. 32/2022 - ELETRÔNICO

EDITAL

Objeto: "Aquisição de Tendas Pantográficas para agricultura familiar do município."

IMPORTANTE:

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 13:00 do dia 31/05/2022.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 do dia 31/05/2022.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: e-mail: licitapmcds@hotmail.com

Fone/Fax: (46) 3254-1166

Horário de expediente: das 8:00h às 12h e das 13:30 as 17:00 em dias úteis.

Integram este edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

Anexo I - Termo de Referência – "objeto detalhado";

Anexo II - Modelo de Declaração de "inexistência de fatos impeditivos";

Anexo III - Modelo de Declaração "que cumpre plenamente os requisitos habilitatórios";

Anexo IV - Modelo de Declaração de que o proponente "não possui empregados menores de 18 anos";

Anexo V – Declaração de ME ou EPP(opcional);

Anexo VI – inexigível para este certame;

Anexo VII - Modelo de Carta-Proposta para fornecimento do objeto;

Anexo VIII - Minuta do Contrato;

Anexo IX - declaração CNAE; e,

Anexo X - declaração de inexistência de vínculo funcional.

O MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - PR, através do Diário Oficial do Estado do Paraná-DIOE e Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná-DIOEMS, torna público que, de acordo com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, demais normas correlatas e os termos deste Edital, realizará processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO– Por item**, para a aquisição dos objetos descritos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

1.DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

1.1. Poderão participar desta licitação as pessoas legalmente constituídas que atenderem a todas as exigências deste edital, inclusive quanto à documentação, sendo vedada a participação de empresas cuja atividade não seja compatível com o objeto pretendido pela administração.

1.2. Os documentos referentes às **propostas comerciais** e aos **anexos** das empresas interessadas deverão ser encaminhados a partir da disponibilização do sistema até **31/05/2022 às 13:00**, no site www.licitacoes-e.com.br.

1.3. A abertura da sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO**, para disputa de preços, ocorrerá **31/05/2022 às 13:30**, no site www.licitacoes-e.com.br, nos termos das condições descritas neste Edital.

1.4. É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO (Decreto nº 5.450/05, art. 24, § 5º).

1.5. Qualquer pessoa, devidamente qualificada(nome completo, endereço, e documento de identificação ou dados equivalentes para pessoa jurídica), poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolando pedido em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas (artigo 12 do anexo "I" ao Decreto 3.555/00, de 08 de agosto de 2.000), no endereço discriminado no preâmbulo deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação até o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.



1.6. Caso seja acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando resultar alteração no edital e esta, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

1.7. Não será aceito protocolo de solicitação de expedição de documentos e certidões, para entrega em substituição aos documentos requeridos para a habilitação no presente edital.

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

I - Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

II - Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;

III - Empresa que tenha como sócio(s) servidor(es) ou dirigente(s) de qualquer esfera governamental da Administração Municipal;

IV - Em Recuperação Judicial, concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

V - Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

VI - Estrangeiras que não funcionem no país.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site **www.licitacoes-e.com.br**.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Cel. Domingos Soares - PR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. Quando da participação das microempresas e empresa de pequeno porte deverão ser adotados os critérios estabelecidos no art. 44 da Lei Complementar 123/2006.

4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

4.1. A licitante vencedora deverá apresentar, obrigatoriamente, no original ou cópia devidamente autenticada em cartório ou pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio, a seguinte documentação:

4.1.1. Habilitação Jurídica:

a) Requerimento de empresário, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, retirado via internet no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura deste, de acordo com a Instrução Normativa da SRF nº 200 de 13 de setembro 2002;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

030

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

4.1.2.1. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame.

4.1.2.3. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

4.1.2.4. Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

4.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

*a) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante, com validade de 90 (noventa) dias da data de sua expedição;*

*b) **Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, apresentados na forma da Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisório, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.*

b.1) As demonstrações exigidas nesta letra estão dispensadas para micro empreendedor individual - MEI bem como para empresas constituídas a partir de 01 de janeiro de 2021.

b.2) Serão aceitos, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis da empresa Licitante, assim apresentados: publicados no Diário Oficial, ou, publicados em jornal de grande circulação, ou registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, ou, por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Fechamento.

4.1.4 Demais documentos

Documento expedido pela Junta Comercial do Estado Sede da empresa (Certidão Simplificada, informando a situação em que a empresa se enquadra (microempresas e as empresas de pequeno porte quando for o caso), atualizada deste exercício social (2022).

a) Declarações de (modelos em anexo a este edital):

- Inexistência de fatos impeditivos;

- Não contratação de menor;

- Declaração de CNAE;

- Declaração de vínculo funcional;

- Cumprimento pleno dos requisitos habilitatórios; e,

- (opcional) Enquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme previsto no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. (modelo anexo a este edital).

c) Comprovação de aptidão para desempenho da atividade, através da apresentação de no mínimo um atestado e/ou certidão fornecida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando o regular fornecimento/execução do objeto que ora se propõem a fornecer/executar para o Município de Cel. Dom. Soares.

c.1) Se o documento for emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá a assinatura deste documento ser reconhecida em cartório, salvo em caso de ser assinatura na forma digital.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

031

5.2. Incumbirá ainda à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da Proposta de Preço exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até às 13:00 do dia 31/05/2022 (Horário de Brasília). Após este horário o sistema não mais permitirá a recepção de propostas sob qualquer pretexto, sendo conveniente frisar que o Município não possui autonomia técnica para, após findo o horário nesta data, absorver propostas retardatárias.

5.4. Como requisito para a participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.5. A Proposta de Preços deverá ser apresentada por meio de preenchimento da planilha existente no sistema eletrônico de licitações – licitações-e, sendo obrigatório o preenchimento dos campos "Marca", "VI Unitário" (valor unitário), "VI Total" (valor total), "Prazo de entrega" (o prazo de entrega não poderá ser superior ao constante no Termo de Referência).

5.5.1. A proposta comercial, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem a Licitante.

5.6. Os valores máximos a serem dispensados para aquisição dos objetos licitados constam do rol de bens anexo ao presente edital.

5.7. Até a data e hora de início da sessão pública prevista neste Edital (ver item 5.3 anterior), a Licitante poderá acessar o sistema Licitações-e para retirar, alterar ou complementar a proposta formulada. A partir do início da sessão pública, não poderão ser alteradas ou retiradas as propostas formuladas.

5.8. Uma vez que a licitante seja declarada vencedora do presente pregão, após o encerramento da disputa, deverá gerar sua proposta final pelo sistema "esproposta", disponibilizado junto ao edital de licitação, decorrendo daí duas obrigações para o licitante, no prazo de até 1 (um) dia útil:

a. Gerar no próprio sistema "Esproposta" arquivo em formato "pdf" sua proposta de preços final com a descrição completa do objeto ofertado, agora identificando a empresa com todos os dados, inclusive bancários (se houver) e devidamente assinada pelo seu representante legal.

b. Encaminhar para o e-mail licitapmcds@hotmail.com o arquivo digital em "esl" da proposta gerado pelo sistema "esproposta", bem como o arquivo em "pdf" citado na alínea "a".

5.8.1. O original da proposta ou cópia autenticada da mesma deverá ser encaminhada ao Pregoeiro do Município de Cel. Domingos Soares - PR, no seguinte endereço: Av Araucária, 3120, Centro, Cel. Domingos Soares - PR, CEP 85.557-000, impreterivelmente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados o encerramento da etapa de lances, salvo, em caso de ser assinatura na forma digital.

5.6. Os valores máximos a serem dispensados para aquisição dos objetos licitados constam do rol de bens anexo ao presente edital.

5.7. Até a data e hora de início da sessão pública prevista neste Edital (ver item 5.3 anterior), a Licitante poderá acessar o sistema Licitações-e para retirar, alterar ou complementar a proposta formulada. A partir do início da sessão pública, não poderão ser alteradas ou retiradas as propostas formuladas.

5.8. Uma vez que a licitante seja declarada vencedora do presente pregão, esta deverá encaminhar, para o e-mail licitapmcds@hotmail.com da proposta de preços com a descrição completa do objeto ofertado, agora identificando a empresa com todos os dados, inclusive bancários (se houver) e devidamente assinada pelo seu representante legal, no prazo de 24h (vinte e quatro horas).

5.8.2. O original da proposta ou cópia autenticada da mesma deverá ser encaminhada ao Pregoeiro do Município de Cel. Domingos Soares - PR, no seguinte endereço: Av Araucária, 3120, Centro, Cel. Domingos Soares - PR, CEP 85.557-000, impreterivelmente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados o encerramento da etapa de lances.

5.9. A Proposta de Preços deverá conter:



5.9.1. O prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias consecutivos. As propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos;

5.9.2. Preço unitário e total por item, expressos em reais;

5.9.3. Especificação clara do objeto, incluindo a MARCA e MODELO, de acordo com o Anexo I deste Edital;

5.9.4. O prazo de entrega está estabelecido no Anexo I – Termo de Referência. Caso tal prazo seja omitido, ou seja superior ao máximo estipulado, o pregoeiro o entenderá como sendo igual ao máximo permitido;

5.9.5. Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone, email, número do CNPJ, nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente e praça de pagamento (se houver).

5.10. Não serão consideradas as propostas com alternativas, devendo as licitantes se limitarem às especificações deste edital.

5.11. Decorrido o prazo da validade da proposta, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

5.12. Serão desclassificadas aquelas propostas que:

5.12.1. Não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, bem como aquelas que apresentem quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital, ou preços e vantagens baseados nas ofertas das demais licitantes.

5.13. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

6. ABERTURA DA SESSÃO

6.1. **A partir das 13:30 do dia 31/05/2022** terá início à sessão pública deste certame, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e, após análise, início da etapa de lances, conforme Edital.

6.2. Para fins de cumprimento ao disposto no art. 44 da Lei Complementar 123/2006, as licitantes deverão informar no início da sessão pública se estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.2.1. As licitantes deverão informar apenas se estão, ou não, enquadradas na condição de microempresa e empresa de pequeno porte. Portanto não poderão identificar-se pela razão social, nome fantasia ou quaisquer outras informações não pertinentes ao solicitado no item 9.2.

7. FORMULAÇÃO DOS LANCE

7.1. Para o objeto licitado, haverá a disponibilização do sistema para a formulação de lances pelas Licitantes, cujos procedimentos são explicitados nos subitens a seguir, tendo por amparo legal aqueles previstos no Decreto nº 5.450/05.

7.2. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3.1. Os lances ofertados deverão possuir até 02 (duas) casas decimais após a virgula (R\$ 0,00)

7.3.2. A disputa de lances será por valor unitário de cada item, ou seja, os licitantes deverão pautar seus lances tomando por base sempre o custo de uma unidade, independente da quantidade total do item e/ou lote.

7.4. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema.

7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5.1. Na etapa de lances o sistema não permite o registro de valores iguais, mas no momento do registro da proposta esta situação pode ocorrer. Ao finalizar a etapa do tempo aleatório, caso não tenha ocorrido lances para o item e tenha valores de propostas iguais, o mesmo ficará em



situação de empate de proposta e será necessário realizar um sorteio público para definir a ordem de classificação das propostas.

7.6. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance.

7.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

7.7.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.8. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro mediante encaminhamento de aviso pelo sistema de fechamento iminente dos lances, sendo facultado ao Pregoeiro a sua prorrogação, após o que transcorrerá um período de tempo de até 30 (trinta) minutos, determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances, não podendo, em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances (FECHAMENTO RANDÔMICO);

7.9. Ao finalizar a etapa do tempo aleatório, o sistema automaticamente avaliará se existem microempresas e/ou empresas de pequeno porte (MPEs e/ou EPPs) participando dos itens do pregão. Se estas forem encontradas, então o sistema verificará se o preço por elas ofertado é até 5% (cinco por cento) maior do que a da melhor empresa previamente classificada, desde que esta não seja uma MPE ou EPP. Terá o direito de ofertar o primeiro lance do desempate, a MPE ou EPP que estiver com o preço imediatamente abaixo da primeira empresa previamente classificada. O lance ofertado deve ser obrigatoriamente menor que o lance ofertado pela empresa previamente classificada. O fornecedor terá no máximo 5 (cinco) minutos para ofertar o lance. Se assim não o fizer, então o sistema passará para a próxima MPE ou EPP melhor classificada, desde que esta atenda aos critérios da LC 123/06.

7.10. O Pregoeiro anunciará a licitante vencedora imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.11. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o detentor da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, devendo tal comprovação se dar mediante encaminhamento da documentação pelo e-mail licitapmcds@hotmail.com, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), com posterior envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo de 03 (três) dias úteis, sob pena de INABILITAÇÃO.

7.11.1. Os documentos a serem apresentados para cumprimento desta exigência são os relacionados no item 4 deste Edital.

08. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Na análise da proposta de preços, será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.2. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento da Proposta de Preço.

8.3. Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital;

8.3.1. Ocorrendo a situação a que se refere o inciso anterior, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

8.4. Para fins de julgamento das propostas, será observado o disposto no Art. 44 da lei Complementar 123/2006, em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, da seguinte forma:

8.4.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, quando o certame não for exclusivo para MEs.



- a) Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço.
- b) O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- c) A preferência de que trata este item será concedida da seguinte forma:
- c.1) Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;
- c.2) Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no sub-item c.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- d) No caso de empate, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, dentro do limite estabelecido no item 10.4, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, por item, sob pena de preclusão.
- 8.5. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço por item, observadas as especificações técnicas definidas no Edital.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 9.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 9.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação do Município, em horário normal de expediente, no endereço descrito no preâmbulo deste edital.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

- 10.1. O resultado de julgamento será submetido à Autoridade Competente para homologação.
- 10.2. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 10.3. É facultado ao Município, quando a convocada não comparecer no prazo estipulado no sub-item 10.2, não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 10.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

- 11.1. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Cel Domingos Soares – PR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena.



11.2. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Município e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.

11.3. No caso de inadimplemento, o contratado estará sujeita às seguintes penalidades:

11.3.1. Advertência;

11.3.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias, no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

11.3.3. Multa, moratória simples, de 0,4% (quatro décimos por cento), na hipótese de atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais, calculada sobre o valor da fatura;

11.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e,

11.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

11.3.6. A aplicação da sanção prevista no item 11.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 11.3.2, 11.3.3 e 11.3.4, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

11.4. As sanções previstas nos itens 11.3.1, 11.3.4 e 11.3.5, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 11.3.2 e 11.3.3, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

11.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 11.3, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências cabíveis.

11.6. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

11.7. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva do Município de Cel. Domingos Soares – PR.

12. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Para o atendimento das despesas provenientes deste processo, são indicadas as seguintes dotações orçamentárias:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	6000	10.004.20.608.0011.2071	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	6002	10.004.20.608.0011.2071	1049	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	6060	10.005.20.606.0011.2073	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

13. DO CONTRATO

13.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante Contrato, conforme minuta constante no Anexo VIII.

13.2. O contrato, que obedecerá as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade da licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições de fornecimento especificadas neste Edital e seus Anexos.

13.3. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante do Contrato, independente de transcrição.

14. DO REAJUSTE

14.1. Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.



14.2. Reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referência os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

15. DO FORNECIMENTO, LOCAL E EXIGÊNCIAS DE ENTREGA

15.1. A entrega do objeto licitado deverá ocorrer até 10 Dias após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, podendo ser solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.

15.2. O(s) objeto(s) deverá(ão) ser entregue(s), conforme solicitação dos departamentos requisitantes, no quadro urbano de Coronel Domingos Soares/PR.

15.3. A proponente vencedora se obriga entregar o(s) objeto(s) em conformidade com a marca, preço e quantidade especificada em sua proposta, sendo que, as despesas pertinentes à entrega (frete, seguro, carga/descarga e etc.) correrão às suas expensas.

15.4. O(s) objeto(s) terá(ão) que estar acompanhado(s) da Nota Fiscal de Venda, para conferência e encaminhamento da mesma ao Setor de Compras, para processamento do empenho respectivo.

15.5. A licitante vencedora obriga-se a fornecer o(s) objeto(s) a que se refere este Pregão em conformidade com as especificações descritas em sua Proposta de Preços, sendo que, o mesmo terá que ser novo e em perfeita condições de funcionamento, responsabilizando-se a licitante pela sua substituição, caso o mesmo não esteja em conformidade com a proposta.

15.6. Será recusado o produto considerado imprestável ou defeituoso, ou que não esteja adequado ao uso a que se destina, devendo a licitante contratada substituí-lo imediatamente, sem ônus ao Licitador.

15.7. O(s) objeto(s) deverá(ão) ser fornecido(s), sem ônus adicional para ao Licitador.

15.8. No ato de entrega, o objeto deverá estar acompanhado da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, em conformidade com a requisição de fornecimento. A Nota fiscal deverá ser emitida da seguinte forma:

- a) - Deverá ser obrigatoriamente na forma eletrônica, obedecendo à legislação pertinente;
- b) - Deverá constar na Nota Fiscal Eletrônica o número do contrato e nº do Pregão Eletrônico;
- c) - Deverá conter discriminação detalhada do objeto a ser fornecido, permitindo a sua perfeita identificação.

15.9. Efetuada a entrega, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei 8.666/93:

15.9.1 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

15.9.2 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens e verificação do estabelecido no item 19.8 e alíneas e conseqüente aceitação.

15.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto da entrega não exclui a responsabilidade civil a ela relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

15.11. Em caso de devolução do objeto por estar em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa contratada.

15.12. No desconto ofertado deverão ser computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre material e a venda a ser realizada, bem como custo de transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa contratada desta licitação.

16. DA GARANTIA DOS OBJETOS

16.1. No ato de entrega do objeto ofertado, a empresa vencedora terá que apresentar o certificado de garantia do mesmo, o qual terá que ser de no mínimo 01 (um) ano para bens considerados permanentes e de 03(três) meses para bens tidos como de consumo, salvo se a descrição item dispuser de forma diferente.

16.2. A empresa vencedora se obriga a fornecer, às suas expensas, durante o período de garantia, as alterações, substituições ou reparos de todo e qualquer mecanismo que apresente



anomalia, vícios ou defeito de fabricação, como falhas ou imperfeições em suas características de operação.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, até o décimo quinto dia do mês subsequente aquele em que se deu a entrega e o recebimento definitivo do objeto, com a apresentação da Nota Fiscal somente Eletrônica devidamente atestada pela secretaria;

17.2. A vencedora do certame deverá apresentar as certidões de sua regularidade fiscal, (FGTS, TRABALHISTA, RECEITAS ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

17.3. Quaisquer erro ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

17.4. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados, ou seja, anterior a entrega do objeto e os atos administrativos daí decorrentes.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O(s) objeto(s) ora licitado(s) será(ão) recebido(s) e inspecionado(s) pela direção do departamento municipal requisitante do objeto, que acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto licitado.

18.2. Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas no Termo de Referência, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo para o MUNICÍPIO.

19. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

19.1. Conforme previsto no art. 18 do Decreto 5.450/05, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa devidamente qualificada (nome completo, endereço, e documento de identificação ou dados equivalentes para pessoa jurídica) poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, sendo que tais impugnações deverão ser manifestadas por escrito, podendo ser protocolado o original, mediante recebimento da 2ª (segunda) via, na Comissão Permanente de Licitação do Município, sito à Av Araucária, 3120, Centro, Cel Domingos Soares - PR, em dias úteis, ou ainda, por meio eletrônico, através do email licitapmcds@hotmail.com, no prazo mencionado.

19.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24h (vinte e quatro horas), conforme estabelecido no § 1º do art. 12 do Decreto nº 3.555/2000;

19.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

19.4. As impugnações protocoladas intempestivamente serão desconsideradas.

19.5. As decisões decorrentes de impugnações serão publicadas no diário oficial eletrônico do Município, o DIOEMS.

20. DO GESTOR DO CONTRATO

20.1. Fica designado para atuar como gestor e fiscal do contrato, após a assinatura deste, o diretor do Departamento requisitante, aos quais acompanharão todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

21. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:



- a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "**prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "**prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. O Município de Coronel Domingos Soares poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado. O Município poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

22.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

22.4. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

22.5. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Jornal Oficial do Municípios-DIOEMS.

22.8. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

039

22.9. A participação do(a) proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

22.10. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município, inclusive membros da equipe de apoio, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos licitantes. Qualquer informação ou esclarecimento deverá ser solicitado por escrito através do endereço constante no preâmbulo deste Edital nos moldes já descritos neste edital.

22.11. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Palmas - PR.

Cel. Domingos Soares, 11/05/2022.

**Jandir Bandiera
Prefeito Municipal**

JANDIR BANDIERA
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

040

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO "Aquisição de Tendas Pantográficas para agricultura familiar do município", conforme abaixo descrito:

Lote: 1 - Lote 001

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	5922	Aquisição de Tendas Pantográficas 2x2, com estrutura em aço galvanizado chapa 16. Cobertura em lona PVCTD 1000 anti mofo. Com balcão frontal e lateral em aço. Saias para fechamentos laterais e um fechamento de fundo.	9,00	UN	3.297,33	29.675,97
TOTAL						29.675,97

1.1 A licitante vencedora, deverá enviar ao pregoeiro sob pena de desclassificação, no prazo máximo de 1 (um) dia útil após a finalização do certame, através do email: licitapmcds@hotmail.com, a proposta atualizada conforme disposto no item 5.8 deste edital (apresentar junto da proposta, os "FOLDERS", ENCARTES, FOLHETOS TÉCNICOS ou CATALOGOS dos equipamentos/materiais ofertados, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação, quando for o caso), juntamente com a documentação de habilitação.

2. PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA:

2.2. O(s) objeto(s) desta licitação deverá(ão) ser entregue(s), conforme a solicitação do departamento requisitante, no quadro urbano do município de Coronel Domingos Soares – PR, no prazo de até 10 Dias após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, podendo ser solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.

2.3. O objeto, deverá ser entregue no prazo e local acima indicado, totalmente completo, com data previamente agendada onde ocorrerá a entrega técnica e testes de funcionamento, acompanhados por servidor designado pela administração municipal.

2.4. O prazo de execução contratual é de 36 (trinta e seis) meses, e a execução é de 60 Meses contados a partir da assinatura do termo de contrato.

CLOVIS FRANCA SILVEIRA
Diretor do Departamento de Agricultura



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

041

ANEXO II - MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/____ – PROCESSO Nº. ____/____

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº. (000), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

042

ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

O(A) licitante _____, com domicílio (ou sede) na
cidade de _____, estado _____, endereço

através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa
jurídica)

_____, DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do Edital
de Pregão Eletrônico nº. ____/____, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e,
entrega, juntamente com a presente, o envelope contendo a indicação do objeto e preços
oferecidos, além do envelope contendo as documentações habilitatórias do referido Edital.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e
carimbada com o número do CNPJ e DEVERÁ SER ENTREGUE JUNTAMENTE COM O
CREDENCIAMENTO, EM ENVELOPE PRÓPRIO.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

043

ANEXO IV – MODELO DECLARAÇÃO DE LICITANTE EMPREGADOR – PESSOA JURÍDICA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

Declaramos sob as penas lei, e para fins de participação no Processo Licitatório Pregão Eletrônico n.º ____/____, junto ao Município de _____, que a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o n.º _____, não possui em seu quadro permanente de funcionários, menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.
(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

044

ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

Prezado(a) Pregoeiro (a),

em ____ (nome da empresa) _____, CNPJ nº. _____, sediada

____ (endereço _____ completo) _____, por _____ intermédio
de _____ seu representante legal Sr(a)

____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e
do CPF nº _____. DECLARA, sob as penas da Lei, nos termos do art. 3º, da Lei
Complementar nº 123/06, que se enquadra na situação de ____ (microempresa ou empresa de
pequeno porte, conforme o caso) _____ e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de
exclusão relacionadas no art. 3º da referida lei.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e
carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO VI – Não exigível para este certame



ANEXO VII - MODELO CARTA-PROPOSTA DE FORNECIMENTO

Ao Município de Cel. Domingos Soares – Paraná

Prezados Senhores,

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

Comissão de Licitação - Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto abaixo discriminado, conforme Termo de Referência, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF: ENDEREÇO e TELEFONE:

2. DADOS BANCARIOS

Nome e Código do Banco:

Nome e Código da Agência:

Localidade da Agência (Cidade e Estado):

Numero da Conta Bancária:

Nome do Favorecido

OBS: O numero de conta bancaria informada deverá obrigatoriamente estar em nome da proponente.

3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PREÇO COTADO (INSERIR PLANILHA DE PREÇOS OFERECIDOS)

Deverá ser cotado, preço unitário, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

3.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento do objeto, tais como os encargos (obrigações sociais, transporte, impostos, taxas etc.).
(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

046

ANEXO VIII- MINUTA DO CONTRATO N° _____/2022

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N° _____/2022 – PROCESSO N° _____/2022

Acordam e ajustam ao firmar o presente CONTRATO, nos termos e fundamentos da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Pregão 00/20 -Eletrônico, pelos termos da proposta da CONTRATADA datada de 00/00/20 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Araucária, 3120, inscrito no CNPJ n° 01614415/0001-18, CONTRATANTE, representado neste ato pela Prefeita _____, de CPF n° _____ e RG n° _____ (SSP/PR) em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade.

CONTRATADO: _____, pessoa jurídica de direito privado, situado a _____, n° _____, centro, cidade de _____, Estado _____, CEP _____, inscrito no CNPJ sob n° _____, neste ato representado por _____ com CPF sob n° _____ e RG n° _____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a: Aquisição de _____, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura,

Item	Quant	Unid	Descrição

que a CONTRATADA se declara em condições de entrega-lo com estrita observância do indicado nas especificações e na documentação levada a efeito pelo edital de Pregão Eletrônico n° _____/_____, devidamente homologado pelo CONTRATANTE em data de _____/_____/_____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela aquisição total do objeto relacionado na Cláusula Primeira a importância de R\$ _____.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado até trinta dias após emissão de notas fiscais e após a efetiva execução/entrega do objeto, desde que respeitados os prazos administrativos mediante:

3.1.1 As notas fiscais deverão ser encaminhadas a municipalidade até as 16 horas do dia em que forem emitidas, podendo ser feito, de forma provisória, através do e-mail e também no compraspmcads@gmail.com e posteriormente, de forma definitiva, encaminhando a original.

Nenhum pagamento será efetuado antes que o documento fiscal original esteja devidamente arquivado junto ao setor contábil desta municipalidade. Apresentação de nota fiscal com discriminação resumida do objeto idêntica a descrita em edital e contrato, número da licitação, lote e outros que julgar conveniente, desde que não apresente rasura e/ou entrelinhas, sob pena de devolução do documento e por consequência o não pagamento, com o devido aceite de servidor municipal encarregado para tal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A contratada deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quaisquer erro ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

O pagamento decorrente da aquisição prevista no presente contrato correrá por conta dos recursos orçamentários abaixo especificados:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	6000	10.004.20.608.0011.2071	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	6002	10.004.20.608.0011.2071	1049	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	6060	10.005.20.606.0011.2073	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

O faturamento e emissão de notas fiscais deverão ocorrer conforme solicitação.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

047

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

A entrega do objeto licitado ocorrerá no prazo de até **10 Dias** após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, podendo ser solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.

PARAGRAFO PRIMEIRO: O objeto deverá ser entregue conforme solicitado pelo Departamento de Agricultura, no município de Cel. Domingos Soares- PR.

PARAGRAFO SEGUNDO: A contratada se obriga entregar o objeto em conformidade com a marca, preço e quantidade especificada em sua proposta, sendo que, as despesas pertinentes à entrega (frete, seguro e etc.) correrão às suas expensas.

PARAGRAFO TERCEIRO: O objeto terá que estar acompanhado da Nota Fiscal de Venda, para conferência e encaminhamento da mesma ao Setor de Compras, para processamento do empenho respectivo.

PARAGRAFO QUARTO: A licitante vencedora obriga-se a fornecer o(s) objeto(s) a que se refere este Pregão em conformidade com as especificações descritas em sua Proposta de Preços, sendo que, o mesmo terá que ser novo e em perfeita condições de funcionamento, responsabilizando-se a licitante pela sua substituição, caso o mesmo não esteja em conformidade com a proposta.

PARAGRAFO QUINTO: Será recusado o produto considerado imprestável ou defeituoso, ou que não esteja adequado ao uso a que se destina, devendo a licitante contratada substituí-lo imediatamente, sem ônus ao Licitador.

PARAGRAFO SEXTO: O objeto deverá ser fornecido, sem ônus adicional para o contratante.

PARAGRAFO SÉTIMO: No ato de entrega, o objeto deverá estar acompanhado da Nota Fiscal/Fatura em 03 (três) vias, em conformidade com a requisição de fornecimento. A Nota fiscal deverá ser emitida da seguinte forma:

- a) Deverá ser obrigatoriamente na forma eletrônica, obedecendo à legislação pertinente;
- b) Deverá constar na Nota Fiscal Eletrônica o número do contrato e nº do Pregão Eletrônico;
- c) Deverá conter discriminação detalhada do objeto a ser fornecido, permitindo a sua perfeita identificação.

PARAGRAFO OITAVO: Efetuada a entrega, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei 8.666/93.

PARAGRAFO NONO: O recebimento provisório ou definitivo do objeto da entrega não exclui a responsabilidade civil a ela relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

PARAGRAFO DÉCIMO: Em caso de devolução do objeto por estar em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa contratada.

PARAGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: No valor contratual estão computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre material e a venda a ser realizada, bem como custo de transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do objeto do presente contrato é de 60 Meses, e a execução de 36 (trinta e seis) meses contados a partir do dia ____/____/2022 e termino no dia ____/____/2022, podendo o mesmo ser dilatado ou diminuído, conforme conveniência das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

No ato de entrega do objeto contratual, a contratada terá que apresentar o certificado de garantia do mesmo, o qual terá que ser de no mínimo 01 (um) ano para bens tidos como permanentes e de 3(três) meses para bens tidos como de consumo, salvo quando a descrição do item dispuser em edital de forma diferente.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A garantia ofertada deverá suportar as alterações, substituições ou reparos de todo e qualquer mecanismo que apresente anomalia, vícios ou defeito de fabricação, como falhas ou imperfeições em suas características de operação e de funcionamento.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DOS BENS

O objeto ora licitado será recebido e inspecionado pela direção do departamento municipal requisitante, na pessoa do responsável designado pelo Diretor do Departamento, o qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto licitado



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

048

PARAGRAFO ÚNICO: Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas no Termo de Referência, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo para o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

16.2. Reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referencia os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO GESTOR DO CONTRATO

Fica designado para atuar como gestor do contrato, após a assinatura deste, o Fiscal Técnico Luiz Antonio Mezzomo e o Fiscal Geral Glenio Jose Maito, aos quais acompanharão todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **"prática corrupta"**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **"prática fraudulenta"**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **"prática colusiva"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **"prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **"prática obstrutiva"**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA- DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros na execução deste contrato.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

049

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidos na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- Fornecer o objeto dentro dos padrões de qualidade exigidos;
- Obedecer o prazo de entrega estipulado; e,
- Suportar as despesas provenientes de frete, seguro e outras que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste instrumento;
- Fornecer todos os dados e especificações necessárias a completa e correta execução do objeto;
- Comunicar a CONTRATADA, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, o licitante que cometer as infrações estabelecidas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atraso injustificado, execução parcial ou inexecução do contrato, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes cominações administrativas, cumulativamente ou não, com as penalidades previstas no edital:

- Advertência;
- Multa de:
 - 1% (um por cento) ao dia sobre o valor adjudicado, no caso de atraso ou execução parcial, limitado a trinta dias.
 - Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nas letras "b.2" e "c".
 - 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA o que caracteriza a inexecução da obrigação assumida.
 - Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura;
 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Uma vez configurado o inadimplemento contratual, a multa de que trata o item anterior será deduzida do pagamento devido pela Prefeitura ao adjudicatário, independente de comunicação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Após a conclusão do processo administrativo, garantida ampla defesa, serão devolvidos os valores retidos na forma do item anterior corrigidos pelo índice da poupança, caso o julgamento seja favorável ao licitante.

PARÁGRAFO QUARTO: Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº. 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

050

necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não procedidos da competente prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei nº. 10.520/02 e, subsidiariamente, pela Lei nº. 8.666/93, pelos Princípios de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos aplicando-se os preceitos legais referidos no "caput" desta Cláusula, na doutrina e jurisprudência aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses:

a) Infringência de qualquer obrigação aqui ajustada, conforme estabelece o artigo 77 da Lei nº. 8.666/93; ou,

b) Pela materialização de qualquer das causas mencionadas no art. 78 do mesmo diploma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca da Comarca de Palmas/PR, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato. E, por estarem certos e ajustados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta os efeitos legais.

Cel. Domingos Soares-PR _____, em ____ de _____ de 2022

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

(assinatura e nº do CPF)

(assinatura e nº do CPF)



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

051

ANEXO IX – MODELO DECLARAÇÃO CNAE

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

A empresa _____, cadastrada no CNPJ/MF sob nº _____, estabelecida a _____, através do signatário da presente, o senhor (inserir a qualificação completa), representante legalmente constituído, declara sob as penas da Lei que o CNAE que representa a atividade de maior receita é _____ (código) - _____ (descrição da atividade conforme CNAE).

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

052

ANEXO X – MODELO DECLARAÇÃO VINCULO FUNCIONAL

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022_ – PROCESSO Nº. ____/2022

A pessoa jurídica (*inserir nome da proponente*), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). (*inserir o nome completo*), portador(a) da carteira de identidade RG sob o nº (*inserir o número*) e do CPF sob o nº (*inserir o número*), **DECLARA**, para os fins do contido no artigo 9º, inciso III da Lei 8666/93, especialmente para o Edital de **PREGÃO Nº ____/2022 -PMCDs**, que não é servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Declara, para os fins do contido na Lei Orgânica do Município de Coronel Domingos Soares, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seu quadro social, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, ou seus cônjuges e companheiros, que sejam integrantes do quadro societário da empresa.

Declara, ainda, para os fins do contido na Súmula 13 do STF e Acórdão nº 2745/2010 do TCE-PR, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seus quadros, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja servidor público, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança do Município de Coronel Domingos Soares.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.



PARECER JURÍDICO Nº 274/22

Processo Licitatório nº: 59/2022 – Pregão 32/22

Interessado: Departamento de Licitações e Compras

Assunto: Análise jurídica inicial de edital de licitação na modalidade Pregão, seus anexos e minuta de contrato.

Recebe esta Procuradora pedido de parecer encaminhado pela Pregoeira do Município, relativo ao processo nº 59/22, que trata da abertura de licitação na modalidade de **pregão sob nº 32/22 para aquisição de equipamentos, tipo tendas pantográficas para emprego nas ações setorizadas do departamento de agricultura em atenção ao plano de trabalho previamente aprovado no âmbito do Termo de Convênio 90/2020, Aditivo 01 do Plano de Trabalho, celebrado entre o Município e o Estado, via Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento-SEAB.**

Consulta-nos sobre a adequação da modalidade licitatória adotada para o processo em questão, qual seja **“Pregão”, pela via eletrônica**, e solicita apreciação jurídica da minuta do instrumento convocatório e do contrato, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei 8666/93.

1. Do relatório:

O processo teve início com a requisição formulada pela direção do departamento interessado de agricultura, descrevendo suas necessidades e justificando sua pretensão em seu(s) Termo(s) de Referência, alimentado com indicação de preços e orçamentos de mercado para fixação de preço médio/valor máximo do certame, cujo objeto se destina a suprir as necessidades das atividades agrícolas do Município, consoante pasta técnica que integra o convênio já citado.

A requisição foi protocolada pelo setor de Licitações e Compras, que na sequência instruiu o processo com as informações preliminares pertinentes a toda e qualquer contratação pública, independentemente de efetivarem-se na via licitatória ou através de contratação direta.

Nessa esteira, constam dos autos: a indicação, pelo(a) contador(a) responsável, das dotações orçamentárias por onde correrão as despesas, apreciação do conteúdo pelo setor de planejamento, manifestação favorável do setor de Controle Interno bem como a determinação do Chefe do Executivo para instauração do processo de contratação.

Minutou a Pregoeira que a pretensão fosse atendida através de licitação, na modalidade **“Pregão”** pela via eletrônica, definindo, nesta esteira, que o objeto é de natureza relativamente comum, podendo ser objetivamente definido no edital, atendendo ao que dispõe o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520/02.

Consoante valor do objeto a participação dos licitantes **se deve dar de forma exclusiva para micro e pequenas empresas**, consoante valores estampados no Anexo I do Edital, aliado ao fato de que o certame terá sua disputa por menor valor por item, **incidindo** o disposto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14 e inciso I do § 1º do art. 34 da Lei Complementar Municipal nº 01/2009, cuja peculiaridade será, também, prevista ao inserir o certame no sistema “licitações-e” do Banco do Brasil, onde ocorrerá a operacionalização da disputa.



Todo o processo em tela foi construído sob a égide das Leis Federais 8.666 e 10.520, não havendo nenhum dispositivo derivado da Nova Lei de Licitações, nº 14.133. Foi elaborada a minuta do edital na modalidade Pregão, bem como minuta do respectivo contrato, para atendimento das necessidades do(s) setor(es) interessado(s), cujos dois termos são submetidos à apreciação jurídica.

2. Da análise da escolha da modalidade:

Consoante documentos acostados aos autos até este momento, ainda que de forma sucinta, embasam estes os procedimentos iniciais para abertura de processo licitatório, em linhas gerais. Quanto à adoção da modalidade Pregão para atender aos interesses da municipalidade, há que se registrar algumas considerações. A Lei nº 10.520/02, que disciplina esta modalidade, dispõe em seu art. 1º, parágrafo único:

Art. 1º - Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único: Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Pela leitura supra, o objeto do processo em análise pode ser classificado como "comum", assim já entendido pela Sra Pregoeira. Verifica-se que, mesmo sendo objeto com várias peculiaridades de execução, sua descrição foi pormenorizada no Anexo I do edital prevendo, na medida do possível imaginável, as necessidades do serviço público e em respeito ao contido no plano de trabalho que deu base ao convênio celebrado entre Município e o Estado do Paraná. A apreciação destas peculiaridades do objeto não são afeitas, *lato sensu*, à análise jurídica, visto que os procuradores não tem conhecimento técnico na área abordada tampouco detém competência legal para tal ao passo que estas peculiaridades foram abrangidas no Termo de Referência firmado pelo setor requisitante: de agricultura.

Nesta esteira e observadas as ressalvas anteriores, não se verifica, a princípio, óbice que comprometa a utilização da modalidade Pregão para realizar a licitação necessária para o atendimento da pretensão da administração, salvo o aparecimento, no curso do processo, de pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações que merecerão análise oportuna e em apartado, se for o caso.

Não obstante, orientamos apenas à Pregoeira e sua equipe de apoio para que durante a condução do certame sejam cumpridas as determinações legais da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93, suplementarmente, sob pena de invalidade dos atos praticados em desacordo com os referidos diplomas legais, em especial, quanto à publicidade dos atos, observando-se o interstício mínimo de 08 (oito) dias úteis entre a publicação do último aviso de licitação e a data de recebimento das propostas, bem como o prazo de publicação no Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e no Portal de Transparência deste Município, na mesma data de sua publicação oficial.

2.1 Da forma do pregão

Optou-se pela realização do pregão em tela na sua configuração "eletrônica", o que é altamente recomendável consoante a dinâmica que tem o poder público imposto as compras e contratações públicas nos últimos anos, fato que se consagrará ainda mais quando da efetivação da Lei Federal 14133/21 (Nova Lei de Licitações), já em vigor mas com aplicação ainda limitada e em paralelo com a Lei 8.666/93.



A via adotada visa sempre a ampliar a participação e angariar a proposta mais vantajosa para a administração pública.

3. Da análise da minuta do edital:

Passamos à análise dos elementos abordados na minuta do edital e sua concordância com as imposições do art. 40 da Lei de Licitações – 8666/93. Traz o referido mandamento a obrigatoriedade de abordagem dos seguintes elementos nos editais de licitação, podendo estes ser suprimidos ou acrescidos, conforme o caso:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

- I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;
- II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;
- III - sanções para o caso de inadimplemento;
- IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;
- V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;
- VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;
- VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;
- VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;
- IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;
- X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;
- XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;
- XII - (VETADO)
- XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;
- XIV - condições de pagamento, prevendo:
 - a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;
 - b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;
 - c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;
 - d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;
 - e) exigência de seguros, quando for o caso;
- XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei; XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;
- XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

056

De outra via o art. 55 da Lei 8.666/93 regula quais requisitos mínimos a serem previstos em contratos administrativos, quando celebrados:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.(...)

Após análise do instrumento apresentado, constatou-se que a elaboração do edital bem como da minuta contratual não destoam dos ditames do art. 40 e 55 da Lei nº 8.666/93, ambos supracitados, destacando-se a clareza e objetividade do objeto da licitação, a previsão de requisitos pertinentes ao objeto do certame como condição de habilitação, fixação de critério objetivo para julgamento das propostas, prazos legais respeitados para impugnação ao edital, abertura das propostas e habilitação, julgamento de recursos, pelo que esta Procuradoria não tem nenhum óbice a mencionar nesta fase.

4. Conclusão

Por todo o breve exposto:


4.1 opinamos pela regularidade da escolha da modalidade “pregão” para o desenvolvimento da licitação que se inicia e pela anuência para com a minuta do instrumento convocatório e da respectiva minuta de contrato, não existindo óbice, em tese, para o prosseguimento do processo licitatório;

4.2 alerta-se que devem ser atendidas as orientações descritas no item 2 deste parecer, *in fine*;

4.3 ressalte-se, ainda, que os critérios e a análise de mérito (oportunidade, motivação e conveniência do pedido) constituem análise técnica do setor solicitante, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do procedimento licitatório, motivo pelo qual o presente opinativo cinge-se exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento (minuta de edital e contrato).

É o parecer.

Coronel Domingos Soares/PR, 11 de maio de 2022.


Rogério Everaldo Schmidt
Procurador - OAB-PR 59902
Portaria 169/2015



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS
SOARES
ESTADO DO PARANÁ

CENTRO ADMINISTRATIVO
ADÃO REIS
CNPJ 01614415/0001-18
AV ARAUCÁRIA, 3120
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP
85557000

057

PARECER CONTROLE INTERNO N° 120/2022

FINALIDADE: aquisição de tendas pantográficas para a agricultura familiar do Município.

I-DOS FATOS: Ocorre que chegou a este Setor de Controle Interno, o processo nº59/2022 Pregão Eletrônico nº 32/2022, solicitando a análise e parecer, referente a possibilidade de aquisição de tendas pantográficas para a agricultura familiar do Município.

Em justificativa, se faz necessário a aquisição desses equipamentos para abrigo e exposição em feira livre de produtos da agricultura familiar.

II-DO CONTROLE INTERNO: A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, ao tempo em que a Lei Municipal que dispõe sobre a Reorganização da Estrutura Básica do Poder Executivo e dá outras providências, "...é o órgão responsável pelo sistema de controle interno em todos os níveis e órgãos do Governo, tendo por objetivo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública municipal e a verificação e avaliação dos resultados obtidos pelos administradores em geral, a quem compete". Tendo em vista que a contratação sub examine, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência da Controladoria para análise manifestação.

III-PRELIMINARMENTE: Na qualidade de responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Coronel Domingos Soares nomeada através da Portaria nº224/2019 em data de 01 de agosto de 2019, estrita obediência e visando o cumprimento ao que determina o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, artigo 59 da Lei Complementar 101 e Lei Municipal, que estabelecem as finalidades do sistema de Controle Interno de forma geral. O Controle Interno desenvolveu atividades de análise e avaliação, de possível aquisição de tendas pantográficas para a agricultura familiar do Município.

IV - RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO;DOCUMENTOS JUNTADOS/ANALISE:

- a) processo com Justificativa e fundamentação.
- b) Indicação de recursos e dotação Orçamentária;
- c) termo de referência;
- d) 03 proposta de Preço;
- e) Parecer Contábil;
- f) parecer Jurídico;



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS
SOARES
ESTADO DO PARANÁ

CENTRO ADMINISTRATIVO
ADÃO REIS
CNPJ 01614415/0001-18
AV ARAUCÁRIA, 3120
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP
85557000

058

V - DA FUNDAMENTAÇÃO: Considerando a necessidade da contratação e baseada na **LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.**

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

VI-CONCLUSÕES: Em face do exposto, diante da apresentação com clareza dos documentos relacionado ao objeto e justificativa plausível, considero regular a aquisição de tendas pantográficas para a agricultura familiar do Município. Desta feita, retomem-se os autos ao departamento de administração, para as providências cabíveis e necessárias para o seu devido andamento.

Sem mais é o parecer do setor de Controle Interno.

Coronel Domingos Soares, 19 de maio de 2022.


Dirlei de Lima
Controle Interno

Dirlei de Lima
Controle Interno
Portaria nº 224/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

Extrato de Edital de Licitação – Pregão 32/2022–Eletrônico

Objeto: Aquisição de Tendus Pantográficas para agricultura familiar do município.
ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: às 13:00 do dia 31/05/2022. INÍCIO DA
SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 do dia 31/05/2022. LOCAL:
www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil. *Acesso Identificado no link-licitações*.
Acesso à íntegra do edital também pelo site <http://www.pmods.pr.gov.br/>. Rafaela
Scherelner–Pregoeira.

Cod2024 17

Carambei

AVISO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEI – ESTADO DO PARANÁ
CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2022

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Troca Saudável.

O acesso ao credenciamento e aos interessados (Grupos Formais, informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda.

LOCAL: Departamento de Compras e Licitações, Paço Municipal, de 2ª a 6ª feira das 08:00 h às 12:00 h e das 13:00 horas às 17:00 horas, no período de 23/05/2022 até dia 15/06/2022. A sessão para análise da documentação fica agendada para o dia 21/06/2022 às 09:00h.

Mais informações, bem como a íntegra do edital poderão ser solicitados na sede da Prefeitura Municipal de Carambei no Departamento de Compras e Licitações na Avenida do Ouro, 1355, Jardim Europa ou pelo fone: (42) 9-9119-3716 ou pelo e-mail: compras@carambei.pr.gov.br.

Carambei, 18 de MAIO de 2022.

JESSICA MARCONDES DE ALMEIDA VAZ
Presidente da Comissão de Licitação
Departamento de Compras e Licitações

48971/2022

Carlópolis

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2022
PROCESSO Nº 080/2022

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE-REGISTROS DE PREÇOS

O Município de Carlópolis, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, Menor Preço, que tem por Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Transporte Escolar, destinados a atender os estudantes da Rede Pública de Ensino (Municipal e Estadual), conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos.

Disponibilidade do edital: 20/05/2022 a 01/06/2022

Início da sessão de disputa de preços: às 08:30min do dia 01/06/2022 - Local: www.licitanet.com.br "Acesso Identificado". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Aquisição do edital: Os interessados em participar do certame, poderão retirar exemplares deste edital diretamente no site do Município - link: www.carlopolis.pr.gov.br - Processos Licitação, no Departamento de Licitações, Rua Benedito Salles, nº 1.060, nos horários das 08h00min às 12h00min e 13h00min às 17h00min e pelo telefone: (43) 3566.1291 - Ramais: 203 e 218 e através do e-mail licitacoes2@carlopolis.pr.gov.br. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através pelos telefones: (34) 3014-6633 / 3236-7571 (Suporte aos Fornecedores) (34) 99678-7950 / (34) 99678-8726 (Suporte aos Fornecedores) ou através da Licitanet Online ou pelo e-mail: contato@licitanet.com.br / financeiro@licitanet.com.br Carlópolis, 19 de maio de 2022

Publique-se Hiroshi Kubo Prefeito Municipal

49851/2022

Cascavel

MUNICÍPIO DE CASCAVEL

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 14/2022

Objeto: Outorgar através de Concessão de Direito de Uso, a título oneroso a concessão dos Casulos industriais, localizados na Rua Pedro Luiz Boaretto, nº 109, Núcleo de Produção Industrial II - Cataratas, no âmbito do Programa de Fomento à Produção (Lei nº 7.025/2019) de acordo com os preceitos legais vigentes e condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Sessão Pública: 27 de junho de 2022, às 14h00min. Local: Sala de Licitações do Departamento de Gestão de Compras e Administração, no 2º Andar do Centro Administrativo Municipal José Silvério de Oliveira, sito a Rua Paraná, nº 5.000, Centro, Cascavel, Paraná. Tipo: Maior Oferta. Valor Total da Licitação: R\$ 71.280,00.

O Edital de licitação e demais documentos relativos ao certame estão disponíveis para acesso a qualquer hora e por qualquer interessado no Portal do Cidadão do Município de Cascavel: <https://cascavel.atende.net> (Serviços Fornecedores > Licitações). Cascavel-PR, 19 de maio de 2022. Fernando Marcos Gea, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

50060/2022

MUNICÍPIO DE CASCAVEL

AVISO DE PRORROGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2022

Comunica-se aos interessados que em virtude de alteração do item 6 do Anexo I-A do Edital, fica prorrogada a sessão de abertura da licitação para 07/06/2022 às 09h00min. O Edital de licitação reeditado encontra-se disponível no Portal do Cidadão do Município de Cascavel: <https://cascavel.atende.net> (Serviços Fornecedores > Licitações). Cascavel-PR, 19 de maio de 2022. Ana Caroline Colerli Hank, Pregoeira.

49897/2022

Céu Azul

MUNICÍPIO DE CÉU AZUL - PR

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO Nº 58/2022 – M.C.A.

Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica veicular, compreendendo montagem e conserto de pneus de caminhões, ônibus e máquinas pesadas, pelo período de 2 meses. Valor Máximo da Licitação R\$ 33.208,00. Abertura dia 06/06/2022 às 08:30 horas. A presente licitação destina-se exclusivamente para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte. O texto do Edital poderá ser obtido no site www.ceuazul.pr.gov.br ou no Paço Municipal de Céu Azul. Tel. 45-3121-1000, e-mail: licitacao@ceuazul.pr.gov.br. Céu Azul/PR, 18 de maio de 2022. Laurindo Sperotto – Prefeito Municipal.

49645/2022

Coronel Domingos Soares

EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2022 – Data 15/05/2022

Ref. Pregão 99/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Aracária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18. **CONTRATANTE:** representado neste ato pelo prefeito Jandir Bandeira, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado em Cel. Domingos Soares/PR a Avenida Aracária, 2913, apto 101 de CPF nº 383.803.310 – 87 e RG nº 15.546.648 – 0 (SSP/PR). **CONTRATADO(A):** CAROLINE HANNEMANN - EIRELI, Sediada na RUA ALCIDES VALENTINO ZANELLA, 540, RONDINHA, CAMPO LARGO/PR, inscrita no CNPJ sob nº 34.131.546/0001-01.

OBJETO(S): Aquisição de Motoniveladora, zero km, conforme características técnicas do equipamento em anexo no modelo 07 PAM - SEDU, VALOR CONTRATUAL R\$ 784.400,00 (setecentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos reais), respeitados os valores individuais.

FORMA DE PAGAMENTO: Até 30 dias após emissão de nota fiscal.

Prazo de execução/entrega: 120 dias

Prazo de vigência: 365 dias.

FORO: Comarca de Palmas-PR.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES				
Código da despesa	Funcional programática	Fuente de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
4646	08.001.26.782.0010.1016	504	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
4645	08.001.26.782.0010.1016	1077	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

49501/2022

MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES-PR

Extrato de Edital de Licitação – Pregão 30/2022 - Eletrônico

Objeto: Aquisição de Calcário Dolomítico para o Departamento de Agricultura, através do Termo de Convênio nº 516/2021, celebrado junto a Secretaria do Estado de Agricultura e do Abastecimento - SEAB. ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: às 08:00 do dia 31/05/2022. INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 do dia 31/05/2022. **LOCAL:** www.licitacoes-e.com.br, do Banco do Brasil, "Acesso Identificado no link - licitações". Acesso a íntegra do edital também pelo site <http://www.pmeds.pr.gov.br>. Rafaela Scherzinger - Pregoeira.

49516/2022

MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES-PR

Extrato de Edital de Licitação – Pregão 31/2022 - Eletrônico

Objeto: Aquisição de Equipamentos para campo a frota do Departamento de Agricultura, através do Termo de Convênio nº 501/2021, celebrado junto a Secretaria do Estado de Agricultura e do Abastecimento - SEAB. ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: às 10:00 do dia 31/05/2022. INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:30 do dia 31/05/2022. **LOCAL:** www.licitacoes-e.com.br, do Banco do Brasil, "Acesso Identificado no link - licitações". Acesso a íntegra do edital também pelo site <http://www.pmeds.pr.gov.br>. Rafaela Scherzinger - Pregoeira.

49518/2022

MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES-PR

Extrato de Edital de Licitação – Pregão 32/2022 - Eletrônico

Objeto: Aquisição de Tendões Pantográficos para agricultura familiar do município. ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: às 13:00 do dia 31/05/2022.

INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 do dia 31/05/2022. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil, "Acesso Identificado no link - licitações". Acesso a íntegra do edital também pelo site <http://www.pmcps.pr.gov.br/>. Rafaela Scherer - Pregoeira.

49519/2022

MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES-PR

Extrato de Edital de Licitação - Pregão 33/2022 - Eletrônico

Objeto: Aquisição de Canteiro Agrícola para transporte de insumos agrícolas e fabricação de silagem. ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: às 15:00 do dia 31/05/2022. INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: às 15:30 do dia 31/05/2022. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil, "Acesso Identificado no link - licitações". Acesso a íntegra do edital também pelo site <http://www.pmcps.pr.gov.br/>. Rafaela Scherer - Pregoeira.

49520/2022

MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES-PR

Extrato de Edital de Licitação - Pregão 34/2022 - Eletrônico

Objeto: Aquisição de equipamentos e mobiliários permanentes pelo Programa Plano de Ações Articuladas para suprir as necessidades das Escolas da Rede Municipal de Educação. ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: às 08:00 do dia 03/06/2022. INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 do dia 03/06/2022. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil, "Acesso Identificado no link - licitações". Acesso a íntegra do edital também pelo site <http://www.pmcps.pr.gov.br/>. Rafaela Scherer - Pregoeira.

49521/2022

Corumbataí do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 72/2022 - Tomada de Preços nº 03/2022

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação com pedras polidricas, sendo 25.429m², conforme projetos técnicos de engenharia e anexo I, com recursos financeiros provenientes do Convênio nº 119/2022 - SEAB, celebrado entre o Município de Corumbataí do Sul - PR e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 08 de Junho de 2022 às 09:00 Horas. VALOR MÁXIMO: R\$ 1.402.095,42 (um milhão, quatrocentos e dois mil noventa e cinco reais e quarenta e dois centavos). Informações complementares do Edital encontra-se disponível no setor de Licitação, no horário normal de expediente da Prefeitura, ou seja, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, através do telefone: 44 - 3277-1153, e-mail: licitacao@corumbataidosul.pr.gov.br, e ou www.corumbataidosul.pr.gov.br (portal da transparência).

PAÇO MUNICIPAL, 19 de Maio de 2022.
ALEXANDRE DONATO - Prefeito Municipal

49828/2022

Cruzeiro do Iguaçu

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGAO ELETRONICO 058/2022. A Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguaçu torna público, para conhecimento dos interessados, do PREGAO ELETRONICO 058/2022, que resolve RETIFICAR o edital de licitação, 20 de maio de 2022, conforme consta com as novas alterações no Objeto do Edital. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições constantes do Edital, Anexos e Retificação, a qual consta a nova data de Abertura das Propostas: às 09:00 horas do dia 08/06/2022. Início da Sessão de Disputa de Preços: 09h00min, do dia 08/06/2022. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital com as devidas alterações poderá ser obtido através do webpage: <http://www.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br/> e demais informações através do telefone (0xx46) 3572 - 8018; fax (0xx46) 3572-8001 e email: licitacao@cruzeirodoiguacu.pr.gov.br Torno público. Cruzeiro do Iguaçu - PR, 18 de maio de 2022. LEONIR ANTÔNIO GELHEN - PREFEITO

50078/2022

Enéas Marques

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2022

O Município de Enéas Marques torna público que fará realizar, às 08:15 horas do dia 20 de Junho do ano de 2022, na sala de licitações, na Av. Joaquim Bonetti nº 579 em Enéas Marques, Paraná, Brasil, CONCORRÊNCIA, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução (dias)
Sede	Pavimentação em CRUQ	5760,00 m ²	180

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, ou solicitada através do e-mail licitacao.eneas@gmail.com, podendo ainda serem acessados na íntegra no portal do Município no link <https://eneasmarques.atende.net/#/tipo/servico/valor/8/padrao/1/load/1>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados - Telefone 46 3544 2103. Enéas Marques, 19 de Maio de 2022. Edson Lupatini - Prefeito Municipal

49640/2022

Espigão Alto do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2022/PMEAI EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI

OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos em geral, com retirada de forma parcelada e conforme a efetiva necessidade, com recursos do Fundo Estadual de Saúde do Paraná, para uso no Centro Municipal de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, conforme constante do anexo I do presente edital.

As propostas serão recebidas até às 08:00 horas do dia 06/06/2022.

AUTORIZAÇÃO: Agenor Bertonecello - Prefeito Municipal

INFORMAÇÕES SOBRE O PREGÃO: O edital poderá ser obtido na página eletrônica do Banco do Brasil, disponibilizado no site www.licitacoes-e.com.br, ou na Comissão de Licitações, localizada no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, sito a Avenida Brasília, nº 551, fone: (46) 3553-1484.

Espigão Alto do Iguaçu, 19 de maio de 2022.

MARCIO BONELLA

Pregoeiro

49667/2022

Fazenda Rio Grande

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o Pregão Eletrônico nº 16/2022, o qual tem como objeto o "Registro de Preços Aquisição de Tablets para Unidades Municipais de Atenção Primária - Qualificação da Atenção Primária à Saúde em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde", e ADJUDICA o objeto em favor das seguintes empresas: MICROSENS S/A, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 78.126.950/0011-26, vencedora do item 01 com valor total de R\$ 106.206,00 (cento e seis mil e duzentos e seis reais); WYUT DO BRASIL, DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS - EIRELI, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.934.182/0001-01, vencedora do item 02 com valor total de R\$ 34.374,80 (trinta e quatro mil e trezentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos). O processo atendeu a legislação pertinente em toda sua tramitação, conforme Parecer nº 268/2022 da Procuradoria Geral do Município.

Fazenda Rio Grande-PR, 17 de maio de 2022.

Marcio Antonio Marcondes Silva

Prefeito Municipal

49808/2022

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o Pregão Eletrônico nº 26/2022, o qual tem como objeto a "Aquisição de materiais didático-pedagógicos para educação infantil, ensino fundamental e educação especial em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Educação", e ADJUDICA o objeto em favor das seguintes empresas: COMAP COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 00.533.784/0001-13, vencedora dos itens 01, 15, 21, 27, 31, 32, 47 e 48 com valor total de R\$ 62.709,10 (sessenta e dois mil e setecentos e nove reais e dez centavos); VIVIANE LEONEL TEODORO DE SOUZA 016624109/1, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 38.037.376/0001-43, vencedora dos itens 06, 37, 38 e 40 com valor total de R\$ 13.821,80 (treze mil e oitocentos e vinte e um reais e oitenta centavos); CORDEIRO E FRANCO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 20.800.676/0001-77, vencedora dos itens 02, 05, 10, 12, 13, 16, 18, 22, 23, 24, 28, 30, 34, 41, 44, 51, 52, 53, 54 e 56 com valor total de R\$ 194.704,66 (cento e noventa e quatro mil e setecentos e quatro reais e sessenta e seis centavos); SERGIO CORREIA DE SIQUEIRA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 00.441.103/0001-97, vencedora dos itens 14, 19, 55 e 57 com valor total de R\$ 28.549,01 (vinte e oito mil e quinhentos e quarenta e nove

A

Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares/PR

Pregão Eletrônico nº 032/2022

A/C Comissão de Licitação

PROPOSTA COMERCIAL REAJUSTADA

A empresa **VISUAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LONAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.626.958/0001-06, com sede na Avenida Pedro Ludovico Teixeira nº 3810, Parque Oeste Industrial, Goiânia/GO, neste ato representado por seu Procurador, Sr. *Divino Anderson Mota*; vem, mediante este estimado órgão, apresentar PROPOSTA COMERCIAL para o(s) seguinte(s) produto(s) e/ou serviço(s):

Item	Descrição	Qnt.	\$ Unitário	\$ Total
01	Aquisição de Tendas Pantográficas 2x2, com estrutura em aço galvanizado chapa 16. Cobertura em lona PVCTD 1000 antimofo. Com balcão frontal e lateral em aço. Saias para fechamentos laterais e um fechamento de fundo. Marca: Visual Tendas	09	R\$ 3.296,65	R\$ 29.669,85
* Total Global *		R\$ 29.669,85 (vinte e nove mil e seiscentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)		

Declaramos, igualmente, que em nosso preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com mão de obra especializada ou não, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como todos os custos necessários para atendimento as exigências e determinações do **Edital**, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação a esta instituição.

Garantia dos Produtos:

01 (um) ano após a efetiva entrega dos produtos (problemas na montagem e de fabricação), já incluso o prazo estipulado no CDC.

Condições para Pagamento:

30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

Prazo de Entrega/Execução:

10 (dez) dias, a partir do recebimento da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento em remessa única, conforme pedido na ordem de fornecimento.

Validade da Proposta:

60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

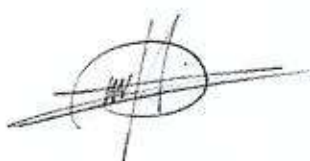
Local de Entrega:

local a ser informado na Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento, desde que respeite os limites do Município de Coronel Domingos Soares/PR

Dados Bancários:

Banco (756), Agência: 3246, Conta Corrente: 3290-5.

Goiânia, 31 de maio de 2022.



Divino Anderson Mota
Procurador

Informações Técnicas

Tendas Plasmadas

Tabela de Relação Tamanho x Capacidade

TAMANHO	CAPACIDADE	PIESO MÉDIO	ÁREA COBERTA m²
3x3	15 pessoas	77kg	9
4x4	26 pessoas	122kg	16
5x5	41 pessoas	139kg	25
6x6	60 pessoas	201kg	36
8x8	100 pessoas	275kg	64
10x10	166 pessoas	451kg	100
12x12	240 pessoas	659kg	144

Cor: padrão: amarelo, azul, branco, verde e vermelho.
Demais cores sob consulta

Telas de Sombreamento

Relação de Cores Usas e % de Sombra

COR	% DE SOMBRA
Amarelo	34
Amarelo	33
Verde	34
Verde	33
Verde	33
Verde	33
Verde	33
Verde	33
Verde	33
Verde	33

Telas de Sombreamento

Relação de Cores Combinadas e % de Sombra

COR	% DE SOMBRA
Amarelo	34
Verde	33
Verde	33
Verde	33
Verde	33
Verde	33
Verde	33
Verde	33
Verde	33
Verde	33

Aceitamos os Cartões



62 3256-8633

Av. Pedro Álvares Cabral, 1130, Shopping Oeste Industrial - CEP: 24.375-400 / Solânea - RJ
www.visualtendas.com.br / Telefone: 021-3256-8633

ARQUIA[®]

TENDAS



TENDAS PIRAMIDAIS

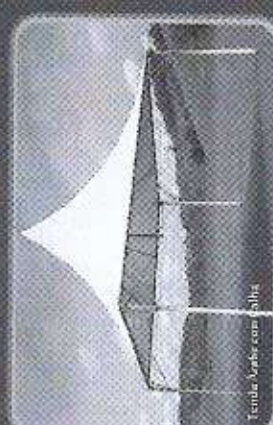
Todos acordados para o versus e o adies num grande futuro de presença



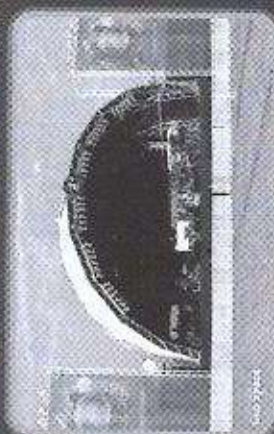
TENDAS SANFONADAS



TENDAS PERSONALIZADAS



PALCOS - PISOS E GALPÕES



TELAS DE SOMBREAMENTO - SOMBRITES



KIT ACAMPAMENTO



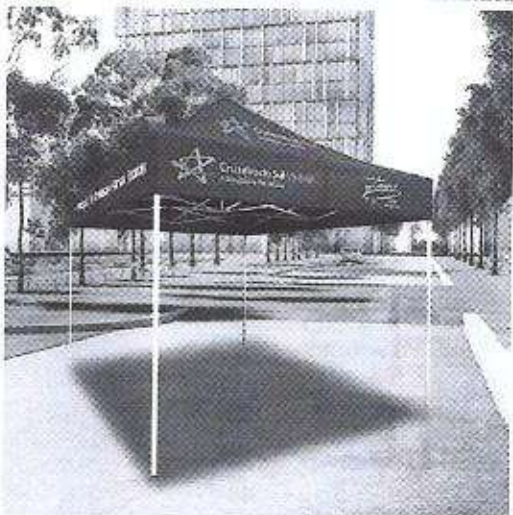


VISUAL
TENDAS

(62) 3931-5549

  @visualtendas

CATÁLOGO DE PRODUTOS



TENDA PERSONALIZADA

Tendas com design diferenciado, inovador e instalação rápida, ideais para eventos de pequeno e médio porte. Proporciona a oportunidade de levar a sua marca a vários lugares, contribuindo para fixação de marca. Confeccionadas de acordo com seu projeto. Estruturas metálicas zincadas com tratamento antioxidante e retardante de chamas.

MEDIDAS

2x2	2x3	3x3	3x4,5	3x6
-----	-----	-----	-------	-----

ESCOLHA A MEDIDA CERTA

Tamanho	Peso Kg	Pessoas
2x2	15,8kg	06
2x3	33,5kg	10
3x3	35,5kg	15
3x4,5	53,3kg	22
3x6	71,1kg	30



TENDA SANFONADA

Práticas, resistentes, versáteis e fáceis de montar. Estrutura em aço zincado com tratamento antioxidante, constituídas por peças articuladas e telescópicas, o que facilita sua montagem. Cobertura em nylon 600 ou em lona PVC. Montagem rápida em 1 minuto.

MEDIDAS

2x2	2x3	3x3	3x4,5	3x6
-----	-----	-----	-------	-----

CORES



ESCOLHA A MEDIDA CERTA

Tamanho	Peso Kg	Pessoas
2x2	15,8kg	06
2x3	33,5kg	10
3x3	35,9kg	15
3x4,5	53,3kg	22
3x6	71,1kg	30



TENDA PIRAMIDAL

Ideal para coberturas de eventos de pequeno, médio e grande porte, feiras e exposições, pontos de venda, cobertura de veículos ou lanchas, na pescaria, no camping e outros. São fabricadas em aço zincado com tratamento antioxidante, cobertura vinílica de alta resistência, aditivação anti-UV, antichamas e antifúngica.

MEDIDAS

3x3	4x4	5x5	6x6	8x8	10x10	12x12
-----	-----	-----	-----	-----	-------	-------

CORES

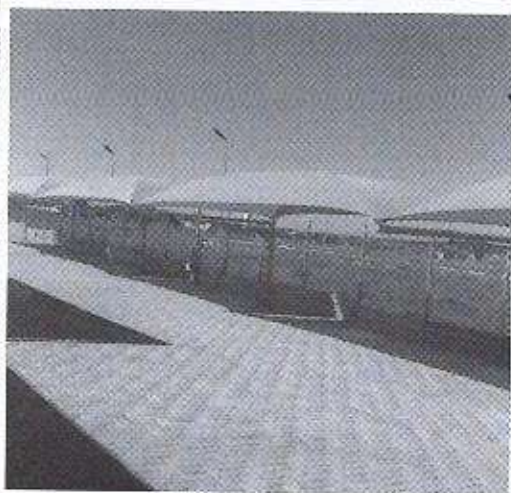


ESCOLHA A MEDIDA CERTA

Tamanho	Peso Kg	Pessoas
3x3	76kg	15
4x4	117kg	26
5x5	135kg	41
6x6	181kg	60
8x8	357kg	106
10x10	451kg	166
12x12	620kg	240



www.visualtendas.com.br



SOMBREADOR

A melhor proteção para seu carro, piscina ou área de lazer. Para sua segurança e conforto, são fabricados com polietileno de alta densidade, proteção contra raios UV, estruturas em tubos industriais de alta resistência com pintura eletrostática ou epóxi. À escolha do cliente, podem ser produzidas nas cores lisas em azul, amarelo, branco, laranja, prata, preto, verde e vermelho. Em cores combinadas, azul/preto, verde/preto e vermelho/preto. A lona utilizada confere até 90% de sombreamento.

MEDIDAS

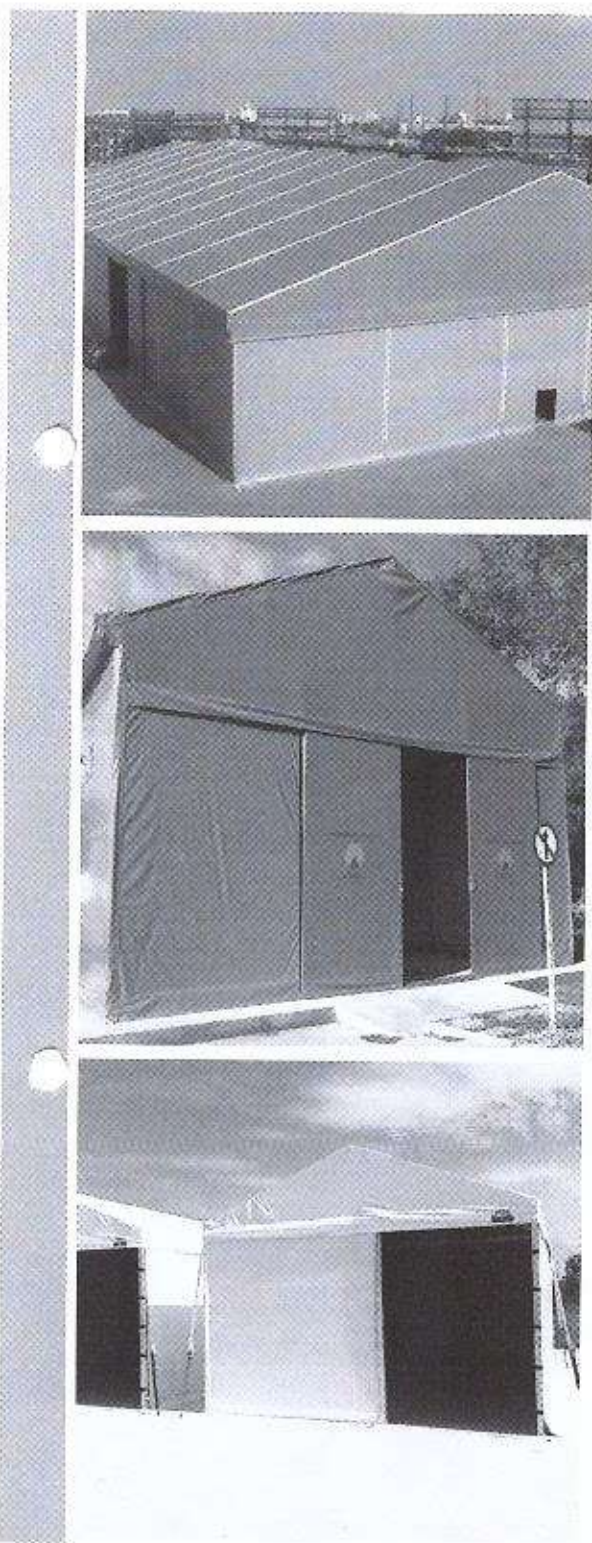
5x5	7,5x5
-----	-------

CORES



ESCOLHA A MEDIDA CERTA

Medida	N. Vagas	Proteção U.V.
5x5	02	Sim
5x7,5	03	Sim



GALPÃO EM LONA

Indicado para grandes feiras, exposições, shows e eventos culturais, armazenamento e serviços operacionais. Suas características envolvem um vão livre que pode chegar até 40m; É dividido em módulos de 5,00m; A estrutura é treliçada, galvanizada a fogo, com acabamento em perfil de alumínio; A lona é especial para galpão com vida útil de até 15 anos, de acordo com o produto armazenado; Os tetos podem ser translúcidos para maior incidência de luz natural; As colunas com base articulável são reforçadas com cabo de aço para contraventamento da estrutura, fixadas com presilhas de aço e perfis de alumínio para fixação das lonas.

MEDIDAS

10	15	20	25
----	----	----	----

CORES



ESCOLHA A MEDIDA CERTA

Largura (M)	Pé Direito (M)	Altura Central (M)
10,00	4,00 / 5,00 / 6,00	5,42 / 6,42 / 7,42
15,00	4,00 / 5,00 / 6,00	6,08 / 7,08 / 8,08
20,00	4,00 / 5,00 / 6,00	6,70 / 7,70 / 8,70
25,00	4,00 / 5,00 / 6,00	8,15 / 9,15 / 10,15

www.visualtendas.com.br

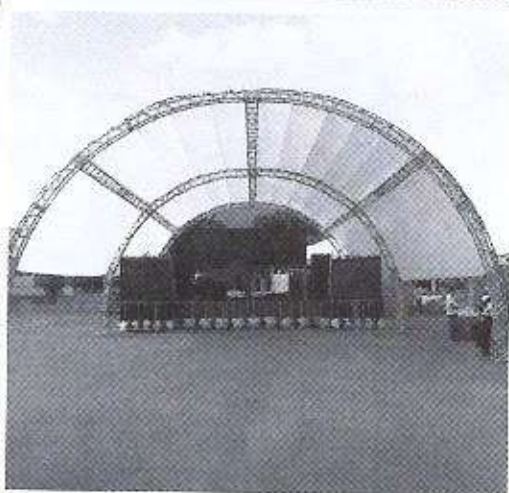
LONA

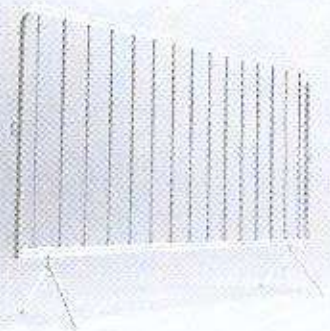
Coberturas sob medida em lona pvc, com projetos pré-aprovados de acordo com as necessidades dos clientes.

MEDIDAS

PERSONALIZADA

CORES





DISCIPLINADOR

Indicado para isolamentos de áreas, organização de eventos, direcionamento no fluxo de pessoas, isolamentos temporários, entre outros.

MEDIDAS

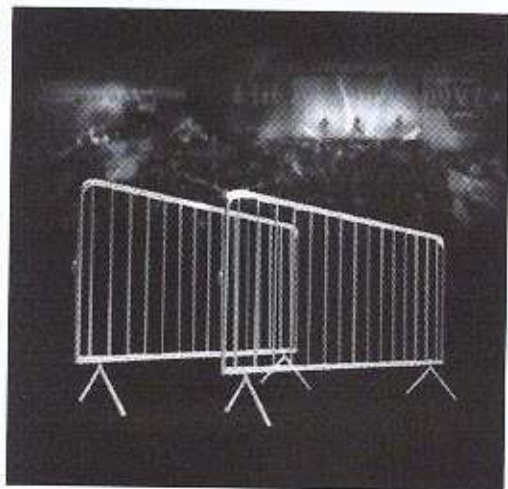
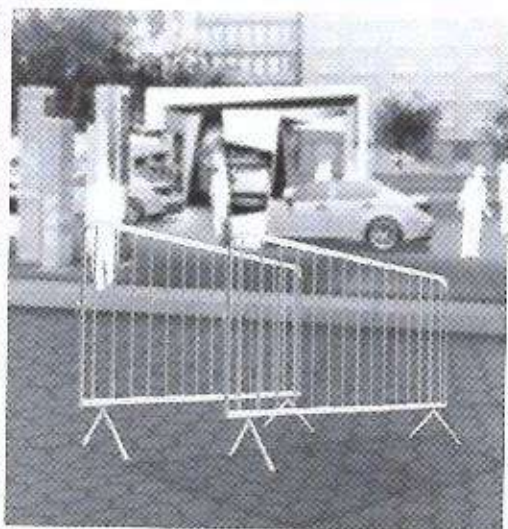
2X1,25

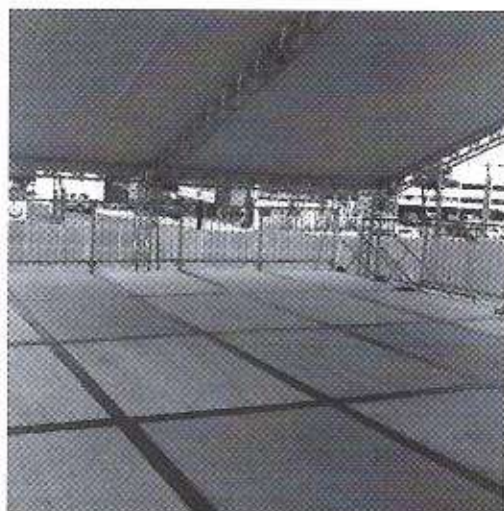
COR



ESCOLHA A MEDIDA CERTA

Material	Tubo Redondo	Ferro Mecânico
Aço	1 1/2" # 16	3/8"





PISO REGULÁVEL

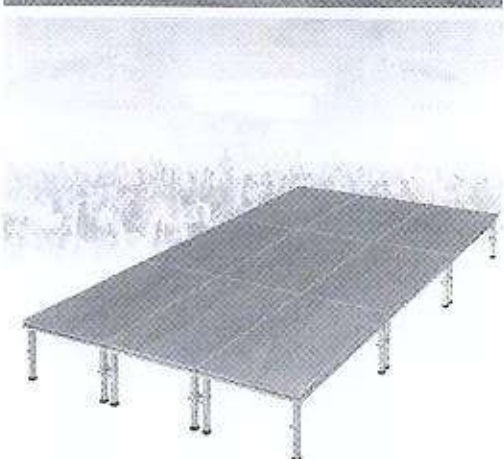
São utilizadas estruturas metálicas em aço SAE 1010/1020, galvanizadas por imersão a quente, seguindo as normas da ABNT.

MEDIDAS

2,20X1,60

ESCOLHA A MEDIDA CERTA

Material	Regulagem Altura	Espessura
Compensado Naval	50cm à 2,30m	18 e 20mm





BARRACA

Barraca para feiras e eventos. Confeccionadas de acordo com as necessidades do cliente através de projetos pré-aprovados.

MEDIDAS

PERSONALIZADA

COR





☎ (62) 3931-5549

☎ (62) 99921-3311

Av. Pedro Ludovico, 3810 - Pq. Oeste Industrial,
Goiânia - GO, 74375-400

www.visualtendas.com.br

A empresa **VISUAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LONAS LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.626.958/0001-06, com sede na Avenida Pedro Ludovico nº 3810, Parque Oeste Industrial, Goiânia/GO, neste ato representada por seu Proprietário, Sr. Marcelo Gonçalves Pereira, portador do Registro Geral nº 3546444-8617945 DGPC/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 798.824.711-53, brasileiro, empresário, residente na Rua da Tarumás, Quadra 06, Lote 32, Jardins Lisboa, Goiânia/GO; pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Sr. **DIVINO ANDERSON MOTA**, portador do Registro Geral nº 4873154 DGPC/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.771.711-32, residente e domiciliado na Rua J-07, Quadra 18, Lote 13/14, Casa 02, Setor Jaó, Goiânia/GO; lhe conferindo amplos poderes, para o fim especial de representa-la perante as licitações em todas e quaisquer modalidades, incluindo Pregão Presencial, a fim de intermediar, acompanhar, e negociar quaisquer situações com relação ao processo licitatório, estando autorizado a manifestar-se verbalmente, assim declarações inclusive de cunho fiscal, tributário e contábil, assinar termos de compromisso, efetuar vistorias, assinar ata de registro de preço, contratos, declarações, propostas, interpor impugnações, recursos, receber intimações, notificações, ofertar lances, acordar, transigir, firmar compromissos, substabelecer poderes a fim de credenciar outros representantes; por fim praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da outorgante e tudo mais que for lícito e necessário para o fiel e cabal cumprimento do presente mandato.

Goiânia, 20 de outubro de 2021
Validade: 31 de dezembro de 2022



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE GOIÁS
TABELANTE DE NOTAS DA COMARCA DE GOIÂNIA
TABELANTE LUCAS FERNANDES

Consulte o selo em <https://selo.tjgo.jus.br/buscas>

01702110194418509460275

0013-1548952

Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de MARCELO GONÇALVES PEREIRA representante da VISUAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LONAS LTDA, posto que análogo a constante de nosso arquivo, do que dou fé. Goiânia, 20/10/2021.

Em Teste da Verdade:
Diane Cristina de Oliveira - Escrevente



8º Tabelante
de Notas
Goiânia,
20/10/2021

AUTENTICAÇÃO
Confira com o original. Dou Fé
Em Teste da Verdade
Altamir Fagundes Filho -
Escrevente
01702110194418509460275

VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI
CNPJ (MF) Nº 05.626.958/0001-06

DÉCIMA QUARTA ALTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA - EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPessoal

Pelo presente instrumento:

MARCELO GONÇALVES PEREIRA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado a Rua das Tarumãs, Quadra 06, Lote 32, Jardins Lisboa, Goiânia – GO, CEP: 74.357-042, portador da cédula de identidade nº 3546444-8617945, expedida pela DGPC-GO e do CPF (MF): 798.824.711-53, natural de Goiânia - GO, nascido aos 08/07/1975, titular da empresa: **VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI**, com sede e domicílio na Av. Pedro Ludovico Teixeira, nº. 3810, Quadra 70, Lote 03E, Parque Oeste Industrial, Goiânia – GO, CEP: 74.375-400, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás sob nº 52600576801, por despacho em 25 de abril de 2003 e inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 05.626.958/0001-06, ora transforma seu registro de **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI** em **Sociedade Empresária Limitada**, passando a constituir o tipo jurídico **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**, a qual regera doravante, pelo presente **CONTRATO SOCIAL** ao qual se obrigam mutuamente todos os sócios, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica transformada esta Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, em sociedade Limitada passando a denominação social a ser: **VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - O acervo desta empresa individual de responsabilidade limitada, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), passa a constituir o capital social da sociedade mencionada na cláusula anterior.

CLÁUSULA TERCEIRA – A empresa passa adotar o objeto social:
Industria e comércio de tendas, toldos, barracas, cobertura de lona e similares; fabricação e montagem de estrutura metálicas; serviços de obras de acabamento da construção; comércio atacadista/distribuição e importação/exportação de tecidos; comércio atacadista/distribuição e importação/exportação de roupas e acessórios, para uso profissional de segurança do trabalho; comércio atacadista/distribuição e importação/exportação de máquinas e equipamentos para uso industrial, partes e peças; comércio atacadista/distribuição e importação/exportação de ferragens e ferramentas; transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes; aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador e capitação, tratamento e distribuição de água para consumo humano por solução alternativa coletiva – SAC.

E exerce as seguintes atividades:

- 1354-5/00 – Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos;
- 2542-0/00 - Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias;
- 4292-8/01 - Montagem de estruturas metálicas;
- 4330-4/99 - Outras obras de acabamento da construção;
- 4641-9/01 - Comércio atacadista/distribuição e importação/exportação de tecidos;
- 4642-7/02 - Comércio atacadista/distribuição e importação/exportação de roupas e acessórios, para uso profissional de segurança do trabalho;
- 4663-0/00 - Comercio atacadista/distribuição e importação/exportação de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças;
- 4672-9/00 - Comércio atacadista/distribuição e importação/exportação de ferragens e ferramentas;
- 4930-2/01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;
- 4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
- 7739-0/03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes;
- 7739-0/99 - Aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador;
- 3600-6/01 – Capitação, tratamento e distribuição de água;

CLÁUSULA QUARTA – A sociedade passa adotar o nome de fantasia a expressão: **VISUAL TENDAS.**

CLÁUSULA QUINTA – A sociedade altera nesta data para a natureza jurídica de sociedade empresária limitada unipessoal.

Para tanto, firmam nesta mesma data, em ato contínuo, Contrato Social de Sociedade Limitada Unipessoal.

CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI

MARCELO GONÇALVES PEREIRA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado a Rua das Tarumãs, Quadra 06, Lote 32, Jardins Lisboa, Goiânia – GO, CEP: 74.357-042, portador da cédula de identidade nº 3546444-8617945, expedida pela DGPC-GO e do CPF (MF): 798.824.711-53, natural de Goiânia - GO, nascido aos 08/07/1975, constitui uma sociedade limitada, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

A sociedade gira sob o nome empresarial de **VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA** e usa a expressão **VISUAL TENDAS** como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DA SEDE

A empresa tem sede e domicílio fiscal na Av. Pedro Ludovico Teixeira, nº. 3810, Quadra 70, Lote 03E, Parque Oeste Industrial, Goiânia – GO, CEP: 74.375-400.

CLÁUSULA III - DAS FILIAIS

A empresa poderá estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional ou fora dele, mediante alteração assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA IV - DO OBJETO SOCIAL

Indústria e comércio de tendas, toldos, barracas, cobertura de lona e similares; fabricação e montagem de estrutura metálicas; serviços de obras de acabamento da construção; comércio atacadista/distribuição e importação/exportação de tecidos; comércio atacadista/distribuição e importação/exportação de roupas e acessórios, para uso profissional de segurança do trabalho; comércio atacadista/distribuição e importação/exportação de máquinas e equipamentos para uso industrial, partes e peças; comércio atacadista/distribuição e importação/exportação de ferragens e ferramentas; transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes; aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador e capitação, tratamento e distribuição de água para consumo humano por solução alternativa coletiva – SAC.

E exerce as seguintes atividades:

- 1354-5/00 – Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos;
- 2542-0/00 - Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias;
- 4292-8/01 - Montagem de estruturas metálicas;
- 4330-4/99 - Outras obras de acabamento da construção;
- 4641-9/01 - Comércio atacadista/distribuição e importação/exportação de tecidos;
- 4642-7/02 - Comércio atacadista/distribuição e importação/exportação de roupas e acessórios, para uso profissional de segurança do trabalho;
- 4663-0/00 - Comercio atacadista/distribuição e importação/exportação de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças;
- 4672-9/00 - Comércio atacadista/distribuição e importação/exportação de ferragens e ferramentas;
- 4930-2/01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;
- 4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
- 7739-0/03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes;
- 7739-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador;
- 3600-6/01 – Captação, tratamento e distribuição de água;

CLÁUSULA V - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade iniciou suas atividades em 02/05/2003 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA VI - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), dividido em 800.000 (oitocentas mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real), cada uma, totalmente integralizadas, em moeda corrente do país pelo sócio e distribuídos da seguinte forma:

NOME DO SÓCIO	QTDE QUOTAS	VALOR EM R\$	%
MARCELO GONÇALVES PEREIRA	800.000	R\$ 800.000,00	100%
TOTAL	800.000	R\$ 800.000,00	100%

CLÁUSULA VII - DA CESSÃO DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA VIII - DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA IX - DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade é exercida pelo sócio **MARCELO GONÇALVES PEREIRA**, que assinará isoladamente, com os poderes e atribuições de representar a empresa ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, autorizado o uso do nome empresarial, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, entretanto, em negócios estranhos aos fins sociais em assuntos de interesse da sociedade, podendo assinar quaisquer documentos de comum acordo em todos os órgãos públicos, contrair empréstimos em estabelecimentos bancários.

§ 1º Fica facultada a nomeação de administradores não pertencentes ao quadro societário, desde que aprovada por 2/3 dos sócios, nos termos do art. 1.061 da Lei no 10.406/2002.

CLÁUSULA X - DO PRÓ LABORE

O administrador e sócio(s) não administrador, terá direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, ajustada anualmente em comum acordo, dentro do limite estabelecido pela legislação do imposto de renda.

CLÁUSULA XI - DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

O exercício social será coincidente com o ano-calendário e a todo dia 31 de dezembro de cada ano, será procedido o levantamento do balanço do exercício, sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas de capital, na forma prevista do artigo 1.065 do Código Civil.

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA XII - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO

Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócia, a sociedade continuará suas atividades, devendo os herdeiros ou sucessores do "de cujus", receber o capital e lucros apurados em balanço intermediário na data do falecimento, caso o resultado seja positivo em até 06 (seis) parcelas corrigidas monetariamente.

CLÁUSULA XIII - DO DESIMPEDIMENTO

O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA XIV - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia - GO, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estar em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assina o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Goiás.

Goiânia - GO, 22 de setembro de 2021.

MARCELO GONÇALVES PEREIRA
Sócio Administrador



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
79882471153	MARCELO GONCALVES PEREIRA



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/10/2021 16:25 SOB N° 52205340965.
PROTOCOLO: 216674069 DE 13/10/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12107563876. CNPJ DA SEDE: 05626958000106.
NIRE: 52205340965. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 22/09/2021.
VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL

www.portaldocompreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 9.0.1

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 52600576801	CNPJ 05.626.958/0001-06	
NOME EMPRESARIAL VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2021 a 31/05/2021
NATUREZA DO LIVRO Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral	NÚMERO DO LIVRO 13
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) B7.DE.85.1B.C2.74.FE.ED.0E.15.4F.67.52.C9.B0.D5.83.A4.6E.39	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	05626958000106	VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA:05626958000106	425340576533430703 4	10/02/2022 a 10/02/2023	Sim
Contador	86430300153	ADEMAR GOMES JACINTO:86430300153	908323380822757845 0	07/06/2021 a 07/06/2022	Não

NÚMERO DO RECIBO:

B7.DE.85.1B.C2.74.FE.ED.0E.15.4F.67.
52.C9.B0.D5.83.A4.6E.39-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 19/04/2022 às 16:01:32

29.94.D1.32.45.0E.FF.47
CD.D8.65.BB.FC.AB.D7.8
2

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/184600305220843230823>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-1
Data: 03/05/2022 09:54:43
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX66121-D00S;



CNPJ 06.870-0

Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Válter Azevedo de M. Cavalcanti
Tutor



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em 19/04/2022 09:56:05 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevedo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas, Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.626.958/0001-06 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 25/04/2003
---	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) VISUAL TENDAS	PORTE EPP
--	---------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 13.54-5-00 - Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 25.42-0-00 - Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias 36.00-6-01 - Captação, tratamento e distribuição de água 42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas 43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção 46.41-9-01 - Comércio atacadista de tecidos 46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho 46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças 46.72-9-00 - Comércio atacadista de ferragens e ferramentas 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal. 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO AV PEDRO LUDOVICO	NÚMERO 3810	COMPLEMENTO QD.70 LT.03E
--	-----------------------	------------------------------------

CEP 74.375-400	BAIRRO/DISTRITO PARQUE OESTE INDUSTRIAL	MUNICÍPIO GOIANIA	UF GO
--------------------------	---	-----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (62) 3256-8633
----------------------------	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/02/2004
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 02/05/2022 às 09:14:15 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA
CNPJ: 05.626.958/0001-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:44:58 do dia 02/05/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/10/2022.

Código de controle da certidão: **CB1A.B459.3718.3945**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS

N.
o : 104283034658

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CIVEL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente : VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA

CNPJ : 05626958000106

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;

b) a informação do número do CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados a razão social e o CNPJ como digitados, sendo que o destinatário deve conferir a razão social e a titularidade do número do CNPJ informado;

c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;

d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 104283034658

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 2 de maio de 2022, às 09:44:08

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição

Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Data da última atualização do banco de dados: 2 de maio de 2022





**ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS**

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 31663176

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:
VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA

CNPJ
05.626.958/0001-06

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereço:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.547.194.567

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 2 MAIO DE 2022

HORA: 9:18:8,4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CÍVEIS
TODAS AS COMARCAS

N^o : 104683054625

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que **NADA CONSTA contra:**

Requerente : VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA

CNPJ : 05626958000106

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados a razão social e o CNPJ como digitados, sendo que o destinatário deve conferir a razão social e a titularidade do número do CNPJ informado;
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
- e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 104683054625

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 2 de maio de 2022, às 09:42:18

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça

Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Data da última atualização do banco de dados: 2 de maio de 2022



PREFEITURA
DE GOIÂNIA

Secretaria Municipal de Finanças

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS****CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MOBILIÁRIOS - REGULARIDADE FISCAL
NÚMERO DA CERTIDÃO: 9.059.481-9****Prazo de Validade: até 30/07/2022****INSCRIÇÃO : 197.348-7****NOME : VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE
LONAS LTDA****CPF/CNPJ : 05.626.958/0001-06****ENDEREÇO : AV PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA 3810****SETOR : PRQ OESTE INDUSTRIAL****ATIVIDADE : INDUSTRIA/PRESTACIONAL/COMERCIO**

Certifica-se que até a presente data NÃO CONSTA DÉBITO VENCIDO OU A VENCER referente aos tributos de natureza mobiliária desta inscrição, nos termos do artigo 203 da Lei Municipal nº 5.040/1975 (C.T.M.), atualizado.

Esta CERTIDÃO refere-se exclusivamente a contribuinte inscrito no Cadastro de Atividades Econômicas do Município de Goiânia, não abrangendo dívidas de natureza tributária imobiliária ou não tributária.

A CERTIDÃO ora fornecida não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal, cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa, nos termos do artigo 204, parágrafo 1º da Lei Municipal nº 5.040/1975 (C.T.M.), atualizado.

A validade desta Certidão é estabelecida no artigo 1º do Decreto nº 1.733 de 3 de março de 2021.

GOIANIA(GO), 2 DE MAIO DE 2022

ESTA CERTIDÃO É GRATUITA E EMITIDA ELETRONICAMENTE, E DEVERÁ SER VALIDADA PARA CONFIRMAÇÃO DA SUA AUTENTICIDADE, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO www.goiania.go.gov.br. QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.

PREFEITURA
DE GOIÂNIA

Secretaria Municipal de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇASCERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE FISCAL
NEGATIVA DE DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA PESSOA JURÍDICA
NÚMERO DA CERTIDÃO: 9.059.512-2

Prazo de Validade: até 30/07/2022

CNPJ: 05.626.958/0001-06

Certifica-se que até a presente data **NÃO CONSTA DÉBITO VENCIDO OU A VENCER** referente a débitos de qualquer natureza administrados pela Prefeitura Municipal de Goiânia para este CNPJ, nos termos do artigo 203 da Lei Municipal nº 5.040/1975 (C.T.M), atualizado e do artigo 89, inciso I e seus parágrafos 2º e 7º do Decreto nº 1.786/2015 (RCTM).

Esta CERTIDÃO abrange as informações de dívidas de natureza tributária imobiliária, de natureza tributária mobiliária ou de natureza não tributária.

A CERTIDÃO ora fornecida não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa, nos termos do artigo 204, parágrafo 1º da Lei Municipal nº 5.040/1975 (C.T.M.), atualizado.

A validade desta Certidão é estabelecida no artigo 1º do Decreto nº 1.733 de 3 de março de 2021.

GOIANIA(GO), 2 DE MAIO DE 2022

ESTA CERTIDÃO É GRATUITA E EMITIDA ELETRONICAMENTE, E DEVERÁ SER VALIDADA PARA CONFIRMAÇÃO DA SUA AUTENTICIDADE, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO www.goiania.go.gov.br. QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 05.626.958/0001-06**Razão Social:** VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELLI**Endereço:** AV PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA 3810 Q70 L3E / PQ OESTE INDUSTRIAL /
GOIANIA / GO / 74375-400

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/05/2022 a 13/06/2022**Certificação Número:** 2022051500331924626343

Informação obtida em 23/05/2022 10:56:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 05.626.958/0001-06
Certidão n°: 13599178/2022
Expedição: 02/05/2022, às 09:24:34
Validade: 29/10/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 05.626.958/0001-06, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS
TODAS AS COMARCAS

N.
º : 104683054625

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que **NADA CONSTA contra:**

Requerente : VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA

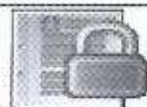
CNPJ : 05626958000106

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados a razão social e o CNPJ como digitados, sendo que o destinatário deve conferir a razão social e a titularidade do número do CNPJ informado;**
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
- e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 104683054625

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 2 de maio de 2022, às 09:42:18
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 2 de maio de 2022



TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI
 Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/05/2021 CNPJ: 05.626.958/0001-06
 Número de Ordem do Livro: 13
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Maio de 2021

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial: VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI
 NIRE: 52600576801
 CNPJ: 05.626.958/0001-06
 Número de Ordem: 13
 Natureza do Livro: Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
 Município: Goiânia
 Data do arquivamento dos atos constitutivos: 25/04/2003
 Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária
 Data de encerramento do exercício social: 31/05/2021

Quantidade total de linhas do arquivo digital: 9128

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial: VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI
 Natureza do Livro: Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
 Número de ordem: 13
 Quantidade total de linhas do arquivo digital: 9128
 Data de início: 01/01/2021
 Data de término: 31/05/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número B7.DE.85.1B.C2.74.FE.ED.0E.15.4F.67.52.C9.B0.D5.83.A4.6E.39-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

Página 1 de 1

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/194600305220843230823>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-2
 Data: 03/05/2022 09:54:44
 Valor Total do Ato: R\$ 5,02
 Selo Digital Tipo Normal C: AMX66122-UHR1;



CNPJ: 05.670-3

Cartório Azevêdo Bastos
 Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
 Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
 (83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Válter Azevêdo de M. Cavalcanti
 Titular

TJPB



O presente documento digital foi confiado com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 3 de maio de 2022 09:58:05 GMT-03:00, CNS: 06.870-3 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provisória nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI
 Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/05/2021 CNPJ: 05.626.958/0001-06
 Número de Ordem do Livro: 13
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Maio de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 1.816.608,49	R\$ 4.287.691,46
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 722.933,81	R\$ 3.191.106,07
DISPONIVEL		R\$ 137.486,76	R\$ 1.060.104,95
CAIXA GERAL		R\$ 41.591,30	R\$ 26.363,37
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 19.653,21	R\$ 21.264,34
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA		R\$ 75.906,25	R\$ 1.012.477,24
CARTÕES DE CRÉDITOS		R\$ 336,00	R\$ 0,00
CRÉDITOS		R\$ 234.019,31	R\$ 1.368.198,30
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 109.060,32	R\$ 1.125.050,94
CHEQUES EM COBRANÇA		R\$ 7.471,00	R\$ 0,00
TRIBUTOS A RECUPERAR		R\$ 113.665,99	R\$ 0,00
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS		R\$ 3.439,34	R\$ 3.345,12
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		R\$ 382,66	R\$ 44.800,24
OUTROS CRÉDITOS		R\$ 0,00	R\$ 195.000,00
ESTOQUES		R\$ 351.427,74	R\$ 762.804,82
ESTOQUE DE PRODUÇÃO		R\$ 351.427,74	R\$ 762.804,82
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 1.093.674,68	R\$ 1.096.585,39
GASTOS ANTECIPADOS		R\$ 457,49	R\$ 0,00
CONSORCIOS		R\$ 457,49	R\$ 0,00
INVESTIMENTOS		R\$ 9.000,00	R\$ 9.750,00
OUTROS INVESTIMENTOS		R\$ 9.000,00	R\$ 9.750,00
IMOBILIZADO		R\$ 1.324.673,83	R\$ 1.327.292,03
MOVEIS		R\$ 54.705,09	R\$ 54.705,09
MÁQUINAS EQUIPAMENTOS E INST INDUSTRIAIS		R\$ 315.524,47	R\$ 315.524,47
VEÍCULOS		R\$ 870.010,00	R\$ 870.010,00
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS		R\$ 84.434,27	R\$ 87.052,47
INTANGÍVEL		R\$ 390,00	R\$ 390,00
MARCAS, DIREITOS E PATENTES		R\$ 390,00	R\$ 390,00
(-) (-) DEPRECIAÇÕES / AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		R\$ (240.846,64)	R\$ (240.846,64)
(-) (-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		R\$ (240.462,26)	R\$ (240.462,26)
(-) (-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		R\$ (384,38)	R\$ (384,38)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número B7.DE.85.1B.C2.74.FE.ED.0E.15.4F.67.52.C9.B0.D5.83.A4.6E.39-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

Página 1 de 2



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-3
 Data: 03/05/2022 09:54:44
 Valor Total do Ato: R\$ 5,02
 Selo Digital Tipo Normal C: AMX66123-W0SO;



CNPJ: 06.870-0

Cartório Azevedo Bastos
 Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
 Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
 (83) 3244-3404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Válter Azevedo de M. Cavalcanti
 Titular



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI
 Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/05/2021 CNPJ: 05.626.958/0001-06
 Número de Ordem do Livro: 13
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Maio de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
PASSIVO		R\$ 1.816.608,49	R\$ 4.287.691,46
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 3.277.386,14	R\$ 1.685.794,22
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS		R\$ 3.277.386,14	R\$ 1.685.794,22
FORNECEDORES DE MERCADORIAS/SERVIÇOS		R\$ 1.816.230,71	R\$ 446.021,30
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A PAGAR		R\$ 26.060,57	R\$ 495.394,71
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR		R\$ 42.525,42	R\$ 32.197,71
EMPRESTIMOS BANCÁRIOS		R\$ 321.578,12	R\$ 174.609,75
FINANCIAMENTOS		R\$ 451.099,80	R\$ 97.800,00
PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS		R\$ 80.439,96	R\$ 127.363,27
ADIANTAMENTO DE CLIENTES		R\$ 236.977,68	R\$ 0,00
FATURAMENTO P/ ENTREGA FUTURA		R\$ 376.002,20	R\$ 399.972,20
(-) (-) JUROS PASSIVOS A VENCER		R\$ (73.528,32)	R\$ (87.564,72)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 1.035.901,33	R\$ 1.162.507,84
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS		R\$ 1.035.901,33	R\$ 1.162.507,84
CRÉDITOS DE SÓCIOS DIRETORES		R\$ 649.550,00	R\$ 494.650,00
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS		R\$ 76.764,66	R\$ 76.764,66
FINANCIAMENTOS		R\$ 0,00	R\$ 369.199,92
PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS		R\$ 315.056,65	R\$ 234.616,69
EMPRÉSTIMO C/ TERCEIROS		R\$ 152.400,00	R\$ 89.400,00
(-) (-) JUROS PASSIVOS A VENCER		R\$ (157.869,98)	R\$ (102.023,43)
(-) PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ (2.496.678,98)	R\$ 1.439.389,40
CAPITAL SOCIAL		R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
(-) LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ (3.564.109,23)	R\$ 639.389,40
(-) LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ (3.564.109,23)	R\$ 639.389,40
LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO		R\$ 267.430,25	R\$ 0,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ 267.430,25	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número B7.DE.85.1B.C2.74.FE.ED.0E.15.4F.67.52.C9.B0.D5.83.A4.6E.39-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

Página 2 de 2



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-4
 Data: 03/05/2022 09:54:44
 Valor Total do Ato: R\$ 5,02
 Selo Digital Tipo Normal C: AMX66124-JOO2;



CNPJ: 06376-0

Cartório Azevêdo Bastos
 Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
 Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
 (51) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Valter Azevêdo de M. Cavalcanti
 Titular

TJPB



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI
 Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/05/2021 CNPJ: 05.626.958/0001-06
 Número de Ordem do Livro: 13
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Maio de 2021

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R\$ 4.309.497,03	R\$ 4.233.592,19
RECEITAS MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ 893,42	R\$ 36.494,04
RECEITAS PRODUTOS VENDIDOS		R\$ 4.282.703,61	R\$ 4.196.518,15
RECEITAS DE SERVIÇOS PRESTADOS		R\$ 25.900,00	R\$ 580,00
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R\$ (1.221.595,10)	R\$ (791.850,19)
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ (1.221.595,10)	R\$ (791.850,19)
RECEITA LÍQUIDA		R\$ 3.087.901,93	R\$ 3.441.742,00
(-) CUSTO DAS VENDAS/SERVIÇOS		R\$ (2.192.792,59)	R\$ (1.187.542,20)
(-) ESTOQUE INICIAL DE PRODUÇÃO		R\$ (518.122,95)	R\$ (1.254.416,04)
(-) CUSTOS DIRETO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R\$ (1.550.421,40)	R\$ (1.390.813,52)
(-) CUSTOS DA MÃO DE OBRA DIRETA		R\$ (454.457,40)	R\$ (205.035,96)
(-) ESTOQUE FINAL DE PRODUÇÃO		R\$ 351.427,74	R\$ 1.665.793,12
(-) CUSTOS INDIRETO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R\$ (10.231,65)	R\$ (2.050,00)
(-) CUSTOS DIRETO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		R\$ (10.986,93)	R\$ (1.019,80)
LUCRO BRUTO		R\$ 895.109,34	R\$ 2.254.199,80
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (445.249,78)	R\$ (305.354,12)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (175.068,49)	R\$ (69.520,20)
(-) DESPESAS COM VENDAS		R\$ (223.340,04)	R\$ (88.456,64)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		R\$ (22.528,29)	R\$ (14.436,78)
(-) DESPESAS ADIC AO LUCRO TRIBUTÁRIO		R\$ (279,04)	R\$ (121.951,61)
(-) DESPESAS DE DEPRECIAÇÃO		R\$ (6.970,96)	R\$ (0,00)
(-) SERVIÇOS PROFISSIONAIS		R\$ (17.062,96)	R\$ (10.988,83)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		R\$ (182.939,31)	R\$ (31.060,98)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 2.947,59	R\$ 2.141,70
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (185.886,90)	R\$ (33.202,68)
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO		R\$ 266.920,25	R\$ 1.917.784,70
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		R\$ 266.920,25	R\$ 1.917.784,70
RESULTADO LÍQUIDO		R\$ 266.920,25	R\$ 1.917.784,70
RESULTADO LÍQUIDO APÓS PARTICIPAÇÕES		R\$ 266.920,25	R\$ 1.917.784,70

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número B7.DE.85.1B.C2.74.FE.ED.0E.15.4F.67.52.C9.B0.D5.83.A4.6E.39-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

Página 1 de 1

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/194600305220843230823>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-5
 Data: 03/05/2022 09:54:44
 Valor Total do Ato: R\$ 5,02
 Selo Digital Tipo Normal C: AMX66125-5KIY;



CNPJ: 05.626.958/0001-06

Cartório Azevêdo Bastos
 Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
 Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
 (83) 3244-5464 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 3 de maio de 2022 09:56:05 GMT-03:00, CNS: 05.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO



099

Nome Empresarial: VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI
CNPJ: 05.626.958/0001-06 Nire: 52600576801 Scp:
Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/05/2021
Forma de Escrituração Contábil: Livro Diário
Natureza do Livro: Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
Identificação do arquivo(hash): B7.DE.85.1B.C2.74.FE.ED.0E.15.4F.67.52.C8.B0.D5.83.A4.6E.39-

Consulta Realizada em: 02/05/2022 05:41:29

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.139-A da Lei nº 8.934/1994).

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

9.0.1

Página 1 de 1

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/194600305220843230823>

CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-6
Data: 03/05/2022 09:54:44
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX66126-WKSU;



CNPJ: 06.870-4

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro das Estrelas, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Válio Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 3 de maio de 2022 09:56:05 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 110/2020 CNJ - artigo 22.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE MAIO DE 2021.

NOTA 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS BIRELI é uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, com data de abertura em 25/04/2003, e início das atividades em 02/05/2003, com sede com sede e domicílio na Av. Pedro Ludovico Teixeira, nº. 3810, Quadra 70, Lote 03E, Parque Oeste Industrial, Goiânia – GO, CEP: 74.375-400, tendo como objeto social:

- 13.54-5-00 - Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos
- 25.42-0-00 - Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias
- 36.00-6-01 - Captação, tratamento e distribuição de água
- 42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
- 43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
- 46.41-9-01 - Comércio atacadista de tecidos
- 46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
- 46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças
- 46.72-9-00 - Comércio atacadista de ferragens e ferramentas
- 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal
- 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
- 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-7
Data: 03/05/2022 09:54:44
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX66127-75EQ;



CNPJ: 06.379.000

Cartório Azevêdo Bastos
 Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
 Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
 (83) 3246-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Vilber Azevêdo de M. Cavalcanti
 Tólar

TJPB



77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador

NOTA 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1) As demonstrações financeiras para o período de 01/01/2021 a 31/05/2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na ITG 1000- Contabilidade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, aprovada pela Resolução CFC nº 1.418/12.

2.2) A administração desta empresa conclui e declara sob sua exclusiva responsabilidade: a) que todos os documentos e ou informações gerados e recebidos de seus fornecedores e de outras instituições de relacionamento correspondem aos encaminhados para a elaboração da escrituração contábil e demais serviços contratados e estão revestidos de idoneidade; b) que as demonstrações contábeis apresentam de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho da empresa, inclusive a destinação do resultado dos exercício findo até 31/05/2021;

2.3) A Demonstração Contábil aqui mencionada corresponde ao período iniciado em 1º de Janeiro de 2021 e findo 31 de Maio de 2021.

NOTA 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS e POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1) As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, e o resultado das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado dos períodos que ocorrem, independentemente de recebimento ou pagamento;



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-8
Data: 03/05/2022 09:54:45
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX66128-R0YD;



CNPJ: 06.870-0

Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-3404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Valber Azevedo de M. Cavalcanti
Tutor



TJPB

3.2) Caixa e Equivalentes de Caixa

Registra os valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da unidade e para os quais não haja restrições para uso imediato;

	2021	2020
CAIXA	R\$ 26.363,37	R\$ 41.591,30
BANCOS CONTA MOVIMENTO	R\$ 21.264,34	R\$ 19.653,21
TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 47.627,71	R\$ 61.244,51

3.3) Aplicações Financeiras

Estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço;

	2021	2020
APLICAÇÃO FINANCEIRAS A CURTO PRAZO	R\$ 1.012.477,24	R\$ 75.906,25
TOTAL DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 1.012.477,24	R\$ 75.906,25

3.4) Outros Créditos: Adiantamentos a Funcionários: Registro os adiantamentos operacionais aos empregados ao décimo terceiro salário;

	2021	2020
ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO	R\$ 3.274,37	R\$ 0,00
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	R\$ 70,75	R\$ 3.439,34
TOTAL DE ADIANTAMENTOS	R\$ 3.345,12	R\$ 3.439,34



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-9
Data: 03/05/2022 09:54:45
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX66129-DT2Z;



Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-6404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti
Tribler

TJPB



3.5) Despesas Antecipadas: Registro de pagamentos feitos antecipadamente que serão realizados dentro do exercício corrente;

	2021	2020
ADIANTAMENTO DE FORNECEDOR	R\$ 44.800,24	R\$ 382,66
ADIANTAMENTO DE LUCROS	R\$ 195.000,00	R\$ 0,00
TOTAL DE DESPESAS ANTECIPADAS	R\$ 239.800,24	R\$ 382,66

3.6) Duplicatas a Receber

Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência; Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes e de operadoras de cartão pela venda a prazo de mercadorias e da prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade. A partir de 2021 houve um grande aumento nas vendas, devido também à participação em Licitações: A licitação, é um procedimento administrativo, adotado pela Administração Pública para contratar obras e serviços, ou para compras, alienações e locações. Esse processo administrativo visa assegurar igualdade de condições a todos que queiram realizar um contrato com o Poder Público, seleção das propostas de contratação mais vantajosas para o interesse público a depender da modalidade (concorrência, tomada de preço, convite, pregão, concurso e leilão) e tipo (menor preço, melhor técnica, técnica e preço ou de maior lança/oferta) estabelecidos pela administração.

	2021	2020
DUPLICATAS A RECEBER	R\$ 1.125.050,94	R\$ 109.060,32
TOTAL DE DUPLICATAS A RECEBER	R\$ 1.125.050,94	R\$ 109.060,32



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-10
Data: 03/05/2022 09:54:45
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX66130-U17Q;



CNJ: 06.870-9

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Valter Azevêdo de M. Cavalcanti
Tribunal

TJPB



3.7) Estoques:

As mercadorias em estoque são classificadas no ativo circulante (mercadorias, produtos e insumos) e são demonstrados ao custo médio de aquisição, inclui os gastos incorridos na aquisição dos mesmos e eventuais custos para trazê-los à sua localização e condições existentes descontados os tributos recuperáveis.

	2021	2020
ESTOQUE DE PRODUÇÃO	R\$ 762.804,82	R\$ 351.427,74
TOTAL DO ESTOQUE	R\$ 762.804,82	R\$ 351.427,74

3.8) Imobilizado e Depreciação

3.8.1) Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, na qual são aplicadas taxas constantes durante o tempo de vida útil estimado para o bem.

3.8.2) A depreciação foi calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do imobilizado, calculada sobre o valor residual dos bens:

Veículos 20%

Móveis e utensílios 10%

Máquinas e equipamentos 10%

Equipamentos de informática 20%

Veículos de Transporte 20%

Ferramentas 10%

3.9) Ajuste de avaliação patrimonial

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

3.10) Investimentos em empresas coligadas e controladas

A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

3.11) Impostos Federais

A empresa está enquadrada no Regime Tributário Simples Nacional até 31/05/2021.



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-11
Data: 03/05/2022 09:54:45
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX66131-GKUS;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Váber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



3.12) Investimentos:

Esta rubrica contempla investimentos que não possuem expectativa de realização para os próximos 12 meses. Referem-se à aplicações financeiras no valor de R\$ 9.750,00 no Banco SICOOB.

3.13) FORNECEDORES

A rubrica fornecedor são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios. Todas as compras e serviços tomados pela empresa são por prazos inferiores há 12 meses, registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses débitos, ou seja, com valores da Nota Fiscal.

3.14) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O reconhecimento inicial ocorre no recebimento dos recursos. Para alguns empréstimos, o reconhecimento inicial ocorre pelo valor total a pagar deduzido dos encargos financeiros e de custos da transação. Subsequentemente, é reconhecido mensalmente em contas de resultado os encargos financeiros e custos de transação que foram necessários para liberação do mesmo, de acordo com a taxa efetiva de juros. A empresa mantém em seu Passivo empréstimos/financiamentos tomados junto a instituições financeiras visando cumprir suas obrigações com fornecedores, colaboradores e obrigações tributárias. Esses recursos também servirão para investimentos dentro das atividades da empresa

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS DATA BASE: 31/05/2021						
Instituição Financeira	Modalidade	Valor Financiado	Taxa de Juros a.m	Vencimento	Parcelas a Vencer	Saldo Devedor
Banco do Brasil	FCO	160.000,00	1,24574	01-abr-22	11	97.777,77
Caixa Econômica	PRONAMPE	131.596,56	1,56660	25-set-23	36	131.596,56
Banco do Brasil	FCO	379.000,00	0,58970	01-dez-26	60	379.000,00

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/194600305220843230823>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-12
Data: 03/05/2022 09:54:45
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX66132-SFME;



CNJ: 06.870-3

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Tutor



TJPB

Banco do Brasil	GIRO	110.000,00	1,36977	01-dez-26	60	110.000,00
ENDIVIDAMENTO TOTAL						718.374,33

A empresa conta com um passivo, relacionado à empréstimos e financiamentos, no valor de R\$ 718.374,33 junto às instituições financeiras nacionais, sendo que Empréstimo Caixa Econômica – PRONAMPE R\$ 76.764,66 está no Exigível a Longo Prazo, e Banco Do Brasil FCO e GIRO R\$ 303.200,08 está no Exigível a Longo Prazo.

3.15) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer naturezas.

3.16) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 800.000,00, totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

Marcelo Gonçalves Pereira – 100%

Sendo só o que temos a declarar segue o acima exposto assinado nesta data.

Goiânia, 31 de Maio de 2021.

ADEMAR GOMES
JACINTO:86430300153

Assinado eletronicamente por ADEMAR GOMES
GOMES: 86430300153-13
Data: 2022/05/03 09:54:45

ADEMAR GOMES JACINTO

CRCGO-14402

CPF:864.303.001-53

MARCELO GONÇALVES
PEREIRA:79882471153

Assinado eletronicamente por MARCELO GONÇALVES PEREIRA
GONÇALVES PEREIRA: 798824711-13
Data: 2022/05/03 09:54:45

MARCELO GONÇALVES PEREIRA

TITULAR

CPF:798.824.711-53



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-13
Data: 03/05/2022 09:54:45
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX66133-8MBE;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Walter Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 9.0.1

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 52205340965	CNPJ 05.628.958/0001-06
NOME EMPRESARIAL VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/06/2021 a 31/12/2021
NATUREZA DO LIVRO Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral	NÚMERO DO LIVRO 14
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 29.36.56.06.30.85.95.2F.39.E5.70.8D.77.1B.39.7D.83.CA.80.84	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Signatário da ECD com e-CNPJ ou e-PJ	05626958000106	VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA:05626958000106	425340576533430703 4	10/02/2022 a 10/02/2023	Sim
Contador	86430300153	ADEMAR GOMES JACINTO:86430300153	908323380822757845 0	07/06/2021 a 07/06/2022	Não

NÚMERO DO RECIBO:

29.36.56.06.30.85.95.2F.39.E5.70.8D.7
7.1B.39.7D.83.CA.80.84-4

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 19/04/2022 às 16:01:52

D4.06.6D.A3.8F.79.ED.0C
6E.6A.76.40.6B.18.01.E3

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://ezevedobastos.net.br/documento/194600305220843230823>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-14
Data: 03/05/2022 09:54:45
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX66134-R5XL;



CNPJ: 06.370-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(51) 3244-5404 - cartorio@ezevedobastos.net.br
<https://ezevedobastos.net.br>



Václav Azevêdo de M. Cavalcanti
Tutor



TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 3 de maio de 2022 09:56:05 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA
 Período da Escrituração: 01/06/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.626.958/0001-06
 Número de Ordem do Livro: 14
 Período Selecionado: 01 de Junho de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial: VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA
 NIRE: 52205340965
 CNPJ: 05.626.958/0001-06
 Número de Ordem: 14
 Natureza do Livro: Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
 Município: Goiânia
 Data do arquivamento dos atos constitutivos: 25/04/2003
 Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária:
 Data de encerramento do exercício social: 31/12/2021
 Quantidade total de linhas do arquivo digital: 18995

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial: VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA
 Natureza do Livro: Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
 Número de ordem: 14
 Quantidade total de linhas do arquivo digital: 18995
 Data de início: 01/06/2021
 Data de término: 31/12/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 29.36.56.06.30.85.95.2F.39.E5.70.8D.77.1B.39.7D.83.CA.80.84-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

Página 1 de 1

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tpb.us.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/194600305220843230823>



CARTÓRIO
 Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-15
 Data: 03/05/2022 09:54:45
 Valor Total do Ato: R\$ 5,02
 Selo Digital Tipo Normal C: AMX66135-52IM;



Cartório Azevêdo Bastos
 Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
 Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
 (83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Vilber Azevêdo de M. Cavalcanti
 Titular



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 3 de maio de 2022 09:56:05 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provisório nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA
 Período da Escrituração: 01/06/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.626.958/0001-06
 Número de Ordem do Livro: 14
 Período Selecionado: 01 de Junho de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 4.287.691,46	R\$ 4.909.970,75
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 3.191.106,07	R\$ 3.795.875,61
DISPONIVEL		R\$ 1.060.104,95	R\$ 864.990,89
CAIXA GERAL		R\$ 26.363,37	R\$ 76.306,76
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 21.264,34	R\$ 25.539,33
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA		R\$ 1.012.477,24	R\$ 763.144,80
CRÉDITOS		R\$ 1.368.196,30	R\$ 1.221.850,36
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 1.125.050,94	R\$ 1.182.150,52
TRIBUTOS A RECUPERAR		R\$ 0,00	R\$ 19.617,75
TRIBUTOS A COMPENSAR		R\$ 0,00	R\$ 18.430,71
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS		R\$ 3.345,12	R\$ 1.651,38
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		R\$ 44.800,24	R\$ (0,00)
OUTROS CRÉDITOS		R\$ 195.000,00	R\$ 0,00
ESTOQUES		R\$ 762.804,82	R\$ 1.709.034,36
ESTOQUE DE PRODUÇÃO		R\$ 762.804,82	R\$ 1.709.034,36
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 1.096.585,39	R\$ 1.114.095,14
INVESTIMENTOS		R\$ 9.750,00	R\$ 10.800,00
OUTROS INVESTIMENTOS		R\$ 9.750,00	R\$ 10.800,00
IMOBILIZADO		R\$ 1.327.292,03	R\$ 1.516.247,00
MOVEIS		R\$ 54.705,09	R\$ 54.705,09
MÁQUINAS EQUIPAMENTOS E INST. INDUSTRIAIS		R\$ 315.524,47	R\$ 504.479,44
VEÍCULOS		R\$ 870.010,00	R\$ 870.010,00
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS		R\$ 87.052,47	R\$ 87.052,47
INTANGÍVEL		R\$ 390,00	R\$ 390,00
MARCAS, DIREITOS E PATENTES		R\$ 390,00	R\$ 390,00
(-) (-) DEPRECIACÕES / AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		R\$ (240.846,64)	R\$ (413.341,86)
(-) (-) DEPRECIACÕES ACUMULADAS		R\$ (240.462,26)	R\$ (412.957,48)
(-) (-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		R\$ (384,38)	R\$ (384,38)
PASSIVO		R\$ 4.287.691,46	R\$ 4.909.970,75
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 1.685.794,22	R\$ 1.593.489,56
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS		R\$ 1.685.794,22	R\$ 1.593.489,56

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 29.36.56.06.30.85.95.2F.39.E5.70.8D.77.1B.39.7D.83.CA.80.84-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

Página 1 de 2



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-16
 Data: 03/05/2022 09:54:45
 Valor Total do Ato: R\$ 5,02
 Selo Digital Tipo Normal C: AMX66136-HPF9;



CNPJ: 05.626.958/0001-06

Cartório Azevêdo Bastos
 Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
 Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
 (83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Válter Azevêdo de M. Cordeiro
 Titular

TJPB



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA
 Período da Escrituração: 01/06/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.626.958/0001-06
 Número de Ordem do Livro: 14
 Período Selecionado: 01 de Junho de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
FORNECEDORES DE MERCADORIAS/SERVIÇOS		R\$ 446.021,30	R\$ 775.467,25
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A PAGAR		R\$ 495.394,71	R\$ 240.371,21
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR		R\$ 32.197,71	R\$ 19.271,31
CHEQUES A COMPENSAR		R\$ 0,00	R\$ 208.446,93
EMPRESTIMOS BANCÁRIOS		R\$ 174.609,75	R\$ 86.759,30
FINANCIAMENTOS		R\$ 97.800,00	R\$ 97.800,00
PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS		R\$ 127.363,27	R\$ 80.439,96
FATURAMENTO P/ ENTREGA FUTURA		R\$ 399.972,20	R\$ 155.700,00
(-) (-) JUROS PASSIVOS A VENCER		R\$ (87.564,72)	R\$ (70.786,40)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 1.162.507,84	R\$ 1.003.107,84
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS		R\$ 1.162.507,84	R\$ 1.003.107,84
CRÉDITOS DE SÓCIOS DIRETORES		R\$ 494.550,00	R\$ 424.550,00
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS		R\$ 76.764,66	R\$ 76.764,66
FINANCIAMENTOS		R\$ 369.199,92	R\$ 369.199,92
PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS		R\$ 234.616,69	R\$ 234.616,69
EMPRÉSTIMO C/ TERCEIROS		R\$ 89.400,00	R\$ 0,00
(-) (-) JUROS PASSIVOS A VENCER		R\$ (102.023,43)	R\$ (102.023,43)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 1.439.389,40	R\$ 2.313.373,35
CAPITAL SOCIAL		R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 639.389,40	R\$ 1.513.373,35
LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 639.389,40	R\$ 1.513.373,35

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 29.36.56.06.30.85.95.2F.39.E5.70.8D.77.1B.39.7D.83.CA.80.84-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

Página 2 de 2

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/194600305220843230823-17>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-17
 Data: 03/05/2022 09:54:45
 Valor Total do Ato: R\$ 5,02
 Selo Digital Tipo Normal C: AMX66137-UUOE;



CNPJ: 05.626.958/0001-06

Cartório Azevêdo Bastos
 Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
 Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
 (83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

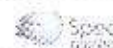
Válter Azevêdo de M. Cavalcanti
 Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 3 de maio de 2022 09:56:05 GMT-03:00, CNS: 05.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.conad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA
 Período da Escrituração: 01/06/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.626.958/0001-06
 Número de Ordem do Livro: 14
 Período Selecionado: 01 de Junho de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R\$ 8.543.089,22	R\$ 8.733.503,57
(-) RECEITAS MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ 37.387,46	R\$ (0,00)
RECEITAS PRODUTOS VENDIDOS		R\$ 8.479.221,76	R\$ 8.566.051,07
RECEITAS DE SERVIÇOS PRESTADOS		R\$ 26.480,00	R\$ 163.950,00
OUTRAS RECEITAS		R\$ 0,00	R\$ 3.502,50
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R\$ (2.013.445,29)	R\$ (1.161.090,19)
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ (2.013.445,29)	R\$ (1.161.090,19)
RECEITA LÍQUIDA		R\$ 6.529.643,93	R\$ 5.572.413,38
(-) CUSTO DAS VENDAS/SERVIÇOS		R\$ (3.380.334,79)	R\$ (3.793.579,38)
(-) ESTOQUE INICIAL DE PRODUÇÃO		R\$ (1.772.538,99)	R\$ (8.563.736,80)
(-) CUSTOS DIRETO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R\$ (2.941.234,92)	R\$ (4.591.456,02)
(-) CUSTOS DA MÃO DE OBRA DIRETA		R\$ (659.493,36)	R\$ (242.778,81)
(-) ESTOQUE FINAL DE PRODUÇÃO		R\$ 2.017.220,86	R\$ 9.604.392,25
(-) CUSTOS INDIRETO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R\$ (12.281,65)	R\$ (0,00)
(-) CUSTOS DIRETO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		R\$ (12.006,73)	R\$ (0,00)
LUCRO BRUTO		R\$ 3.149.309,14	R\$ 1.778.834,00
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (750.603,90)	R\$ (466.342,41)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (244.588,75)	R\$ (91.069,25)
(-) DESPESAS COM VENDAS		R\$ (311.796,68)	R\$ (157.913,41)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		R\$ (36.965,07)	R\$ (32.760,06)
(-) DESPESAS ADIC AO LUCRO TRIBUTÁRIO		R\$ (122.230,65)	R\$ (4.288,29)
(-) DESPESAS DE DEPRECIAÇÃO		R\$ (6.970,96)	R\$ (172.495,22)
(-) SERVIÇOS PROFISSIONAIS		R\$ (28.051,79)	R\$ (7.816,18)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		R\$ (214.000,29)	R\$ (39.913,22)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 5.089,29	R\$ 25.829,96
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (219.089,58)	R\$ (65.743,18)
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO		R\$ 2.184.704,95	R\$ 1.272.578,37
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		R\$ 2.184.704,95	R\$ 1.272.578,37
(-) PROVISÃO PARA IR E CSLL		R\$ 0,00	R\$ (203.594,42)
(-) PROVISÃO IRPJ/CSLL		R\$ 0,00	R\$ (203.594,42)
RESULTADO LÍQUIDO		R\$ 2.184.704,95	R\$ 1.068.983,95
RESULTADO LÍQUIDO APÓS PARTICIPAÇÕES		R\$ 2.184.704,95	R\$ 1.068.983,95

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 29.36.56.06.30.85.95.2F.39.E5.70.8D.77.1B.39.7D.83.CA.80.84-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

Página 1 de 1

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/154600305220843230823>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-18
 Data: 03/05/2022 09:54:45
 Valor Total do Ato: R\$ 5,02
 Selo Digital Tipo Normal C: AMX66138-PWSL;



CNPJ: 05.626.958/0001-06

Cartório Azevedo Bastos
 Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1143
 Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
 (83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti
 Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 3 de maio de 2022 09:56:05 GMT-03:00. CNS: 06.870-0 - Cartório Azevedo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticação deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO



Nome Empresarial: VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA

CNPJ: 05.626.956/0001-06 Nire: 52205340965 Scp:

Período da Escrituração: 01/06/2021 a 31/12/2021

Forma de Escrituração Contábil: Livro Diário

Natureza do Livro: Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral

Identificação do arquivo(hash): 29.36.66.06.30.85.95.2F.39.E5.70.8D.77.1B.39.7D.83.CA.80.84-

Consulta Realizada em: 02/05/2022 05:38:11

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

9.0.1

Página 1 de 1

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/194600305220843230823>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-19
Data: 03/05/2022 09:54:46
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX66139-4C30;



CNPJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3246-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Valber Azevêdo da M. Cavalcanti
Tutor



TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 3 de maio de 2022 09:56:05 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas, Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

NOTA 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA é uma Sociedade Empresária Limitada, com data de abertura em 25/04/2003, e início das atividades em 02/05/2003, com sede com sede e domicílio na Av. Pedro Ludovico Teixeira, nº. 3810, Quadra 70, Lote 03E, Parque Oeste Industrial, Goiânia – GO, CEP: 74.375-400, tendo como objeto social:

- 13.54-5-00 - Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos
- 25.42-0-00 - Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias
- 36.00-6-01 - Captação, tratamento e distribuição de água
- 42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
- 43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
- 46.41-9-01 - Comércio atacadista de tecidos
- 46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
- 46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças
- 46.72-9-00 - Comércio atacadista de ferragens e ferramentas
- 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
- 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.
- 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
- 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador.

NOTA 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1) As demonstrações financeiras para o período do exercício de 01/06/2021 a 31/12/2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas (PMEs);

2.2) A administração desta empresa conclui e declara sob sua exclusiva responsabilidade: a) que todos os documentos e ou informações gerados e recebidos de seus fornecedores, e de outras instituições de relacionamento, correspondem aos



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-20
Data: 03/05/2022 09:54:46
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX66140-ZE8F;



CNPJ: 06.870.0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Baixo das Estrelas, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Valber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



encaminhados para a elaboração da escrituração contábil e demais serviços contratados, e estão revestidos de idoneidade; b) que as demonstrações contábeis apresentam de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho da empresa, inclusive a destinação do resultado dos exercícios findos até 31/12/2021;

2.3) No período de 01/01/2021 a 13/10/2021 a empresa era de Responsabilidade Eireli, passando a constituir o tipo jurídico Sociedade Empresária LTDA a partir de 13/10/2021, denominada assim VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA sob o nº de registro 52205340965, JUCEG.

2.4) No período de 01/01/2021 a 31/05/2021 a Empresa adotou o Regime Tributário do Simples Nacional, e a partir de 01/06/2021 a 31/12/2021, a Empresa passou a adotar o regime Tributário do Lucro Presumido, o IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) vão incidir trimestralmente nas alíquotas de 15% e 9%, respectivamente, apenas sobre os percentuais de presunção de lucro, conforme a atividade da empresa; a Escrituração Contábil Digital – ECD, será transmitida via SPED – Sistema Público de Escrituração Digital para o período de 01/06/2021 a 31/12/2021.

NOTA 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, e o resultado das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado dos períodos que ocorrem, independentemente de recebimento ou pagamento;

3.2) Classificação de itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vencidos ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes;

3.3) Caixa e Equivalentes de Caixa

Registra os valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da unidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-21
Data: 03/05/2022 09:54:46
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX66141-RP4J;



CNPJ: 06370-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Título

TJPB



	2021	2020
CAIXA	RS 76.306,76	RS 41.591,30
BANCOS CONTA MOVIMENTO	RS 25.539,33	RS 19.653,21
TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	RS 101.846,09	RS 61.244,51

3.4) Aplicações Financeiras

Estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço;

	2021	2020
APLICAÇÃO FINANCEIRA A CURTO PRAZO	RS 763.144,80	RS 75.906,25
TOTAL DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	RS 763.144,80	RS 75.906,25

3.5) Outros Créditos: Adiantamentos a Funcionários: Registro dos adiantamentos operacionais aos empregados;

	2021	2020
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	RS 1.651,38	RS 3.439,34
TOTAL DE ADIANTAMENTOS	RS 1.651,38	RS 3.439,34

3.6) Tributos a Recuperar e a Compensar: Créditos Tributários e Previdenciários - Registra o valor dos créditos relativos à recuperação de impostos a serem futuramente compensados.

	2021
IPI A RECUPERAR	RS 19.617,75



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-22
Data: 03/05/2022 09:54:46
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX66142-6VYI:



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-6404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Valter Azevêdo de M. Cavalcanti
Título

TJPB



CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA	RS 11.050,71
ISS RETIDO SOBRE SERVIÇO	RS 7.380,00
TOTAL DOS CRÉDITOS	RS 38.048,46

3.7) Duplicatas a Receber

Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes, pela venda a prazo de mercadorias, produtos, e da prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade. A receita a prazo tem sua origem tanto no comércio através das Empresas Comerciais, como também, através de Licitações adotadas pela Administração Pública para contratar obras e serviços, ou para compras, alienações e locações.

	2021	2020
DUPLICATAS A RECEBER	RS 1.182.150,52	RS 109.060,32
TOTAL DE DUPLICATAS A RECEBER	RS 1.182.150,52	RS 109.060,32

3.8) Estoques

As mercadorias em estoque são classificadas no ativo circulante (mercadorias, produtos e insumos) e são demonstrados ao custo médio de aquisição, inclui os gastos incorridos na aquisição dos mesmos e eventuais custos para trazê-los à sua localização e condições existentes descontados os tributos recuperáveis.

	2021	2020
ESTOQUE DE PRODUÇÃO	RS 1.709.034,36	RS 351.427,74
TOTAL DO ESTOQUE	RS 1.709.034,36	RS 351.427,74



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-23
Data: 03/05/2022 09:54:46
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX66143-WLLC;



CNJ 06.070-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Valber Azevêdo de M. Cavalcanti
Tribler



TJPB

3.9) Imobilizado e Depreciação

3.9.1) Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, na qual são aplicadas taxas constantes durante o tempo de vida útil estimado para o bem.

3.9.2) A depreciação foi calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do imobilizado, calculada sobre o valor residual dos bens:

Veículos 20%

Móveis e utensílios 10%

Máquinas e equipamentos 10%

Equipamentos de informática 20%

Veículos de Transporte 20%

Ferramentas 10%

3.10) Investimentos:

Esta rubrica contempla investimentos que não possuem expectativa de realização para os próximos 12 meses.

	2021	2020
INVESTIMENTO BANCO SICOOB	R\$ 10.800,00	R\$ 9.000,00
TOTAL DE INVESTIMENTO	R\$ 10.800,00	R\$ 9.000,00

3.11) FORNECEDORES

A rubrica fornecedor são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios. Todas as compras e serviços tomados pela empresa são por prazos inferiores há 12 meses, registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses débitos, ou seja, com valores da Nota Fiscal.

	2021	2020
FORNECEDORES	R\$ 775.467,25	R\$ 1.816.230,71
TOTAL DE FORNECEDORES	R\$ 775.467,25	R\$ 1.816.230,71



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-24
Data: 03/05/2022 09:54:46
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX66144-RM0B;



CNPJ: 06.875-3

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Valber Azevêdo de M. Cavalcanti
Tutor



TJPB

3.12) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O reconhecimento inicial ocorre no recebimento dos recursos. Para alguns empréstimos, o reconhecimento inicial ocorre pelo valor total a pagar deduzido dos encargos financeiros e de custos da transação. Subsequentemente, é reconhecido mensalmente em contas de resultado os encargos financeiros e custos de transação que foram necessários para liberação do mesmo, de acordo com a taxa efetiva de juros. A empresa mantém em seu Passivo empréstimos/financiamentos tomados junto a instituições financeiras visando cumprir suas obrigações com fornecedores, colaboradores e obrigações tributárias. Esses recursos também servirão para investimentos dentro das atividades da empresa:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS DATA BASE: 31/12/2021						
Instituição Financeira	Modalidade	Valor Financiado	Taxa de Juros a.m	Vencimento	Parcelas a Vencer	Saldo Devedor
Banco do Brasil	FCO	160.000,00	1,24574	01-abr-22	4	35.555,54
Caixa Econômica	PRONAMPE	131.596,56	1,56660	25-set-23	29	105.968,34
Banco do Brasil	FCO	379.000,00	0,58970	01-dez-26	60	466.999,92
Banco do Brasil	GIRO	110.000,00	1,36977	01-dez-26	60	22.000,08
ENDIVIDAMENTO TOTAL						630.523,88

A empresa conta com um passivo, relacionado à empréstimos e financiamentos, no valor de R\$ 630.523,88 junto às instituições financeiras nacionais, sendo que Empréstimo Caixa Econômica – PRONAMPE R\$ 76.764,66 e Banco Do Brasil FCO e GIRO R\$ 369.199,92 estão no Exigível a Longo Prazo.

3.13) CHEQUES A PAGAR

Cheque emitidos para pagamento parcelado, se tratando de compras e serviços tomados pela empresa são por prazos inferiores há 12 meses:

Data	Descrição Fornecedores	Valor	Descrição histórico
19/08/2021	FERRO E AÇO SUDOESTE LTDA	R\$ 31.208,00	CHEQUES A PAGAR NR 300 NF 22955
15/10/2021	LIDERANCA TECIDOS EIRELI	R\$ 15.211,00	CHEQUES A PAGAR NR 311 REF NF 157
17/12/2021	ZINCAR GALVANOTENICA LTDA	R\$ 32.071,58	CHEQUES A PAGAR NR 330 REF NF 931



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-25
Data: 03/05/2022 09:54:46
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX66145-EIJI;



CNPJ: 06.870.0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-3404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Válter Azevêdo de M. Cavalcanti
Tutor

TJPB



17/12/2021	ZINCAR LTDA	GALVANOTENICA	RS 32.071,58	CHEQUES A PAGAR NR 331 REF NF 931
17/12/2021	ZINCAR LTDA	GALVANOTENICA	RS 32.071,59	CHEQUES A PAGAR NR 327 REF NF 931
17/12/2021	ZINCAR LTDA	GALVANOTENICA	RS 32.071,59	CHEQUES A PAGAR NR 328 REF NF 931
17/12/2021	ZINCAR LTDA	GALVANOTENICA	RS 32.071,59	CHEQUES A PAGAR NR 329 REF NF 931
20/12/2021	INOVAR BRINDES LTDA	SERIGRAFIA E	R\$ 556,66	CHEQUES A PAGAR NR 334 REF NF 398
20/12/2021	INOVAR BRINDES LTDA	SERIGRAFIA E	R\$ 556,67	CHEQUES A PAGAR NR 332 REF NF 398
20/12/2021	INOVAR BRINDES LTDA	SERIGRAFIA E	R\$ 556,67	CHEQUES A PAGAR NR 333 REF NF 398

Saldo a pagar em 2022: **R\$ 208.446,93**

3.14) FATURAMENTO PARA ENTREGA FUTURA

As vendas para Entrega Futura citados abaixo foram ambas faturadas em 17/03/2022;

Data	Descrição Cliente	Valor	Descrição histórico
02/09/2019	DPTO DE TRANSITO DO ESTADO DO RJ CNPJ:30295513000138	R\$ 83.700,00	VENDA P/ ENTREGA FUTURA CONF NF 6615; faturada em 17/03/2022 sob o numero de nota fiscal nº 8548
09/09/2019	MUNICIPIO DE PARANAÍTA CNPJ:03239043000112	R\$ 72.000,00	VENDA P/ ENTREGA FUTURA CONF NF 6619; faturada em 17/03/2022 sob o numero de nota fiscal nº 8549

Saldo 31/12/2021: **R\$ 155.700,00**

3.15) PARCELAMENTO DO SIMPLES NACIONAL

Parcelamento do Simples Nacional, sendo o valor da parcela mensal no valor de R\$ 6.703,33, acrescidos de juros mensais pela taxa Selic, restando 47 parcelas a pagar.

	2021	2020
PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL:	R\$ 315.056,65	R\$ 395.496,61



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-26
Data: 03/05/2022 09:54:46
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX66146-CF0C;



Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Valter Azevedo de M. Cavalcanti
Titular



4) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS COLIGADAS E CONTROLADAS

A empresa não participa do capital social em outras sociedades.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer naturezas.

6) PATRIMONIO LIQUIDO

6.1) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 800.000,00, totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

Marcelo Gonçalves Pereira – 100%

6.2) LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS

6.2.1) DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Foi realizada distribuição de lucros para o sócio Marcelo Gonçalves Pereira no valor de R\$ 195.000,00 conforme escrituração contábil na proporção de suas quotas de capital.

Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

Saldo Inicial de Lucros Acumulados 01/06/2021	R\$ 639.389,40
Resultado Líquido do Exercício	R\$ 1.068.983,95
Lucro Distribuído	-R\$ 195.000,00
Saldo Final de Lucros Acumulados 31/12/2021	R\$ 1.513.373,35

Sendo só o que temos a declarar segue o acima exposto assinado nesta data.

Goiânia, 31 de Dezembro de 2021.

ADEMAR GOMES
JACINTO:86430300153

Assinatura de formatação: 14/01/2019
GOMES JACINTO:86430300153
CPF: 272.006.220/03-45-63-58

MARCELO GONÇALVES
PEREIRA:79882471153

Assinatura de formatação: 14/01/2019
GONÇALVES PEREIRA:79882471153
CPF: 798.824.711-53

ADEMAR GOMES JACINTO

MARCELO GONÇALVES PEREIRA

CRCGO 14402

SÓCIO ADMINISTRADOR

CPF:864.303.001-53

CPF:798.824.711-53



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-27
Data: 03/05/2022 09:54:46
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX66147-ZF2R;



CNJ: 06.370-3

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Tutor

TJPB



VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA - CNPJ: 05.626.958/0001-06

PERÍODO: 01/01/2021 À 31/12/2021

DEMONSTRATIVOS DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (LG)

AC + ARLP
PC + PNC

R\$ 3.806.675,61 = 1,47
R\$ 2.596.597,40

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (LC)

AC
PC

R\$ 3.795.875,61 = 2,38
R\$ 1.593.489,56

ÍNDICE DE SOLVENCIA GERAL (SG)

AT
PC + PNC

R\$ 4.909.970,75 = 1,89
R\$ 2.596.597,40

ADEMAR GOMES

JACINTO:86430300153

Assinado de forma digital por
ADEMAR GOMES
JACINTO:86430300153
Dados: 2022.05.02 10:02:24 -03'00

Goiânia, GO, 31 de Dezembro de 2021.

Ademar Gomes Jacinto

CRC-GO 14.402

CPF: 864.303.001-53

Confira os dados do ato em: <https://sodigital.tpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/194600305220843230823>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 194600305220843230823-28
Data: 03/05/2022 09:54:46
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX66148-K50X;



CNJ: 06.870-4

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Valter Azevêdo de M. Cavalcanti
Tribunal

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 3 de maio de 2022 09:56:05 GMT-03:00, CNS: 06.870.0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provisório nº 100/2020 CNJ - art. 22.



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO GOIÁS
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO GOIÁS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ADEMAR GOMES JACINTO
REGISTRO.....	: GO-014402/O-6
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.303.001-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: GOIÁS, 02/05/2022 as 09:10:33.

Válido até: 31/07/2022.

Código de Controle: 497028.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCGO.

Secretaria de Finanças
Cadastro de Atividade Econômica - CAE
Consulta Situação do Contribuinte

Nº Inscrição Municipal	1973487
C.N.P.J. / C.P.F.	05.626.958/0001-06
Razão Social	VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA
Natureza Jurídica	SOCIEDADE EMP. LIMITADA
Data de Abertura	02/05/2003
Data Deferimento da Inscrição	18/06/2003
Situação	ATIVO
Situação da Estimativa	NÃO ESTIMADO
Simplex Nacional	EXCL 01/06/2021
Substituto Tributário	NAO
Escrita Contábil	SIM
Isento/Imune	NAO

[Voltar](#)

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	05.626.958/0001-06
NOME EMPRESARIAL:	VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$800.000,00 (Oitocentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	MARCELO GONCALVES PEREIRA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 02/05/2022 às 09:14 (data e hora de Brasília).

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

 NOME EMPRESARIAL VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA

 NATUREZA JURÍDICA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

NIRE (Sede)	CNPJ	DATA DE ARQUIVAMENTO DO ATO CONSTITUTIVO	DATA DE INÍCIO DE ATIVIDADE
52 20534096-5	05.626.958/0001-06	25/04/2003	02/05/2003

 ENDEREÇO AVENIDA PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA

 NÚMERO 3810 COMPLEMENTO QUADRA 70 LOTE 03-E BAIRRO PARQUE OESTE INDUSTRIAL

 MUNICÍPIO GOIÂNIA ESTADO GO
OBJETO SOCIAL / ATIVIDADE ECONÔMICA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TENDAS, TOLDOS, BARRACAS, COBERTURA DE LONA E SIMILARES FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICAS SERVIÇOS DE OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO COMÉRCIO ATACADISTA/DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO/EXPORTAÇÃO DE TECIDOS COMÉRCIO ATACADISTA/DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO/EXPORTAÇÃO DE ROUPAS E ACESSÓRIOS, PARA USO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA DO TRABALHO COMÉRCIO ATACADISTA/DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO/EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO INDUSTRIAL, PARTES E PEÇAS COMÉRCIO ATACADISTA/DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO/EXPORTAÇÃO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, SEM OPERADOR E CAPITAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO POR SOLUÇÃO ALTERNATIVA COLETIVA - SAC.

 CAPITAL R\$ 800.000,00

OITOCENTOS MIL REAIS

 CAPITAL INTEGRALIZADO R\$ 800.000,00

OITOCENTOS MIL REAIS

MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Lei n. 123/2006)

Empresa de pequeno porte

PRAZO DE DURAÇÃO

Indeterminado

SÓCIOS / PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL / VÍNCULO / TÉRMINO DO MANDATO

NOME / CPF ou CNPJ	PARTICIPAÇÃO (R\$)	VÍNCULO	ADMINISTRADOR	TÉRMINO DO MANDATO
MARCELO GONCALVES PEREIRA 798.824.711-53	800.000,00	SÓCIO	Administrador	XXXXXXXXXXXXXX

ADMINISTRADOR NOMEADO / TÉRMINO DO MANDATO

NOME	CPF	TÉRMINO DO MANDATO
MARCELO GONCALVES PEREIRA	798.824.711-53	XXXXXXXXXXXXXX

ÚLTIMO ARQUIVAMENTO

DATA <u>13/10/2021</u>	NÚMERO <u>52205340965</u>
ATO <u>ALTERAÇÃO</u>	SITUAÇÃO <u>REGISTRO ATIVO</u>
EVENTO(S) <u>TRANSFORMAÇÃO ALTERAÇÃO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL</u>	STATUS <u>XXXXXXXXXXXXXX</u>

A

Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares/PR

Pregão Eletrônico nº 032/2022

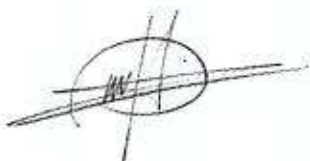
A/C Comissão de Licitação

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa **VISUAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LONAS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.626.958/0001-06, com sede na Avenida Pedro Ludovico Teixeira nº 3810, Parque Oeste Industrial, Goiânia/GO, neste ato representado por seu Procurador, Sr. *Divino Anderson Mota*, DECLARA; sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser verdade, assinamos.

Goiânia, 31 de maio de 2022.



Divino Anderson Mota

Procurador

A

Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares/PR

Pregão Eletrônico nº 032/2022

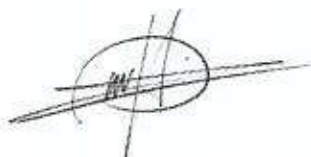
A/C Comissão de Licitação

DECLARAÇÃO DE LICITANTE EMPREGADOR – PESSOA JURÍDICA

A empresa **VISUAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LONAS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.626.958/0001-06, com sede na Avenida Pedro Ludovico Teixeira nº 3810, Parque Oeste Industrial, Goiânia/GO, neste ato representado por seu Procurador, Sr. *Divino Anderson Mota*, DECLARA; que não possui em seu quadro permanente de funcionários, menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, nem mesmo, se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).

Por ser verdade, assinamos.

Goiânia, 31 de maio de 2022.



Divino Anderson Mota

Procurador

A

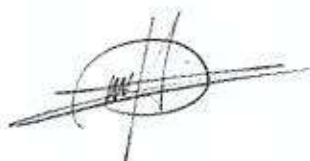
Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares/PR
Pregão Eletrônico nº 032/2022
A/C Comissão de Licitação

DECLARAÇÃO DE CNAE

A empresa **VISUAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LONAS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.626.958/0001-06, com sede na Avenida Pedro Ludovico Teixeira nº 3810, Parque Oeste Industrial, Goiânia/GO, neste ato representado por seu Procurador, Sr. *Divino Anderson Mota*, DECLARA; sob as penas da Lei que o CNAE que representa a atividade de maior receita é 25.42-0-00 - Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias.

Por ser verdade, assinamos.

Goiânia, 31 de maio de 2022.



Divino Anderson Mota
Procurador

A

Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares/PR

Pregão Eletrônico nº 032/2022

A/C Comissão de Licitação

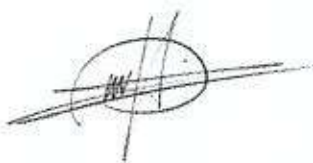
DECLARAÇÃO DE VÍNCULO FUNCIONAL

A empresa **VISUAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LONAS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.626.958/0001-06, com sede na Avenida Pedro Ludovico Teixeira nº 3810, Parque Oeste Industrial, Goiânia/GO, neste ato representado por seu Procurador, Sr. *Divino Anderson Mota*, DECLARA; para os fins do contido no artigo 9º, inciso III da Lei 8666/93, especialmente para o Edital de PREGÃO Nº 032/2022 -PMCDs, que não é servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Declara, para os fins do contido na Lei Orgânica do Município de Coronel Domingos Soares, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seu quadro social, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, ou seus cônjuges e companheiros, que sejam integrantes do quadro societário da empresa. Declara, ainda, para os fins do contido na Súmula 13 do STF e Acórdão nº 2745/2010 do TCE-PR, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seus quadros, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja servidor público, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança do Município de Coronel Domingos Soares.

Por ser verdade, assinamos.

Goiânia, 31 de maio de 2022.

*Divino Anderson Mota*

Procurador

A

Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares/PR

Pregão Eletrônico nº 032/2022

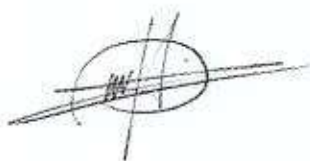
A/C Comissão de Licitação

DECLARAÇÃO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa **VISUAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LONAS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.626.958/0001-06, com sede na Avenida Pedro Ludovico Teixeira nº 3810, Parque Oeste Industrial, Goiânia/GO, neste ato representado por seu Procurador, Sr. *Divino Anderson Mota*, DECLARA; sob as penas da lei e para os fins do Edital de Pregão Eletrônico nº. 032/2022, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e, entrega, juntamente com a presente, o envelope contendo a indicação do objeto e preços oferecidos, além do envelope contendo as documentações habilitatórias do referido Edital.

Por ser verdade, assinamos.

Goiânia, 31 de maio de 2022.



Divino Anderson Mota

Procurador

A

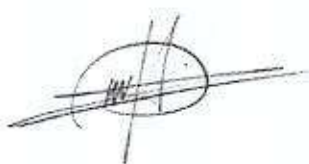
Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares/PR
Pregão Eletrônico nº 032/2022
A/C Comissão de Licitação

DECLARAÇÃO DE EPP

A empresa **VISUAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LONAS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.626.958/0001-06, com sede na Avenida Pedro Ludovico Teixeira nº 3810, Parque Oeste Industrial, Goiânia/GO, neste ato representado por seu Procurador, Sr. *Divino Anderson Mota*, DECLARA; sob as penas da Lei, nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06, que se enquadra na situação de empresa de pequeno porte e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º da referida lei.

Por ser verdade, assinamos.

Goiânia, 31 de maio de 2022.



Divino Anderson Mota
Procurador



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Governo

Operação Lei Seca

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa Visual Indústria e Comércio de Lonas Eireli, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.626.958/0001-06, sediada na Avenida Pedro Ludovico Teixeira nº 3810, Parque Oeste Industrial, Goiânia-GO, CEP nº 74.375-400, forneceu para a Operação Lei Seca - OLS, política pública da Secretaria de Estado de Governo do Estado do Rio de Janeiro - SEGOV/RJ, CNPJ/MF nº 40.015.416/0001-06, localizada na Rua Pinheiro Machado, s/nº, Palácio Guanabara - Prédio Anexo 4º andar, CEP: 22.231.901, referente ao procedimento licitatório realizado na modalidade pregão eletrônico nº 009/19, o material abaixo especificado:

MEDIDA	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
UNIDADE	20	Tenda Sanfonada para atender a Operação Lei Seca, 3m x 3m, em ferro Metalon galvanizado reforçado anti-ferrugem com medida mínima de 3cm x 3cm (Hastes laterais e superiores), cobertura impermeável, anti-mofo e anti-chama. Conter velcro reforçado de 6 centímetros de largura na parte lateral interna da cobertura, para prender e suportar o peso das laterais da barraca. Modelo: pirâmide. Personalizada com endereço do site impresso nas bordas laterais externas e logo do estado do Rio de Janeiro, conforme Anexo I. A cobertura deverá ser azul na parte externa e branca na parte interna. A impressão deverá ser digital em alta resolução. A tenda deve vir com capa individual para conservação e transporte.
UNIDADE	60	Lona personalizada para lateral das barracas para atender a Operação Lei Seca, largura 3m, impermeável, anti-mofo e anti-chama, com logo da "Operação Lei Seca", logo do "Detran" e logo do "SEGOV - Governo do Estado do Rio de Janeiro" impressos no lado interno e externo (frente e verso), conforme Anexo I. Deverá vir com velcro de 6 cm de largura preso na parte superior da lateral, dos dois lados, para fixar na cobertura da barraca. A lateral da barraca deverá ser fixada na cobertura da barraca e ter comprimento suficiente para ficar rente ao chão. A impressão deverá ser digital de alta resolução. As laterais das lonas deverão conter 7 ilhoses de cada lado, divididos de forma proporcional ao longo da lateral, além da possibilidade de fechar com velcro reforçado de 6cm de largura na parte superior da lona em ambos os lados. As lonas devem vir com capas individuais para conservação e transporte

Atestamos, ainda, que o fornecimento foi executado satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Rio de Janeiro, 22 outubro de 2021

FELIPE CARLOS SOUZA MENEZES
Coordenador de Logística da Operação Lei Seca
ID. Funcional 4.185.515-9



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Carlos Souza Menezes**, Coordenador, em 22/10/2021, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **23874488** e o código CRC **BE89A1CA**.

ATESTADO DE FORNECIMENTO

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **VISUAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LONAS LTDA.**, estabelecida à Av. Pedro Ludovico, 3810 – Pq. Oeste Industrial, Goiânia/GO, inscrita no CNPJ sob nº 05.626.958/0001-06, forneceu ao Serviço Social da Indústria – Sesi-SP, através do Pregão Eletrônico nº 037/2018, os produtos abaixo:

QTDE.	MATERIAL
39	TENDAS NYLON PIRAMIDAL 3X3M

Atestamos ainda, que não existem em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

São Paulo, 12 de novembro de 2019.



Vamberto Martinez
Assessor de Compras e Licitações



Marcia Cristina Félix Evaristo
Supervisora de Compras



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMNE - 6º RM
28ª BATALHÃO DE CAÇADORES
(BC Prov de SC/1838)
BATALHÃO CAMPO GRANDE

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os fins de comprovação de capacidade técnica, que a empresa **Visual Indústria e Comércio de Toldos Ltda**, situada na Av. Pedro Ludovico Teixeira, Quadra 70, Lote 03-e, nº 3810, Parque Oeste Industrial, Goiânia/GO, CEP nº 74375-400, nos forneceu, de acordo com a **Carona no Pregão Eletrônico nº 17/2013, Processo nº 64025003063201345 e Nota de Empenho 2013NE802522:**

- 04 (quatro) Tenda piramidal – medidas 6 x 6 x 3m – cobertura de lona branca PVC impermeável auto extingüível, black-out solar, tratamentos ante UV, alta resistência ao calor, ante mofo, ante chama, sem costuras mecânicas e emendas vulcanizadas, com bolsa para acondicionamento – suporte ferro galvanizado tubular, espessura de 3" na chapa 14, com partes soldadas em sistema MIG. Pés de sustentação de 3 metros.

A empresa cumpriu integralmente com todos os encargos e prazos sugeridos em suas propostas, nada tendo que a desabone tecnicamente e comercialmente até a presente data.

Aracaju, SE, 25 de novembro de 2014


EDILSON DE PINHO ALMEIDA - Maj
Fiscal Administrativo do 28º BC



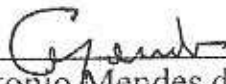
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto, a pedido do interessado e para fins de prova a quem interessar, que a **VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI** CNPJ nº 05.626.958/0001-06, localizada a Avenida Pedro Ludovico Teixeira, 3810, Parque Oeste Industrial, Goiania/GO forneceu ao município TENDA PIRAMIDAL, sobre numero de ATA 021/2021, conforme segue:

Item	Descrição	UND	Qtde	Valor Unit.	Subtotal
0002	TENDA PIRAMIDAL 06 X 04 MTS; ESTRUTURA FABRICADA EM CHAPA DE FERRO TUBULAR SOLDADA. GALVANIZAÇÃO DE ALTA RESISTÊNCIA, MONTADA POR SISTEMA DE ENCAIXE E UNIDA COM PARAFUSOS E CONEXÕES EM AÇO INOXIDÁVEL. EMENDAS UNIDAS POR SOLDA ELETRÔNICA E RÁDIO FREQUÊNCIA. REFORÇADA COM MATERIAL DE MAIOR ESPESSURA NOS PONTOS DE TENSIONAMENTO E RUPTURA. LONA DE COBERTURA EM PVC CALAMBRADO, COM REFORÇO EM POLIÉSTER IMPERMEÁVEL, ANTI-CHAMA E ANTI-MOFO, VULCANIZADA EM ALTA TEMPERATURA, GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE DO PRODUTO. COR BRANCA. PÉ DIREITO: 3,0M.	Unidade	5,00	R\$3.440,00	R\$ 17.200,00
Valor Total RS				RS 17.200,00	

Registramos, ainda, cumpriu fielmente com suas obrigações, nada constando que o desábone técnica e comercialmente, até a presente data.

Icarai de Minas/MG, 12 de Agosto de 2021.


Gonsalo Antonio Mendes de Magalhães
Prefeito Municipal de Icarai de Minas





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
 SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

N.º 01/2016

DATA: 08/01/2016

PROCESSO: 113.000.207/2016

EMPRESA: VISUAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LONAS LTDA

A Superintendência Administrativa e Financeira do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, CNPJ nº 00.070.532/0001-03, ATESTA, em conformidade com o disposto no Artigo 107, Inciso V do Decreto Nº 36.044, de 21 de novembro de 2014 – Regimento Interno do DER-DF, à vista dos elementos constantes em nossos arquivos, que a empresa: **VISUAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LONAS LTDA** estabelecida na Avenida Pedro Ludovico Teixeira, nº 810, Parque Oeste Industrial – Goiânia-GO, CEP: 74.375-400, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 05.626.958/0001-06, forneceu a este Departamento os materiais especificados abaixo:

QUANT.	Empenho	DESCRIÇÃO	Unidade
04 (quatro)	01532/2013	Tenda Sanfonada, cobertura personalizada: Confeccionada em tecido sintético resistente, impermeável, não propagador de chamas, com aplicação de placa anti – raio ultra violeta. Tamanho 3m X 3m. Marca Visual.	UNID
04 (quatro)	01532/2013	Tenda Sanfonada, cobertura personalizada: Confeccionada em tecido sintético resistente, impermeável, não propagador de chamas, com aplicação de placa anti – raio ultra violeta. Tamanho 6m X 3m. Marca Visual.	UNID
06 (seis)	01532/2013	Tenda Sanfonada, cobertura personalizada: Confeccionada em tecido sintético resistente, impermeável, não propagador de chamas, com aplicação de placa anti – raio ultra violeta. Tamanho 2m X 2m. Marca Visual.	UNID

Atestamos que a empresa cumpriu com todas as obrigações a contento e dentro do prazo estabelecido de conformidade com a Nota de Empenho nº 01532/2013, não constando em nossos registros, até a presente data, nada que desabone a sua conduta.

Maurício Marques
 Superintendente Administrativo e Financeiro
 DER-DF

Henrique Ludovice
 Diretor Geral
 DER-DF



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Rodovia Papa João Paulo II, 4001 - Edifício Genas, 10º Andar - Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31630-901
SEAPA - www.agricultura.mg.gov.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, com CNPJ nº 18.715.573/0001-67, **ATESTA**, para os devidos fins que a empresa Visual Indústria e Comércio de Lonas LTDA, com CNPJ, nº 05.626.958/0001-06, Av. Pedro Ludovico Teixeira nº 3810, Qd. 70 Lt 3-e, parque oeste industrial, Goiânia - GO nos forneceu o item abaixo:

Processo de Compras SEAPA - MG: nº 1231021 20/2017

Registro de Preços EMATER - MG: 093/2016

Pregão Eletrônico EMATER - MG: 427/2015

NF N°4771/4778/4810/4822/4844

Item	Quant.	Produto
01	818	Barracas - tipo: feira livre; matéria prima: lona listrada (verde e branco); dimensão/capacidade: 2,00 x 1,50 x 2,00 m; estrutura: tubular galvanizada desmontável; barraca de feira livre estrutura tubular galvanizada desmontável. Completa, mínimo de 1" e 7/8", de 2,00x1.50mx2,00 (altura pe direito) com cobertura em 02 águas, com beiral frontal de 0,50 m, bancada superior 0,70m x 2,00m a 0,90 m de altura com três divisões, com fundo em tela galvanizada com malha de 2 cm e fio no mínimo nº 12. Suporte inferior com dois tubos transversais a 15 cm de altura abaixo da bancada e saco cola em lona encerada para transporte da estrutura após desmontagem. Cobertura e proteção nas 02 laterais e frente a altura da bancada superior, em lona com espessura mínima de 0,4mm listrada verticalmente nas cores verde e branco, antichama, laminada sintético, a base de PVC, com trama interna em nylon com sistema de fixação na ferragem. Logomarca em adesivo branco leitoso, com soldagem eletrônica ou com impressão digital na lona. O layout da logomarca será fornecido pelo órgão solicitante. Item siad: 1124609

Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2018.

Rossana Nick Lauar

Diretora de Planejamento, Orçamento e Logística

Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA



Documento assinado eletronicamente por Rossana Nick Lauar, Diretor(a), em 25/01/2018, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0210201 e o código CRC 0D29167B.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 02/05/2022 09:27:54

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA**
 CNPJ: **05.626.958/0001-06**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
 Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
 Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
 Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
 Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
 Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
 Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
 Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
 Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA**

CPF/CNPJ: **05.626.958/0001-06**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:28:33 do dia 02/05/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: **LTKM020522092833**

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.


PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação – Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 1 de 16

Hash validador:

ab6f994eba3a5e34b9aaa69bed35ab6748013ed6

 Data de Emissão: **02 de Maio de 2022**

 Validade: **30 dias**

 Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

A Divisão de Gerenciamento de Estatística da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

DECLARA, para os devidos fins, a relação das serventias extrajudiciais, com atribuição de Tabelionato de Protesto de Título, existentes nas seguintes Comarcas:

Comarca	Serventia Extrajudicial
Abadiânia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos (com atribuição de Registro de Imóveis)
Acreúna	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos e Documentos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Águas Lindas de Goiás	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Alexânia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Alto Paraíso de Goiás	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Alto Paraíso de Goiás	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos e Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Alvorada do Norte	Tab. de Notas, Prot. de Títulos, Tab. e Oficialato de Reg. de Cont. Mar., de Reg. de Imóveis, Reg. de Títulos e Documentos, Reg. Civil de Pessoas Jurídicas, Reg. Civil de Pessoas Naturais
Alvorada do Norte	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Alvorada do Norte	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Alvorada do Norte	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Alvorada do Norte	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, com reserva do Registro Civil, até a vacância
Alvorada do Norte	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros e Contratos Marítimos
Anápolis	1º Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos
Anápolis	2º Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação – Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 2 de 16

Hash validador:

ab6f994eba3a5e34b9aaa69bed35ab6748013ed6

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

Comarca	Serventia Extrajudicial
Anápolis	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Anápolis	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Anicuns	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Anicuns	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos, Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Anicuns	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos, Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Aparecida de Goiânia	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Araçu	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Araçu	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Araçu	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registros de Títulos, Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Aragarças	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas (com atribuição do Registro de Imóveis)
Aragarças	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, com reserva do Registro Civil, até a vacância
Aragarças	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, com reserva do Registro Civil, até a vacância
Aruanã	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Aruanã	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, com reserva do Registro Civil, até a vacância
Aurilândia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Aurilândia	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos


PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação – Divisão de Gerenciamento de Estatísticas

Página 3 de 16

Hash validador:

ab6f994eba3a5e34b9aaa69bed35ab6748013ed6

 Data de Emissão: **02 de Maio de 2022**

 Validade: **30 dias**

 Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj
Comarca Serventia Extrajudicial

Barro Alto	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Barro Alto	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Bela Vista de Goiás	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos
Bom Jesus de Goiás	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos, Tabelionato 2º Ofício de Notas (com atribuições do Registro Imóveis e Registro Civil das Pessoas Naturais)
Bom Jesus de Goiás	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Buriti Alegre	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Buriti Alegre	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Cachoeira Alta	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Cachoeira Dourada	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Cachoeira Dourada	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Caçu	Registro de Imóveis e 1º Tabelionato de Notas (com atribuição de Protesto)
Caçu	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Caçu	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, com reserva do Registro Civil, até a vacância
Caiapônia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Caiapônia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Caiapônia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Caldas Novas	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação - Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 4 de 16

Hash validador:

ab6f994eba3a5e34b9aaa69bed35ab6748013ed6

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

145

Comarca Serventia Extrajudicial

Caldas Novas	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Campinorte	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Campinorte	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Campinorte	Tabelionato e Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Campos Belos	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos, Tabelionato 2º de Notas e Escrivania 2º do Cível (com atribuições do Registro de Imóveis e do Registro Civil das Pessoas Naturais)
Campos Belos	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, com reserva do Registro Civil, até a vacância
Carmo do Rio Verde	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Carmo do Rio Verde	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Catalão	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Catalão	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas (reservado o Registro Civil até a vacância)
Catalão	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Catalão	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Cavalcante	Tab. de Notas, Prot. de Títulos, Tab. e Oficialato de Reg. de Cont. Mar., de Reg. de Imóveis, Reg. de Títulos e Documentos, Reg. Civil de Pessoas Jurídicas, Reg. Civil de Pessoas Naturais
Cavalcante	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos
Ceres	Registro de Imóveis, Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos
Ceres	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação - Divisão de Gerenciamento de Estatísticas

Página 5 de 16

Hash validador:

ab6f994eba3a5e34b9aaa69bed35ab6748013ed6

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

146

Comarca	Serventia Extrajudicial
Ceres	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, com reserva do Registro Civil, até a vacância
CIDADE DE GOIÁS (GOIÁS)	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
CIDADE DE GOIÁS (GOIÁS)	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, com reserva do Registro Civil, até a vacância
Cidade Ocidental	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos.
Cocalzinho de Goiás	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Corumbá de Goiás	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Corumbaíba	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Corumbaíba	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registros de Imóveis, Registros de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Cristalina	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Crixás	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Cumari	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Cumari	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Edéia	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas e Escrivania 2º do Cível
Edéia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Estrela do Norte	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Estrela do Norte	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Cível das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Estrela do Norte	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação – Direção de Gerenciamento de Sistemas

Página 6 de 16

Hash validador:

ab6f994eba3a5e34b9aaa69bed35ab6748013ed6

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

147

Comarca	Serventia Extrajudicial
Fazenda Nova	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Fazenda Nova	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contrato Marítimos
Fazenda Nova	Tabelionato de Notas, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, Registro Civil das Pessoas Naturais
Fazenda Nova	Tabelionato de Notas, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, Registro Civil das Pessoas Naturais
Firminópolis	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos
Flores de Goiás	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Flores de Goiás	Tabelionato e Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Formosa	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos, Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Formosa	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas.
Formoso	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Formoso	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Formoso	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas (reservado o Registro Civil de Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas até a vacância)
Goianápolis	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Goianápolis	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Goiandira	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Goiandira	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Goianésia	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Goianésia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação – Divisão de Gerenciamento de Estrutura

Página 7 de 16

Hash validador:

ab6f994eba3a5e34b9aaa69bed35ab6748013ed6

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

148

Comarca	Serventia Extrajudicial
Goiânia	1º Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos
Goiânia	2º Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos
Goiânia	Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas (com atribuição de Protesto de Títulos)
Goiânia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Goiânia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Goiatuba	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Goiatuba	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Guapó	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos, Tabelionato 2º de Notas (com atribuições do Registro de Imóveis e Registro Civil das Pessoas Naturais)
Guapó	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Guapó	Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos, Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Hidrolândia	Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Hidrolândia	Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Hidrolândia	Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas (com atribuição de Protesto)
Hidrolândia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Hidrolândia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Hidrolândia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Iaciara	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, com reserva do Registro Civil, até a vacância
Iaciara	Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos
Inhumas	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato de Notas
Inhumas	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, com reserva do Registro Civil, até a vacância

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação - Unidade de Gerenciamento de Estatística

Página 8 de 16

Hash validador:

ab6f994eba3a5e34b9aaa69bed35ab6748013ed6

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

149

Comarca	Serventia Extrajudicial
Ipameri	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Ipameri	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, com reserva do Registro Civil, até a vacância
Iporá	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Iporá	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Iporá	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registros de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e Interdições e Tutelas
Iporá	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas.
Iporá	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Itaberaí	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Itajá	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registros de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e Interdições e Tutelas
Itajá	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registros de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e Interdições e Tutelas
Itajá	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Itapaci	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Itapaci	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Itapaci	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registros de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e Interdições e Tutelas
Itapaci	Tabelionato e Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Itapirapuã	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Itapirapuã	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Itapuranga	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas (com atribuições do Registro de Imóveis e Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas)

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação - Divisão de Gerenciamento de Estatísticas

Página 9 de 16

Hash validador:

ab6f994eba3a5e34b9aaa69bed35ab6748013ed6

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

150

Comarca Serventia Extrajudicial

Itapuranga	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Itapuranga	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registros de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e Interdições e Tutelas
Itapuranga	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, com reserva do Registro Civil, até a vacância
Itauçu	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro Contratos Marítimos
Itumbiara	Tabelionato de Protestos, Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
Jandaia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Jandaia	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, com reserva do Registro Civil, até a vacância
Jaraguá	Registro de Imóveis, Títulos, Documentos e Protestos
Jaraguá	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Jaraguá	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Jataí	Registro de Imóveis, Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protesto
Jataí	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Joviânia	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Joviânia	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos
Jussara	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Jussara	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Leopoldo de Bulhões	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos, Tabelionato 2º de Notas e Escrivania 2º do Cível (com atribuições do Registro de Imóveis e do Registro Civil das Pessoas Naturais) (reservado o Protesto até a vacância)

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação – Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 10 de 16

Hash validador:

ab6f994eba3a5e34b9aaa69bed35ab6748013ed6

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

151

Comarca Serventia Extrajudicial

Leopoldo de Bulhões	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Luziânia	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos
Mara Rosa	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas (com atribuição do Registro de Imóveis e do Registro Civil)
Mara Rosa	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas.
Maurilândia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Maurilândia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Maurilândia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas.
Maurilândia	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas.
Minaçu	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Minaçu	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Mineiros	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Mineiros	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registros de Imóveis, de Registros de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais de Interdições e Tutelas
Mineiros	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registros de Imóveis, de Registros de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais de Interdições e Tutelas
Montes Claros de Goiás	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Montividiu	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Morrinhos	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Mossamedes	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Contratos Marítimos
Mozarlândia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação – Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 11 de 16

Hash validador:

ab6f994eba3a5e34b9aaa69bed35ab6748013ed6

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

152

Comarca Serventia Extrajudicial

Mozarlândia	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, com reserva do Registro Civil, até a vacância
Nazário	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Registro de Contratos Marítimos (o protesto fica reservado ao outro cartório até a vacância)
Nazário	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Nerópolis	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas e Reg. Civil de Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Nerópolis	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Niquelândia	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Niquelândia	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registros de Imóveis, de Registros de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais de Interdições e Tutelas
Nova Crixás	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Nova Crixás	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Novo Gama	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos.
Orizona	Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas, com atribuição de Protesto
Padre Bernardo	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Contratos Marítimos
Padre Bernardo	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registros de Imóveis, de Registros de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais de Interdições e Tutelas
Palmeiras de Goiás	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos, Tabelionato 2º de Notas
Paranaiguara	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Paraúna	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Paraúna	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Petrolina de Goiás	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos


PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação - Divisão de Gerenciamento de Estatísticas

Página 12 de 16

Hash validador:

ab6f994eba3a5e34b9aaa69bed35ab6748013ed6

 Data de Emissão: **02 de Maio de 2022**

 Validade: **30 dias**

 Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj
Comarca Serventia Extrajudicial

Petrolina de Goiás	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registros de Imóveis, de Registros de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais de Interdições e Tutelas
Piracanjuba	Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Piranhas	Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas (com atribuição de Protesto de Títulos)
Piranhas	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Pirenópolis	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Pires do Rio	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela, Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Planaltina	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Planaltina	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Pontalina	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Tabelionato 2º de Notas (com atribuição de Registro de Imóveis e do Registro Civil das Pessoas Naturais e de interdições e Tutelas)
Pontalina	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Porangatu	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Porangatu	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Porangatu	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, com reserva do Registro Civil, até a vacância
Posse	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Posse	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registros de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e Interdições e Tutelas
Quirinópolis	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Quirinópolis	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Rialma	Registro de Imóveis e 1º Tabelionato de Notas (com atribuição de Protesto)

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação - Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 13 de 16

Hash validador:

ab6f994eba3a5e34b9aaa69bed35ab6748013ed6

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

154

Comarca Serventia Extrajudicial

Rialma	Registro de Imóveis, Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato de Notas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela
Rialma	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, com reserva do Registro Civil, até a vacância
Rio Verde	Registro de Imóveis, Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos
Rio Verde	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Rubiataba	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Rubiataba	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Sanclerlândia	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos, Tabelionato 2º de Notas e Escriwania 2º do Civil
Sanclerlândia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Sanclerlândia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Santa Cruz de Goiás	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Santa Cruz de Goiás	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Santa Cruz de Goiás	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Santa Helena de Goiás	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Santa Terezinha de Goiás	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Santa Terezinha de Goiás	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Santo Antônio do Descoberto	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação - Divisão de Gerenciamento de Estatísticas

Página 14 de 16

Hash validador:

ab6f994eba3a5e34b9aaa69bed35ab6748013ed6

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

Comarca	Serventia Extrajudicial
São Domingos	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
São Domingos	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, de Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
São Luís de Montes Belos	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
São Luís de Montes Belos	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas
São Luís de Montes Belos	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros e Contratos Marítimos
São Miguel do Araguaia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
São Simão	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Senador Canedo	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Senador Canedo	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Serranópolis	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Serranópolis	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros e Contratos Marítimos
Silvânia	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros e Contratos Marítimos
Taquaral de Goiás	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Taquaral de Goiás	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Taquaral de Goiás	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registros de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Trindade	Registro de Pessoa Jurídica, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Trindade	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, com reserva do Registro Civil, até a vacância



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação - Direção de Gerenciamento de Estatística

Página 15 de 16

Hash validador:

ab6f994eba3a5e34b9aaa69bed35ab6748013ed6

Data de Emissão: **02 de Maio de 2022**

Validade: **30 dias**

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

156

Comarca	Serventia Extrajudicial
Turvânia	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Turvânia	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos
Uruaçu	Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Uruaçu	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas
Uruaçu	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, com reserva do Registro Civil, até a vacância
Uruana	Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos, Tabelionato 2º de Notas e Escrivania 2ª do Cível(com atribuição do Registro Civil das Pessoas Naturais)
Urutaí	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos
Valparaíso de Goiás	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Varjão	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos
Varjão	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas
Vianópolis	Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas com atribuição de Protesto
Vianópolis	Tabelionato de Notas, de Protestos de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos, de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas, Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, com reserva do Registro Civil, até a vacância
	Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos e Documentos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos

DIVISÃO DE GERENCIAMENTO DE ESTATÍSTICA DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS.

Esta declaração pode ser validada no http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj utilizando a sequência de caracteres de segurança: **ab6f994eba3a5e34b9aaa69bed35ab6748013ed6**

Esta validação poderá ser validado até a data: 01/06/2022.

Goiânia, 02 de Maio de 2022.



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação - Divisão de Gerenciamento de Estatísticas

Página 16 de 16

Hash validador:

ab6f994eba3a5e34b9aaa69bed35ab6748013ed6

Data de Emissão: **02 de Maio de 2022**

Validade: **30 dias**

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação - Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 1 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

158

DECLARAÇÃO

A Divisão de Gerenciamento de Estatística da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, na forma da Lei...

DECLARA, para os devidos fins, a relação de unidades judiciárias existentes nas Comarcas abaixo especificadas:

Comarca	Unidade Judiciária
ABADIANIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
ABADIANIA	Vara Judicial
ACREUNA	1ª Vara Judicial (Família e Sucessões, Infância e Juventude, Cível e Juizado Especial Cível)
ACREUNA	2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal)
ACREUNA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
AGUAS LINDAS DE GOIAS	1ª Vara (Cível, da Infância e da Juventude)
AGUAS LINDAS DE GOIAS	1ª Vara Criminal (Crimes Dolosos contra a Vida, Presidência do Tribunal do Júri e Execuções Penais)
AGUAS LINDAS DE GOIAS	2ª Vara (Cível, Família e Sucessões)
AGUAS LINDAS DE GOIAS	2ª Vara Criminal (crimes em geral)
AGUAS LINDAS DE GOIAS	3ª Vara Criminal (crimes em geral)
AGUAS LINDAS DE GOIAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
AGUAS LINDAS DE GOIAS	Juizado Especial Cível e Criminal
AGUAS LINDAS DE GOIAS	Vara de Fazendas Públicas, Registros Públicos e Ambiental
ALEXANIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
ALEXANIA	Vara Judicial
ALTO PARAISO DE GOIAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
ALTO PARAISO DE GOIAS	Vara Judicial
ALVORADA DO NORTE	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
ALVORADA DO NORTE	Vara Judicial

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação – Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 2 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

159

Comarca	Unidade Judiciária
ANAPOLIS	1ª Vara Cível
ANAPOLIS	1ª Vara Criminal
ANAPOLIS	1ª Vara de Família e Sucessões
ANAPOLIS	1º Juizado Especial Cível
ANAPOLIS	1º Juizado Especial Criminal
ANAPOLIS	2ª Vara Cível
ANAPOLIS	2ª Vara Criminal
ANAPOLIS	2ª Vara de Família e Sucessões
ANAPOLIS	2º Juizado Especial Cível
ANAPOLIS	3ª Vara Cível
ANAPOLIS	3ª Vara Criminal
ANAPOLIS	3ª Vara de Família e Sucessões
ANAPOLIS	3º Juizado Especial Cível
ANAPOLIS	4ª Vara Cível
ANAPOLIS	4ª Vara Criminal (Presidência do Tribunal do Júri e Execução Penal)
ANAPOLIS	4º Juizado Especial Cível
ANAPOLIS	5ª Vara Cível
ANAPOLIS	5ª Vara Criminal
ANAPOLIS	6ª Vara Cível
ANAPOLIS	Distribuidor Cível e Criminal
ANAPOLIS	Juizado da Infância e da Juventude
ANAPOLIS	Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
ANAPOLIS	Vara da Fazenda Pública Estadual
ANAPOLIS	Vara da Fazenda Pública Municipal, de Registros Públicos e Ambiental
ANAPOLIS	Vara Regional de Execução Penal
ANICUNS	1ª Vara Judicial (Família e Sucessões, Infância e Juventude, Cível e Juizado Especial Cível)
ANICUNS	2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal)
ANICUNS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
APARECIDA DE GOIANIA	1ª Vara Cível
APARECIDA DE GOIANIA	1ª Vara Criminal

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação - Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 3 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

160

Comarca	Unidade Judiciária
APARECIDA DE GOIANIA	1ª Vara de Família e Sucessões
APARECIDA DE GOIANIA	1º Juizado Especial Cível
APARECIDA DE GOIANIA	1º Juizado Especial Criminal
APARECIDA DE GOIANIA	2ª Vara Cível
APARECIDA DE GOIANIA	2ª Vara Criminal
APARECIDA DE GOIANIA	2ª Vara de Família e Sucessões
APARECIDA DE GOIANIA	2º Juizado Especial Cível
APARECIDA DE GOIANIA	3ª Vara Cível
APARECIDA DE GOIANIA	3ª Vara Criminal
APARECIDA DE GOIANIA	3ª Vara de Família e Sucessões
APARECIDA DE GOIANIA	3º Juizado Especial Cível
APARECIDA DE GOIANIA	4ª Vara Cível
APARECIDA DE GOIANIA	4ª Vara Criminal (Crimes dolosos contra a vida, e Execução Penal - privativas de liberdade em regime aberto, restritivas de direito e alternativas)
APARECIDA DE GOIANIA	5ª Vara Cível
APARECIDA DE GOIANIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
APARECIDA DE GOIANIA	Juizado da Infância e da Juventude
APARECIDA DE GOIANIA	Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
APARECIDA DE GOIANIA	UPJ de Família e Sucessões
APARECIDA DE GOIANIA	Vara da Fazenda Pública Estadual

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação – Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 4 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

161

Comarca	Unidade Judiciária
APARECIDA DE GOIANIA	Vara da Fazenda Pública Municipal, de Registros Públicos e Ambiental
ARACU	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
ARACU	Vara Judicial
ARAGARCAS	1ª Vara Judicial (Família e Sucessões, Infância e Juventude, Cível e Juizado Especial Cível)
ARAGARCAS	2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal)
ARAGARCAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
ARUANA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
ARUANA	Vara Judicial
AURILANDIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
AURILANDIA	Vara Judicial
BARRO ALTO	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
BARRO ALTO	Vara Judicial
BELA VISTA DE GOIAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
BELA VISTA DE GOIAS	Vara Judicial
BOM JESUS DE GOIAS	1ª Vara Judicial (Família e Sucessões, Infância e Juventude, Cível e Juizado Especial Cível)
BOM JESUS DE GOIAS	2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal)
BOM JESUS DE GOIAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
BURITI ALEGRE	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
BURITI ALEGRE	Vara Judicial
CACHOEIRA ALTA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
CACHOEIRA ALTA	Vara Judicial
CACHOEIRA DOURADA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
CACHOEIRA DOURADA	Vara Judicial
CACU	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação - Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 5 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

162

Comarca	Unidade Judiciária
CACU	Vara Judicial
CAIAPONIA	1ª Vara Judicial (Família e Sucessões, Infância e Juventude, Cível e Juizado Especial Cível)
CAIAPONIA	2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal)
CAIAPONIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
CALDAS NOVAS	1ª Vara (Cível e da Infância e da Juventude)
CALDAS NOVAS	1ª Vara Criminal (Crimes Dolosos contra a Vida, Presidência do Tribunal do Júri e Execução Penal)
CALDAS NOVAS	2ª Vara (Cível, das Fazendas Públicas Estadual e Residual e de Registros Públicos)
CALDAS NOVAS	2ª Vara Criminal (Crimes em geral)
CALDAS NOVAS	3ª Vara (Cível, Fazenda Pública Municipal e Ambiental)
CALDAS NOVAS	3ª Vara Criminal (Crimes em geral)
CALDAS NOVAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
CALDAS NOVAS	Juizado Especial Cível e Criminal
CALDAS NOVAS	Vara de Família e Sucessões
CAMPINORTE	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
CAMPINORTE	Vara Judicial
CAMPOS BELOS	1ª Vara Judicial (Família e Sucessões, Infância e Juventude, Cível e Juizado Especial Cível)
CAMPOS BELOS	2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal)
CAMPOS BELOS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
CARMO DO RIO VERDE	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
CARMO DO RIO VERDE	Vara Judicial
CATALAO	1ª Vara (Cível e das Fazendas Públicas Estadual)
CATALAO	1ª Vara Criminal (crimes em geral e execuções penais)
CATALAO	1º Juizado Especial Cível e Criminal
CATALAO	2ª Vara (Cível, das Fazendas Públicas Municipal, de Registros Públicos e Ambiental)
CATALAO	2ª Vara Criminal (crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri e crimes envolvendo violência doméstica - Lei nº 11.340/06)
CATALAO	2º Juizado Especial Cível e Criminal
CATALAO	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
CATALAO	Vara de Família, Sucessões e da Infância e da Juventude
CAVALCANTE	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação – Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 6 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

163

Comarca	Unidade Judiciária
CAVALCANTE	Vara Judicial
CERES	1ª Vara Cível (Cível, Criminal - Crimes em geral e Execução penal - e da Infância e da Juventude)
CERES	2ª Vara (Cível, Criminal - crime em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri, das Fazendas Públicas, de Registros Públicos)
CERES	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
CERES	Juizado Especial Cível e Criminal
CIDADE OCIDENTAL	1ª Vara (Cível, de Família, Sucessões e da Infância e da Juventude)
CIDADE OCIDENTAL	2ª Vara (Cível, da Fazenda Pública Municipal, de Registros Públicos e Ambiental)
CIDADE OCIDENTAL	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
CIDADE OCIDENTAL	Juizado Especial Cível e Criminal
CIDADE OCIDENTAL	Vara Criminal
COCALZINHO DE GOIAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
COCALZINHO DE GOIAS	Vara Judicial
CORUMBA DE GOIAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
CORUMBA DE GOIAS	Vara Judicial
CORUMBAIBA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
CORUMBAIBA	Vara Judicial
CRISTALINA	1ª Vara (Cível, de Família, Sucessões e da Infância e da Juventude)
CRISTALINA	2ª Vara (Cível, da Fazenda Pública Municipal, de Registros Públicos e Ambiental)
CRISTALINA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
CRISTALINA	Vara Criminal
CRIXAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
CRIXAS	Vara Judicial
CROMINIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
CROMINIA	Vara Judicial - Desinstalada Res 185/2022

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação - Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 7 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

164

Comarca	Unidade Judiciária
CUMARI	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
CUMARI	Vara Judicial
EDEIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
EDEIA	Vara Judicial
ESTRELA DO NORTE	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
ESTRELA DO NORTE	Vara Judicial
FAZENDA NOVA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
FAZENDA NOVA	Vara Judicial
FIRMINOPOLIS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
FIRMINOPOLIS	Vara Judicial
FLORES DE GOIAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
FLORES DE GOIAS	Vara Judicial
FORMOSA	1ª Vara (Cível e da Infância e da Juventude)
FORMOSA	1ª Vara Criminal (crimes dolosos contra a vida, Presidência do Tribunal do Júri, execuções penais e violência doméstica e familiar contra a mulher)
FORMOSA	2ª Vara (Cível, Família e Sucessões)
FORMOSA	2ª Vara Criminal (crimes em geral e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher)
FORMOSA	3ª Vara (Cível, Família e Sucessões)
FORMOSA	3ª Vara Criminal (crimes em geral e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher)
FORMOSA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
FORMOSA	Juizado Especial Cível e Criminal
FORMOSA	Vara de Fazendas Públicas, Registros Públicos e Ambiental
FORMOSA	Vara Regional de Execução Penal
FORMOSO	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
FORMOSO	Vara Judicial
GOIANAPOLIS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
GOIANAPOLIS	Vara Judicial
GOIANDIRA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
GOIANDIRA	Vara Judicial

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação – Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 8 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

165

Comarca	Unidade Judiciária
GOIANESIA	1ª Vara (Cível, Família e Sucessões, da Infância e da Juventude)
GOIANESIA	1ª Vara Criminal (crimes em geral e execuções penais)
GOIANESIA	2ª Vara (Cível, Ambiental e Família e Sucessões)
GOIANESIA	2ª Vara Criminal (crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri e crimes envolvendo violência doméstica (Lei nº 11.340/06))
GOIANESIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
GOIANESIA	Juizado Especial Cível e Criminal
GOIANESIA	Vara das Fazendas Públicas e de Registros Públicos
GOIANIA	10ª Vara Cível
GOIANIA	10ª Vara Criminal dos crimes punidos com reclusão
GOIANIA	10ª Juizado Especial Cível
GOIANIA	11ª Vara Cível
GOIANIA	11ª Vara Criminal dos crimes punidos com reclusão
GOIANIA	11ª Juizado Especial Cível
GOIANIA	12ª Vara Cível
GOIANIA	12ª Vara Criminal dos crimes punidos com reclusão
GOIANIA	13ª Vara Cível e Ambiental
GOIANIA	14ª Vara Cível e Ambiental
GOIANIA	15ª Vara Cível e Ambiental
GOIANIA	16ª Vara Cível e Ambiental
GOIANIA	17ª Vara Cível e Ambiental
GOIANIA	18ª Vara Cível e Ambiental
GOIANIA	19ª Vara Cível e Ambiental
GOIANIA	1ª Turma Recursal dos Juizados
GOIANIA	1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais
GOIANIA	1ª Vara Cível
GOIANIA	1ª Vara Criminal dos crimes apenados com detenção, crimes de trânsito, crimes contra a ordem tributária e crimes contra vítimas hipervulneráveis (Crianças e Adolescentes, Pessoas com Deficiência, Idosos)
GOIANIA	1ª Vara Criminal dos Crimes Dolosos contra a Vida e Tribunal do Júri
GOIANIA	1ª Vara Criminal dos crimes punidos com reclusão
GOIANIA	1ª Vara da Fazenda Pública Estadual
GOIANIA	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal e de Registros Públicos - Execução Fiscal

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação - Direção de Gerenciamento de Estatística

Página 9 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

166

Comarca	Unidade Judiciária
GOIANIA	1ª Vara de Execução Penal
GOIANIA	1ª Vara de Família
GOIANIA	1ª Vara de Sucessões
GOIANIA	1ª Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores
GOIANIA	1º Núcleo de Justiça 4.0 (Juizados Especiais de Fazenda Pública Estadual)
GOIANIA	1º Juizado da Infância e da Juventude das causas cíveis e questões administrativas afins
GOIANIA	1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
GOIANIA	1º Juizado Especial Cível
GOIANIA	1º Juizado Especial Criminal
GOIANIA	1º Juízo do Núcleo de Justiça 4.0 especializado em matéria de Juizado Especial da Fazenda Pública
GOIANIA	20ª Vara Cível
GOIANIA	21ª Vara Cível
GOIANIA	22ª Vara Cível
GOIANIA	23ª Vara Cível
GOIANIA	24ª Vara Cível e de Arbitragem
GOIANIA	25ª Vara Cível
GOIANIA	26ª Vara Cível
GOIANIA	27ª Vara Cível
GOIANIA	28ª Vara Cível
GOIANIA	29ª Vara Cível
GOIANIA	2ª Turma Recursal dos Juizados
GOIANIA	2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais
GOIANIA	2ª Vara Cível
GOIANIA	2ª Vara Criminal dos crimes apenados com detenção, crimes de trânsito, crimes contra a ordem tributária e crimes contra vítimas hipervulneráveis (Crianças e Adolescentes, Pessoas com Deficiência, Idosos)
GOIANIA	2ª Vara Criminal dos Crimes Dolosos contra a Vida e Tribunal do Júri
GOIANIA	2ª Vara Criminal dos crimes punidos com reclusão
GOIANIA	2ª Vara da Fazenda Pública Estadual
GOIANIA	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal e de Registros Públicos

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação – Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 10 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

167

Comarca	Unidade Judiciária
GOIANIA	2ª Vara de Execução Penal
GOIANIA	2ª Vara de Família
GOIANIA	2ª Vara de Sucessões
GOIANIA	2ª Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores
GOIANIA	2º Núcleo de Justiça 4.0 (Saúde)
GOIANIA	2ª Juizado da Infância e da Juventude das causas infracionais e questões administrativas afins
GOIANIA	2ª Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
GOIANIA	2ª Juizado Especial Cível
GOIANIA	2ª Juizado Especial Criminal
GOIANIA	2ª Juízo do Núcleo de Justiça 4.0 especializado em matéria de Juizado Especial da Fazenda Pública
GOIANIA	30ª Vara Cível
GOIANIA	31ª Vara Cível
GOIANIA	3ª Turma Recursal dos Juizados
GOIANIA	3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais
GOIANIA	3ª Vara Cível
GOIANIA	3ª Vara Criminal dos Crimes Dolosos contra a Vida e Tribunal do Júri
GOIANIA	3ª Vara Criminal dos crimes punidos com reclusão
GOIANIA	3ª Vara da Fazenda Pública Estadual
GOIANIA	3ª Vara da Fazenda Pública Municipal e de Registros Públicos
GOIANIA	3ª Vara de Execução Penal
GOIANIA	3ª Vara de Família
GOIANIA	3ª Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
GOIANIA	3ª Juizado Especial Cível
GOIANIA	3ª Juízo do Núcleo de Justiça 4.0 especializado em matéria de Juizado Especial da Fazenda Pública
GOIANIA	4ª Turma Recursal dos Juizados
GOIANIA	4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais
GOIANIA	4ª Vara Cível
GOIANIA	4ª Vara Criminal dos Crimes Dolosos contra a Vida e Tribunal do Júri
GOIANIA	4ª Vara Criminal dos crimes punidos com reclusão
GOIANIA	4ª Vara da Fazenda Pública Estadual
GOIANIA	4ª Vara da Fazenda Pública Municipal e de Registros Públicos

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação – Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 11 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

Comarca	Unidade Judiciária
GOIANIA	4ª Vara de Família
GOIANIA	4º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
GOIANIA	4º Juizado Especial Cível
GOIANIA	4º Juízo do Núcleo de Justiça 4.0 especializado em matéria de Juizado Especial da Fazenda Pública
GOIANIA	5ª Vara Cível e de Arbitragem
GOIANIA	5ª Vara Criminal dos crimes punidos com reclusão
GOIANIA	5ª Vara da Fazenda Pública Estadual
GOIANIA	5ª Vara de Família
GOIANIA	5º Juizado Especial Cível
GOIANIA	6ª Vara Cível
GOIANIA	6ª Vara da Fazenda Pública Estadual
GOIANIA	6ª Vara de Família
GOIANIA	6º Juizado Especial Cível
GOIANIA	7ª Vara Cível
GOIANIA	7ª Vara Criminal dos crimes punidos com reclusão
GOIANIA	7ª Vara de Família
GOIANIA	7º Juizado Especial Cível
GOIANIA	8ª Vara Cível
GOIANIA	8ª Vara Criminal dos crimes punidos com reclusão
GOIANIA	8º Juizado Especial Cível
GOIANIA	9ª Vara Cível
GOIANIA	9º Juizado Especial Cível
GOIANIA	Auditoria Militar
GOIANIA	Distribuidor Cível
GOIANIA	Distribuidor Criminal
GOIANIA	Drª Alice Teles de Oliveira - 1ª Turma Recursal
GOIANIA	Drª Fabiola Fernanda F. M. Pitangui - 4ª Turma Recursal
GOIANIA	Dr. Algomiro Carvalho Neto - 4ª Turma Recursal
GOIANIA	Dr. Altair Guerra da Costa - 3ª Turma Recursal
GOIANIA	Drª Mônica Cezar M. Senhorelo - 3ª Turma Recursal
GOIANIA	Drª Rozana Fernandes Camapum - 2ª Turma Recursal

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação – Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 12 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

169

Comarca	Unidade Judiciária
GOIANIA	Drª Stefane Fiuza C. Machado - 1ª Turma Recursal
GOIANIA	Dr. Dioran Jacobina Rodrigues - 4ª Turma Recursal
GOIANIA	Dr. Fernando César R. Salgado - 2ª Turma Recursal
GOIANIA	Dr. Fernando Ribeiro Montefusco - 2ª Turma Recursal
GOIANIA	Dr. Hamilton Gomes Carneiro - 1ª Turma Recursal
GOIANIA	Dr. Heber Carlos de Oliveira - 3ª Turma Recursal
GOIANIA	Dr. José Carlos Duarte - 3ª Turma Recursal
GOIANIA	Dr. Oscar de Oliveira Sá Neto - 2ª Turma Recursal
GOIANIA	Dr. Ricardo Teixeira Lemos - 4ª Turma Recursal
GOIANIA	Dr. Wild afonso Ogawa - 1ª Turma Recursal
GOIANIA	Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça
GOIANIA	Gabinete da Vice-presidência do Tribunal de Justiça
GOIANIA	Turma de uniformização
GOIANIA	UPJ da Vara Relativa Organização Criminosa
GOIANIA	UPJ de Família
GOIANIA	UPJ de Sucessões
GOIANIA	UPJ dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar
GOIANIA	Vara de Custódia
GOIANIA	Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas
GOIANIA	Vara de Precatórias
GOIANIRA	1ª Vara Cível (Cível, Criminal- Crimes em geral e Execução Penal, e da Infância e da Juventude)
GOIANIRA	2ª Vara (Cível, Criminal - crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri, das Fazendas Públicas, de Registros Públicos e Ambiental)
GOIANIRA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
GOIANIRA	Juizado Especial Cível e Criminal
GOIAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
GOIAS	Vara Cível, Infância e Juventude e Juizado Especial Cível
GOIAS	Vara Criminal (crime em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri – Execução Penal e Juizado Especial Criminal)
GOIAS	Vara das Fazendas Públicas e Registro Público e de Família e Sucessões
GOIATUBA	1ª Vara Cível (Cível, Criminal - Crimes em geral e Execução Penal e da Infância e da Juventude)

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação – Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 13 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

170

Comarca	Unidade Judiciária
GOIATUBA	2ª Vara (Cível, Criminal - crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri, das Fazendas Públicas, de Registros Públicos)
GOIATUBA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
GOIATUBA	Juizado Especial Cível e Criminal
GUAPO	1ª Vara Judicial (Família e Sucessões, Infância e Juventude, Cível e Juizado Especial Cível)
GUAPO	2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal)
GUAPO	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
HIDROLANDIA	1ª Vara Judicial (Família e Sucessões, Infância e Juventude, Cível e Juizado Especial Cível)
HIDROLANDIA	2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal)
HIDROLANDIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
IACIARA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
IACIARA	Vara Judicial
INHUMAS	1ª Vara Cível (Cível, Criminal - Crimes em geral e Execução penal - e da Infância e da Juventude)
INHUMAS	2ª Vara (Cível, Criminal - crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri, das Fazendas Públicas, de Registros Públicos)
INHUMAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
INHUMAS	Juizado Especial Cível e Criminal
IPAMERI	1ª Vara Cível (Cível, Criminal - Crimes em geral e Execução Penal e da Infância e da Juventude)
IPAMERI	2ª Vara (Cível, Criminal - crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri, das Fazendas Públicas, de Registros Públicos e Ambiental)
IPAMERI	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
IPAMERI	Juizado Especial Cível e Criminal
IPORA	1ª Vara Cível (Cível, Criminal - Crimes em geral e Execução Penal e da Infância e da Juventude)
IPORA	2ª Vara (Cível, Criminal - crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri, das Fazendas Públicas, de Registros Públicos e Ambiental)
IPORA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
IPORA	Juizado Especial Cível e Criminal
ISRAELANDIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
ISRAELANDIA	Vara Judicial - Desinstalada Res. 177/2021
ITABERAI	1ª Vara Cível, Infância e Juventude e Juizado Especial Cível
ITABERAI	2ª Vara Cível, Família e Sucessões, das Fazendas Públicas e Registros Públicos
ITABERAI	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação - Direção de Gerenciamento de Estatística

Página 14 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

171

Comarca	Unidade Judiciária
ITABERAÍ	Vara Criminal (crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri – execução penal) e Juizado Especial Criminal
ITAGUARU	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal - Desinstalada Res. 183/2022
ITAGUARU	Vara Judicial - Desinstalada Res. 183/2022
ITAJÁ	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
ITAJÁ	Vara Judicial
ITAPACÍ	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
ITAPACÍ	Vara Judicial
ITAPIRAPUA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
ITAPIRAPUA	Vara Judicial
ITAPURANGA	1ª Vara Judicial (Família e Sucessões, Infância e Juventude, Cível e Juizado Especial Cível)
ITAPURANGA	2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal)
ITAPURANGA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
ITAUCU	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
ITAUCU	Vara Judicial
ITUMBIARA	1ª Vara (Cível, da Infância e da Juventude)
ITUMBIARA	1ª Vara Criminal (crimes em geral e execuções penais)
ITUMBIARA	1ª Juizado Especial Cível e Criminal
ITUMBIARA	2ª Vara (Cível e Ambiental)
ITUMBIARA	2ª Vara Criminal (crimes dolosos contra a vida, Presidência do Tribunal do Júri e crimes em geral)
ITUMBIARA	2º Juizado Especial Cível e Criminal
ITUMBIARA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
ITUMBIARA	Vara de Família e Sucessões
ITUMBIARA	Vara de Fazendas Públicas e de Registros Públicos
IVOLANDIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
IVOLANDIA	Vara Judicial - Desinstalada Res. 169/2021
JANDAIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
JANDAIA	Vara Judicial
JARAGUA	1ª Vara Cível (Cível, Criminal - Crimes em geral e Execução Penal e da Infância e da Juventude)
JARAGUA	2ª Vara (Cível, Criminal - crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri, das Fazendas Públicas, de Registros Públicos e Ambiental)
JARAGUA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação – Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 15 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

172

Comarca	Unidade Judiciária
JARAGUA	Juizado Especial Cível e Criminal
JATAI	1ª Vara (Cível e da Infância e da Juventude)
JATAI	1ª Vara Criminal (crimes em geral e execuções penais)
JATAI	1º Juizado Especial Cível e Criminal
JATAI	2ª Vara (Cível, das Fazendas Públicas, de Registros Públicos e Ambiental)
JATAI	2ª Vara Criminal (crimes dolosos contra a vida, Presidente do Tribunal do Júri e crimes em geral)
JATAI	3ª Vara (Cível, Família e Sucessões)
JATAI	4ª Vara (Cível, Família e Sucessões)
JATAI	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
JATAI	Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
JOVIANIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
JOVIANIA	Vara Judicial
JUSSARA	1ª Vara Judicial (Família e Sucessões, Infância e Juventude, Cível e Juizado Especial Cível)
JUSSARA	2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal)
JUSSARA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
LEOPOLDO DE BULHOES	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
LEOPOLDO DE BULHOES	Vara Judicial
LUZIANIA	1ª Vara (Cível e da Fazenda Pública Estadual)
LUZIANIA	1ª Vara Criminal (Crimes Dolosos contra a Vida, Presidência do Tribunal do Júri e Execuções Penais)
LUZIANIA	1ª Vara de Família e Sucessões
LUZIANIA	2ª Vara (Cível, da Fazenda Pública Municipal, de Registros Públicos e Ambiental)
LUZIANIA	2ª Vara Criminal (crimes em geral)
LUZIANIA	2ª Vara de Família e Sucessões
LUZIANIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
LUZIANIA	Juizado da Infância e da Juventude
LUZIANIA	Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Precatórias Criminais
LUZIANIA	Juizado Especial Cível e Criminal
LUZIANIA	UPJ de Família e Sucessões
MARA ROSA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
MARA ROSA	Vara Judicial

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação - Divisão de Gerenciamento de Estatísticas

Página 16 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

173

Comarca	Unidade Judiciária
MAURILANDIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
MAURILANDIA	Vara Judicial
MINACU	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
MINACU	Vara Cível, Infância e Juventude e Juizado Especial Cível
MINACU	Vara Criminal (crime em geral, crimes dolosos contra a vida e Pres. do Trib. do Júri - Execução Penal e Juizado Especial Criminal)
MINACU	Vara das Fazendas Públicas e Registro Público e de Família e Sucessões
MINEIROS	1ª Vara (Cível, da Infância e da Juventude)
MINEIROS	2ª Vara (Cível, da Fazenda Pública Municipal, de Registros Públicos e Ambiental)
MINEIROS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
MINEIROS	Juizado Especial Cível e Criminal
MINEIROS	Vara Criminal
MINEIROS	Vara de Família, Sucessões e Cível
MONTES CLAROS DE GOIAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
MONTES CLAROS DE GOIAS	Vara Judicial
MONTIVIDU	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
MONTIVIDU	Vara Judicial
MORRINHOS	1ª Vara Cível (Cível, Criminal - Crimes em geral e Execução penal - e da Infância e da Juventude)
MORRINHOS	2ª Vara (Cível, Criminal - crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri, das Fazendas Públicas, de Registros Públicos e Ambiental)
MORRINHOS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
MORRINHOS	Juizado Especial Cível e Criminal
MOSSAMEDES	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
MOSSAMEDES	Vara Judicial
MOZARLANDIA	1ª Vara Judicial (Família e Sucessões, Infância e Juventude, Cível e Juizado Especial Cível)
MOZARLANDIA	2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal)
MOZARLANDIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
NAZARIO	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação - Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 17 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

174

Comarca	Unidade Judiciária
NAZARIO	Vara Judicial
NEROPOLIS	1ª Vara Cível (Cível, Criminal - Crimes em Geral e Execuções Penais e da Infância e da Juventude)
NEROPOLIS	2ª Vara (Cível, Criminal - crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri, das Fazendas Públicas, de Registros Públicos e Ambiental)
NEROPOLIS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
NIQUELANDIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
NIQUELANDIA	Vara Cível e Juizado Especial Cível
NIQUELANDIA	Vara Criminal (crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri - Execução Penal e Infância e Juventude Infracional) e Juizado Especial Criminal
NIQUELANDIA	Vara de Família, Sucessões, da Infância e da Juventude, Cível e das Fazendas Públicas e Registro Público
NOVA CRIXAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
NOVA CRIXAS	Vara Judicial
NOVO GAMA	1ª Vara (Cível, de Família, Sucessões e da Infância e da Juventude)
NOVO GAMA	2ª Vara (Cível, das Fazendas Públicas, de Registros Públicos e Ambiental)
NOVO GAMA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
NOVO GAMA	Juizado Especial Cível e Criminal
NOVO GAMA	Vara Criminal
ORIZONA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
ORIZONA	Vara Judicial
PADRE BERNARDO	1ª Vara Judicial (Família e Sucessões, Infância e Juventude, Cível e Juizado Especial Cível)
PADRE BERNARDO	2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal)
PADRE BERNARDO	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
PALMEIRAS DE GOIAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
PALMEIRAS DE GOIAS	Vara Judicial
PANAMA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
PANAMA	Vara Judicial - Desinstalada Res. 178/2021
PARANAIGUARA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
PARANAIGUARA	Vara Judicial

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação – Divisão de Gerenciamento de Estatísticas

Página 18 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

Comarca	Unidade Judiciária
PARAUNA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
PARAUNA	Vara Judicial
PETROLINA DE GOIAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
PETROLINA DE GOIAS	Vara Judicial
PIRACANJUBA	1ª Vara Judicial (Família e Sucessões, Infância e Juventude, Cível e Juizado Especial Cível)
PIRACANJUBA	2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal)
PIRACANJUBA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
PIRANHAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
PIRANHAS	Vara Judicial
PIRENOPOLIS	1ª Vara Judicial (Família e Sucessões, Infância e Juventude, Cível e Juizado Especial Cível)
PIRENOPOLIS	2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal)
PIRENOPOLIS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
PIRES DO RIO	1ª Vara Judicial (Família e Sucessões, Infância e Juventude, Cível e Juizado Especial Cível)
PIRES DO RIO	2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal)
PIRES DO RIO	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
PLANALTINA	1ª Vara (Cível, de Família, Sucessões e da Infância e da Juventude)
PLANALTINA	1ª Vara Criminal (crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri, Execução Penal e crimes envolvendo violência doméstica - Lei n. 11.340/06)
PLANALTINA	2ª Vara (Cível, das Fazendas Públicas, de Registros Públicos e Ambiental)
PLANALTINA	2ª Vara Criminal (crimes em geral)
PLANALTINA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
PLANALTINA	Juizado Especial Cível e Criminal
PONTALINA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
PONTALINA	Vara Judicial
PORANGATU	1ª Vara Cível (Cível, Criminal - Crimes em geral e Execução Penal, e da Infância e da Juventude)
PORANGATU	2ª Vara (Cível, Criminal - crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri, das Fazendas Públicas, de Registros Públicos)
PORANGATU	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
PORANGATU	Juizado Especial Cível e Criminal
POSSE	1ª Vara Judicial (Família e Sucessões, Infância e Juventude, Cível, de Registros Públicos, Ambiental e Juizado Especial Cível)

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação – Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 19 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

176

Comarca	Unidade Judiciária
POSSE	2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Especial Criminal)
POSSE	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
QUIRINOPOLIS	1ª Vara (Cível, da Infância e da Juventude)
QUIRINOPOLIS	2ª Vara (Cível, da Fazenda Pública Municipal, de Registros Públicos e Ambiental)
QUIRINOPOLIS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
QUIRINOPOLIS	Juizado Especial Cível e Criminal
QUIRINOPOLIS	Vara Criminal
RIALMA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
RIALMA	Vara Judicial
RIO VERDE	1ª Vara Cível
RIO VERDE	1ª Vara Criminal (crimes dolosos contra a vida, Presidência do Tribunal do Júri e Execução Penal)
RIO VERDE	1ª Vara de Família e Sucessões
RIO VERDE	1º Juizado Especial Cível e Criminal
RIO VERDE	2ª Vara Cível
RIO VERDE	2ª Vara Criminal (crimes em geral)
RIO VERDE	2ª Vara de Família e Sucessões
RIO VERDE	2º Juizado Especial Cível e Criminal
RIO VERDE	3ª Vara Cível
RIO VERDE	3ª Vara Criminal (crimes em geral)
RIO VERDE	Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
RIO VERDE	Juizado da Infância e da Juventude
RIO VERDE	Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
RIO VERDE	Vara das Fazendas Públicas, de Registros Públicos e Ambiental
RUBIATABA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
RUBIATABA	Vara Judicial
SANCLERLANDIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
SANCLERLANDIA	Vara Judicial
SANTA CRUZ DE GOIAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
SANTA CRUZ DE GOIAS	Vara Judicial
SANTA HELENA DE GOIAS	1ª Vara Cível (Cível, Criminal - Crimes em geral e Execução penal - e da Infância e da Juventude)

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação - Divisão de Gerenciamento de Estatísticas

Página 20 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

177

Comarca	Unidade Judiciária
SANTA HELENA DE GOIAS	2ª Vara (Cível, Criminal - crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri, das Fazendas Públicas, de Registros Públicos)
SANTA HELENA DE GOIAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
SANTA HELENA DE GOIAS	Juizado Especial Cível e Criminal
SANTA TEREZINHA DE GOIAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
SANTA TEREZINHA DE GOIAS	Vara Judicial
SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	1ª Vara (Cível, de Família, Sucessões e da Infância e da Juventude)
SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	2ª Vara (Cível, da Fazenda Pública Municipal, de Registros Públicos e Ambiental)
SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	Juizado Especial Cível e Criminal
SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	Vara Criminal
SAO DOMINGOS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
SAO DOMINGOS	Vara Judicial
SAO LUIS DE MONTES BELOS	1ª Vara Cível (Cível, Criminal - Crimes em geral e Execução penal - e da Infância e da Juventude)
SAO LUIS DE MONTES BELOS	2ª Vara (Cível, Criminal - crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri, das Fazendas Públicas, de Registros Públicos e Ambiental)
SAO LUIS DE MONTES BELOS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
SAO LUIS DE MONTES BELOS	Juizado Especial Cível e Criminal

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação – Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 21 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

178

Comarca	Unidade Judiciária
SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	1ª Vara Judicial (Família e Sucessões, Infância e Juventude, Cível e Juizado Especial Cível)
SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal)
SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
SAO SIMAO	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
SAO SIMAO	Vara Judicial
SENADOR CANEDO	1ª Vara (Cível, Família e Sucessões, e da Infância e da Juventude)
SENADOR CANEDO	1ª Vara Criminal (crimes em geral e execuções penais)
SENADOR CANEDO	2ª Vara (Cível, Família e Sucessões, Fazendas Públicas, Registros Públicos e Ambiental)
SENADOR CANEDO	2ª Vara Criminal (crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri e crimes envolvendo violência doméstica)
SENADOR CANEDO	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
SENADOR CANEDO	Juizado Especial Cível e Criminal
SERRANOPOLIS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
SERRANOPOLIS	Vara Judicial
SILVANIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
SILVANIA	Vara Judicial
TAQUARAL DE GOIAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
TAQUARAL DE GOIAS	Vara Judicial
TRINDADE	1ª Vara (Cível e da Infância e da Juventude)
TRINDADE	1ª Vara Criminal (crimes dolosos contra a vida, Presidência do Tribunal do Júri e Execução Penal)
TRINDADE	2ª Vara (Cível, das Fazendas Públicas, de Registros Públicos e Ambiental)
TRINDADE	2ª Vara Criminal (crimes em geral)
TRINDADE	3ª Vara (Cível, Família e Sucessões)
TRINDADE	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
TRINDADE	Juizado Especial Cível e Criminal

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Tecnologia da Informação – Divisão de Gerenciamento de Estatística

Página 22 de 22

Hash validador:

760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Data de Emissão: 02 de Maio de 2022

Validade: 30 dias

Validar em: http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj

179

Comarca	Unidade Judiciária
TURVANIA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
TURVANIA	Vara Judicial
URUACU	1ª Vara Cível (Cível, Criminal - Crimes em geral e Execução Penal, e da Infância e da Juventude)
URUACU	2ª Vara (Cível, Criminal - crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri, das Fazendas Públicas, de Registros Públicos)
URUACU	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
URUACU	Juizado Especial Cível e Criminal
URUANA	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
URUANA	Vara Judicial
URUTAI	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
URUTAI	Vara Judicial
VALPARAISO DE GOIAS	1ª Vara (Cível, de Família, Sucessões e da Infância e da Juventude)
VALPARAISO DE GOIAS	1ª Vara Criminal (Crimes Dolosos contra a Vida, Presidência do Tribunal do Júri e Execução Penal)
VALPARAISO DE GOIAS	2ª Vara (Cível, das Fazendas Públicas, de Registros Públicos e Ambiental)
VALPARAISO DE GOIAS	2ª Vara Criminal (crimes em geral)
VALPARAISO DE GOIAS	3ª Vara (Cível, Família e Sucessões)
VALPARAISO DE GOIAS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
VALPARAISO DE GOIAS	Juizado Especial Cível e Criminal
VARJAO	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
VARJAO	Vara Judicial
VIANOPOLIS	Contador, Distribuidor e Partidor Cível e Criminal
VIANOPOLIS	Vara Judicial

Esta declaração pode ser validada no http://corregedoria.tjgo.jus.br/declaracao_cgj utilizando a sequência de caracteres de segurança: 760ff4217e3a6a511d05714a7a77e958002c320a

Esta validação poderá ser validada até a data: 01/06/2022.

Goiânia, 02 de Maio de 2022.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
DIVINO ANDERSON MOTA

DOC. IDENTIDADE / DATA EMISSÃO / UF
4873154 DGPC GO

CPF
013.771.711-32

DATA NASCIMENTO
12/05/1987

RELACÃO
JOSE GONCALVES MOTA
ARILSIDE PATINA MOTA

TOMPOSSO
0000000000

ACC. CC
0000000000

CPF. FISC.
0

Nº REGISTRO
03833993586

VALIDADEZ
25/11/2021

1ª EMISSÃO
11/07/2005

ASSINATURAS

Divino Anderson Mota
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
GOIANIA, GO

DATA EMISSÃO
30/11/2016

Daniel Xavier
ASSINATURA DO TABELIONÁRIO

50630068681
GO119135230

DETRAN GO (GOIÁS)

VÁLIDA EM TODOS
O TERRITÓRIO NACIONAL
1374746652

PROIBIDA PLASTIFICAR
1374746652

CARTÓRIO
FERNANDO DIAS
7º TABELIONATO DE NOTAS

161 (62) 3235-8273 • Fax: (62) 3293-3847
Av. Manoel de Oliveira, s/n - Rua Santa Luzia - 137 - Setor Central
Cidade - Goiânia - GO - CEP: 74111-000

AUTENTICAÇÃO
0031424084900613 Consulte: <http://extrajudicial.tjgo.jus.br/sele>
doutor fez que a presente fotocópia é reprodução fiel do original.
Goiânia, 25 de abril de 2018. Em testº *da verdade.*
Jose Alves Correia Neto

7º TABELIONATO DE NOTAS

EM BRANCO
7º Tabelionato de Notas

02/05/2022 09:27

Detalhamento das Sanções Vigentes - Cadastro de Empresas Indústrias e Suspensas - CEIS - Portal da transparência

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 05626958000106 79882471153

LIMPAR

Data da consulta: 02/05/2022 09:07:23

Data da última atualização: 29/04/2022 12:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANÇIONADO	NOME DO SANÇIONADO	UF DO SANÇIONADO	ORGÃO/ENTIDADE SANÇIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							



Nota de esdrededimento ao contribuinte

CADASTRO ATUALIZADO EM: 02/05/2022 - 09:16:47
IDENTIFICAÇÃO CONTRIBUINTE

CNPJ: 03.628.888/0001-08
INSCRIÇÃO ESTADUAL - CCE: 10.360.850-8

NOME EMPRESARIAL:

VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA

CONTRIBUINTE?

SIM

NOME FANTASIA:

VISUAL TENDAS

ENDEREÇO ESTABELECIMENTO

LOGBRABOUR:

AVENIDA PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA

NÚMERO:

QUADRA:

3810

BAIRRO:

PARQUE OESTE INDUSTRIAL

MUNICÍPIO:

GOVIA

CEP:

74375-400

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

ATIVIDADE ECONÔMICA:

ATIVIDADE PRINCIPAL

1354500 - FABRICAÇÃO DE TECIDOS ESPECIAIS, INCLUSIVE ATETAPOTOS

(TENDAS; FABRICAÇÃO DE)

ATIVIDADE SECUNDARIA

2542000 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE SERRALHERIA, EXCETO ESQUARHAS

4872900 - COMERCIO ATACADISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS

UNIDADE AUXILIAR:

CONDIÇÃO DE USO:

DATA FINAL DE CONTRATO:

REGIME DE AFUPAÇÃO:

NORMAL

SITUAÇÃO CADASTRAL VIGENTE:

ATIVO - HABILITADO

DATA DESTA SITUAÇÃO CADASTRAL:

21/01/2009

OPERAÇÕES COM NF-E:

HABILITADO

OBSERVAÇÕES

- OS DADOS ACIMA SÃO BASEADOS EM INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELO CONTRIBUINTE.
ESTANDO SUJEITOS A POSTERIOR CONFIRMAÇÃO PELO FISCO



* O CAMPO DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL, REFLECTE-SE AO PERÍODO COMPRENSIVO ENTRE A
ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL REALIZADA ANTES DE 04/2008 ATÉ A PRESENTE DATA.

DATA DA CONSULTA: 02/05/2022 09:16:47

Acesso: Cadastro de outro Estado - Nota de esdrededimento ao contribuinte

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 2375766351	NOME MARCELO GONÇALVES PEREIRA	DOC. IDENTIDADE/ORG. EMISSOR/UF 2545443-0090-GO
		CPF 098.824.713-03
	DATA NASCIMENTO 08/07/1975	RELAÇÃO ANTONIO GONÇALVES PEREIRA EDUARDO JOSE PEREIRA
	PERMISSÃO 	ACC 
	CAT. HAB. 0	N° REGISTRO 02259828358
VALIDADE 01/01/2032	21/03/2002	
OBSERVAÇÕES A		
ASSINATURA DO PORTADOR 		
LOCAL GOIÂNIA, GO	DATA EMISSÃO 01/01/2032	
ASSINADO DIGITALMENTE DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO		24541651944 00106372830
GOIÁS		
DENATRAN	CONTRAN	

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
 < <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Dependência: MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - (PR)

Licitação: (Ano: 2022/ MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES / Nº Processo: 59)

às 13:52:17 horas do dia 31/05/2022 no endereço AV ARAUCARIA-3120, bairro CENTRO, da cidade de CORONEL DOMINGOS SOARES - PR, reuniram-se o Pregoeiro da disputa Sr(a). RAFAELA SCHEREINER, e a respectiva Equipe de Apoio, designado pelo ato de nomeação, para realização da Sessão Pública de Licitação do Pregão Nº Processo: 59 - 2022/32 que tem por objeto Aquisição de Tendas Pantográficas para agricultura familiar do município.

Abertas as propostas, foram apresentados os seguintes preços:

Lote (1) - Aquisição de Tendas Pantográficas 2x2, com estrutura em aço galvanizado chapa 16. Cobertura em lona PVCTD 1000 anti mofo. Com balcão frontal e lateral em aço. Saias para fechamentos laterais e um fechamento de fundo.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
30/05/2022 14:40:53:168	VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI	R\$ 29.675,97
30/05/2022 11:53:15:135	LC TENDAS EIRELI	R\$ 29.673,00

Após a etapa de lances, Com disputa em sessão pública, foram apresentados os seguintes menores preços:

Lote (1) - Aquisição de Tendas Pantográficas 2x2, com estrutura em aço galvanizado chapa 16. Cobertura em lona PVCTD 1000 anti mofo. Com balcão frontal e lateral em aço. Saias para fechamentos laterais e um fechamento de fundo.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
31/05/2022 13:58:47:025	VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI	R\$ 29.669,85
30/05/2022 11:53:15:135	LC TENDAS EIRELI	R\$ 29.673,00

Encerrada a etapa de lances foi verificada a regularidade da empresa que ofertou o menor preço. Após confirmada a habilitação da proponente e examinada pelo Pregoeiro da disputa e a Equipe de Apoio a aceitabilidade da proposta de menor preço, quanto ao objeto bem como quanto á compatibilidade do preço apresentado com os praticados no mercado e o valor estimado para a contratação, o Pregoeiro decidiu:

No dia 31/05/2022, às 14:10:03 horas, no lote (1) - Aquisição de Tendas Pantográficas 2x2, com estrutura em aço galvanizado chapa 16. Cobertura em lona PVCTD 1000 anti mofo. Com balcão frontal e lateral em aço. Saias para fechamentos laterais e um fechamento de fundo. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. O motivo da alteração foi o seguinte: Atualização efetuada - servidor: pxl0aop00003_multisalas-07. No dia 31/05/2022, às 14:16:19 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/05/2022, às 14:16:19 horas, no lote (1) - Aquisição de Tendas Pantográficas 2x2, com estrutura em aço galvanizado chapa 16. Cobertura em lona PVCTD 1000 anti mofo. Com balcão frontal e lateral em aço. Saias para fechamentos laterais e um fechamento de fundo. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: Declarado vencedor. No dia 01/06/2022, às 15:03:49 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/06/2022, às 15:03:49 horas, no lote (1) - Aquisição de Tendas Pantográficas 2x2, com estrutura em aço galvanizado chapa 16. Cobertura em lona PVCTD 1000 anti mofo. Com balcão frontal e lateral em aço. Saias para fechamentos laterais e um fechamento de fundo. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: Adjudicado por cumprir com os requisitos de habilitação.

No dia 01/06/2022, às 15:03:49 horas, no lote (1) - Aquisição de Tendas Pantográficas 2x2, com estrutura em aço galvanizado chapa 16. Cobertura em lona PVCTD 1000 anti mofo. Com balcão frontal e lateral em aço. Saias para fechamentos laterais e um fechamento de fundo. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação á empresa VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI com o valor R\$ 29.669,85.

Publicada a decisão, nesta sessão, e nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro da disputa declarou encerrados os trabalhos. Anexo a ata segue relatório contendo informações detalhadas sobre o andamento do processo


RAFAELA SCHEREINER

Pregoeiro da disputa


JANDIR BANDIERA

Autoridade Competente


JAYME LAZZARETTI

Membro Equipe Apoio

Proponentes:

35.067.125/0001-13 LC TENDAS EIRELI

05.626.958/0001-06 VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI

Licitação [nº 941071] e Lote [nº 1]

Responsável

JANDIR BANDIERA

Pregoeiro

RAFAELA SCHEREINER

Apoio

JAYME LAZZARETTI

Lista de fornecedores

	Participante	Segmento	Situação	Lance	Data/Hora lance
1	VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI	EPP*	Arrematante	R\$ 29.669,85	31/05/2022 13:58:47:025
2	LC TENDAS EIRELI	ME*	Classificado	R\$ 29.673,00	30/05/2022 11:53:15:135

Mostrando de 1 até 2 de 2 registros

* Tipo de segmento declarado no ato de entrega da proposta. Não necessariamente reflete o tipo de segmento atualmente declarado.

Legenda dos tipos de segmentos: OE-Outras Empresas | ME-Micro Empresa | COOP-Cooperativa | ND-Não definido

Lista de mensagens

Data e hora do registro	Participante	Mensagem
31/05/2022 13:52:17:471	SISTEMA	Começou a disputa do lote.
31/05/2022 13:52:17:471	SISTEMA	A melhor proposta foi de R\$29.673,00, que é o menor valor ofertado para este lote.
31/05/2022 13:52:17:471	SISTEMA	Existem entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) de que intervalos de tempo entre lances representam mais uma solução na busca de isonomia entre licitantes.
31/05/2022 13:52:17:471	SISTEMA	Em atendimento do Acórdão do TCU nº 1216/2014 - Plenário, poderá ser demandado o preenchimento de CAPTCHA entre os lances de um mesmo fornecedor.
31/05/2022 13:52:17:471	SISTEMA	O tempo mínimo entre lances do próprio fornecedor em relação ao seu último lance deverá ser de 5 segundo(s), - quando este não for o melhor da sala.
31/05/2022 13:52:17:471	SISTEMA	O tempo mínimo entre fornecedores em relação ao melhor lance da sala deverá ser de 5 segundo(s).
31/05/2022 13:52:17:471	SISTEMA	O valor mínimo entre lances do próprio fornecedor em relação ao seu último lance deverá ser de R\$0,01 - quando este não for o melhor da sala.
31/05/2022 13:52:17:471	SISTEMA	O valor mínimo entre lances do próprio fornecedor em relação ao seu último lance deverá ser de R\$0,01 - quando este não for o melhor da sala.
31/05/2022 14:05:13:295	SISTEMA	Atenção: encerramento iminente da fase inicial de lances.
31/05/2022 14:05:43:295	SISTEMA	O tempo normal de disputa do lote foi encerrado. Até agora, o melhor valor oferecido foi de R\$29.669,85.
31/05/2022 14:08:00:295	SISTEMA	Não há fornecedores em situação de empate conforme a Lei Complementar N.123 ou a Lei N.11.488/07 (Lei das Cooperativas).
31/05/2022 14:08:00:295	SISTEMA	O tempo randômico foi encerrado, sendo decorrido 02 minutos e 47 segundos nesta fase.
31/05/2022 14:08:00:295	SISTEMA	A menor proposta foi dada por VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI no valor de R\$29.669,85.
31/05/2022 14:08:00:295	SISTEMA	A disputa do lote está aberta para considerações finais do Pregoeiro.
31/05/2022 14:10:03:658	SISTEMA	A disputa do lote foi definitivamente encerrada.
31/05/2022 14:17:21:753	PREGOEIRO	Boa tarde, favor encaminhar a proposta atualizada e o catálogo dos itens conforme exigido em edital, bem como a documentação de habilitação para o email licitapmcs@hotmail.com no prazo de até 1 dia útil.
31/05/2022 14:50:31:764	VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI	Documentos enviados.

Mostrando de 1 até 17 de 17 registros

Legenda das cores do tipos de mensagens: recurso | chat | outras

Lista de lances

	Data/Hora lance	!	Lance	Nome do fornecedor
1	30/05/2022 11:53:15:135	—	R\$ 29.673,00	LC TENDAS EIRELI
2	30/05/2022 14:40:53:168	—	R\$ 29.675,97	VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI
3	31/05/2022 13:58:47:025	—	R\$ 29.669,85	VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI

Mostrando de 1 até 3 de 3 registros

Importante: a coluna "!" exibe as não conformidades detectadas em relação aos "lances registrados irregularmente" que não atenderam as regras de negócios estabelecidas para a participação da fase de disputa do lote da licitação. Quando a informação exibida for "—" o registro do lance está em conformidade.

Histórico da análise das propostas e lances

Data/Hora	31/05/2022 14:10:03:658 - Arrematado
Data/Hora	31/05/2022 14:16:19:790 - Declarado vencedor
Data/Hora	01/06/2022 15:03:49:821 - Adjudicado
Fornecedor	VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI

Contratado

R\$ 29.669,85



PARECER JURIDICO N° 326/2022

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 059/2022

PREGÃO N.º 32/2022 - ELETRÔNICO

Cumprimentando-a cordialmente, em resposta à solicitação da Sra Pregoeira de elaboração de Parecer Jurídico Final (fase externa), após a realização do certame nos processos licitatórios mencionados nas referidas solicitações, informo que não há previsão legal para a emissão de parecer jurídico na fase externa na licitação.

Em caso de entendimento diverso, como o parecer final visa evitar responsabilidades ao Gestor posto que é solicitado antes da homologação, ele deve ser exarado pela Assessoria Jurídica de Gabinete e/ou servidor do próprio controle interno.

Tal posicionamento, pela ausência de previsão legal, acompanha exatamente o previsto no art. 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993, que dispõe que:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Como documento vinculativo, obrigacional, e que estabelece condições a serem praticadas na futura contratação, é razoável entender que há, mesmo, necessidade de exame e aprovação por assessoria jurídica da Administração, até para evitar o cometimento de ilegalidades ou a assunção de compromissos sem respaldo na legislação em vigor.

Ocorre que, após a realização do certame, a minuta do Edital e Contratos previamente avaliados via parecer jurídico somente contemplará, via de regra, os (i) dados do licitante vencedor, (ii) a vigência dos preços e (iii) o valor dos produtos e/ou serviços a serem registrados/contratados. Nada mais. Todo o conteúdo jurídico já estaria previamente aferido pela assessoria jurídica da Administração, como manda a lei.

Nesse sentido, em tese, não haveria necessidade de retorno dos autos do procedimento licitatório para novo exame e convalidação jurídica que já teria sido quando do exame do edital, bastando o preenchimento dos dados apurados na licitação em relação ao licitante vencedor, preço e vigência para que o documento, uma vez firmado por ambas as partes – Administração e particular, passasse a produzir efeitos.

O Tribunal de Contas da União, baluarte na orientação dos órgãos e entidades da Administração Pública federal, por meio de publicação oficial, aduz que a fase externa do certame é integrada pelos seguintes itens e procedimentos:

FASE EXTERNA (OU EXECUTÓRIA)

Licitação, na chamada fase externa, tem continuidade com a divulgação do ato convocatório. Estende-se à contratação do fornecimento do bem, execução da obra ou prestação do serviço.

Nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite, essa etapa da licitação submete-se principalmente aos seguintes procedimentos sequenciais, em que a realização de determinado ato depende da conclusão do antecedente:

- publicação do resumo do ato convocatório;
- fase impugnatória, com republicação do edital e reabertura do prazo, quando for o caso;



- recebimento dos envelopes com a documentação e as propostas;
- abertura dos envelopes com a documentação;
- verificação da habilitação ou inabilitação dos licitantes;
- fase recursal, com efeito suspensivo até a decisão do recurso, se houver;
- abertura dos envelopes com as propostas;
- julgamento das propostas;
- declaração do licitante vencedor;
- fase recursal, com efeito suspensivo até a decisão do recurso, se houver;
- homologação / aprovação dos atos praticados no procedimento;
- adjudicação do objeto a licitante vencedora;
- empenho da despesa;
- assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente.

Não há, por parte do referido Órgão de Controle externo, referência ao exame da fase externa do certame, pela assessoria jurídica/procuradoria, como condição de procedibilidade ou validade do certame realizado pelo ente licitante.

Aliás, na mesma publicação, o Tribunal de Contas da União afirma que:

Exame e aprovação da assessoria jurídica Minutas de editais de licitação, contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. Quanto a convite, é dispensável aprovação das respectivas minutas. A legislação não exige que os atos convocatórios de licitações realizadas nessa modalidade sejam examinados pelo setor jurídico.

(...)

É permitida a utilização de modelos padronizados de editais e de contratos previamente submetidos à análise da área jurídica do órgão ou entidade contratante. Nesses modelos, o gestor limita-se a preencher dados específicos da contratação, sem alterar quaisquer condições ou cláusulas anteriormente examinadas. (g.n.) BRASIL. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU. 4. ed. rev., atual. e ampl. Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência; Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010. p. 279.

No processo em tela, portanto, previamente examinado e aferido pela estrutura jurídica da municipalidade, é possível inferir sobre a dispensabilidade de novo exame, inclusive sobre a fase externa do certame, não exigida pela legislação em vigor.

E é o próprio Tribunal de Contas da União que assim refere:

A despeito de haver decisões do TCU que determinam a atuação da assessoria jurídica em cada procedimento licitatório, o texto legal - parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993 - não é expreso quanto a essa obrigatoriedade. Assim, a utilização de minutas-padrão, guardadas as necessárias cautelas, em que, como assevera o recorrente, limita-se ao preenchimento das quantidades de bens e serviços, unidades favorecidas, local de entrega dos bens ou prestação dos serviços, sem alterar quaisquer das cláusulas desses instrumentos previamente examinados pela assessoria jurídica, atende aos princípios da legalidade e também da eficiência e da proporcionalidade. Acórdão nº 1504/2005 - TCU - Plenário. Voto do Ministro Relator.

Diante disso, é possível concluir que não haveria necessidade de que a equipe jurídica da Administração:

- a) Se pronunciasse, ex vi legis, sobre a fase externa da licitação; e
- b) Examinasse e aprovasse, novamente, as minutas de editais, contratos e/ou atas de registro de preços já anteriormente examinadas e aferidas, cujas modificações compreendessem apenas o preenchimento de campos que só seriam passíveis de preenchimento após a realização do certame, quais sejam, os dados do licitante vencedor, os preços a serem registrados e a vigências das respectivas atas, tendo em vista não haver qualquer alteração de conteúdo obrigacional em relação aos referidos documentos.

Diante das considerações anteriores extraídas da Lei e da Jurisprudência nossa manifestação se restringe a relatar resumidamente, as ocorrências da fase externa:

- I. Traz a análise certame licitatório supra mencionado que objetiva, conforme detalhado em edital e seus anexos:



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

191


Aquisição de tendas pantográficas

2. Conforme determina a Lei 10.520/02, a convocação dos licitantes se deu através dos seguintes veículos e respectivas datas, além da inserção do edital na íntegra no "portal de transparência" do Município, e seu extrato no "mural de licitações" do TCE-PR:

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná-DIOEMS	23/05/2022
Diário Oficial do Estado do Paraná	20/05/2022

- a. Foi, ainda, inserido o edital e seus anexos na íntegra no "portal de transparência" do Município em seu site, com disposição a partir da data de publicação acima, cujo certame eletrônico foi aperfeiçoado através do sistema licitações-e do Banco do Brasil.
3. A data de abertura foi estabelecida em prazos necessários com respeito os mínimos previstos em Lei, a qual foi designada para: 31/05/2022.
4. Quanto a interposição de impugnação/recursos/pedidos de esclarecimento por parte eventuais interessados em relação ao instrumento convocatório: até a presente data não houve manifestação.
5. No dia, hora e local designados para a sessão pública apurou-se a existência de dois proponentes, conforme consignado em ata: LC Tendas Eireli e Visual Industria e Comércio de Lonas Eireli.
6. Decorrida a etapa de lances a proponente Visual Industria e Comércio de Lonas Eireli apresentou o menor valor da ordem de R\$ 29.669,85, sagrando-se vencedor do certame.
7. Tendo sido apreciadas as propostas de valores, passou-se imediatamente para a fase de habilitação que restou superada com a habilitação do(s) vencedor(es) sem ressalvas.
8. Ultrapassada a fase de habilitação dos proponentes a Sra pregoeira adjudicou os objetos em favor do(s) licitante(s) em: 01/06/2022.
9. Deixa-se de analisar os demais documentos apresentados pela(s) empresa(s) participante(s) bem como os conteúdos e detalhamentos de proposta(s), tendo em vista ser esta obrigação do(a) Pregoeiro(a), conforme art. 4º, inciso XII e seguintes da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 43, inciso I e seguintes, da Lei nº 8.666/1993.
10. Não restam, até o momento, manifestações ou razões recursais de qualquer ordem para serem analisadas.
11. Diante do exposto, após serem as laudas dos Autos numeradas e rubricadas, remeta-se o presente processo licitatório à Chefe do Executivo Municipal, a quem caberá a decisão sobre a sua homologação, consultado o controle interno e sua assessoria jurídica, se assim entender oportuno.

Coronel Domingos Soares/PR, 02 de junho de 2022.


Rogério Everaldo Schmidt
Procurador - OAB-PR 59902
Portaria 159/2015



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

192

ADJUDICAÇÃO

Pregão 32/2022

1. Ficam adjudicados os objetos da licitação conforme abaixo listado, no respectivo valor do lote/item, conforme descrito em ata do dia 31/05/2022, para o(s) proponente(s) abaixo:

- Aquisição de Tendas Pantográficas para agricultura familiar do município

Vencedor(es):

VISUAL TENDAS

Lot e	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidad e	Quantidad e	Preço	Preço total
1	1	Aquisição de Tendas Pantográficas 2x2, com estrutura em aço galvanizado chapa 16. Cobertura em lona PVCTD 1000 anti mofo. Com balcão frontal e lateral em aço. Saias para fechamentos laterais e um fechamento de fundo.	VISUAL	PIRAMIDAL/NACIONAL 2022	UN	9,00	3.296,65	29.669,85
TOTAL								29.669,85

2. Pelo presente ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, seguindo o presente processo, em transito direto, à Chefe do Executivo Municipal para apreciação e conseqüente homologação, se esta assim entender conveniente.

Centro Administrativo Adão Reis, em 14/06/2022.


RAFAELA SCHEREINER

094.850.889-22
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

ADJUDICAÇÃO

Pregão 32/2022

1. Ficam adjudicados os objetos da licitação conforme abaixo listado, no respectivo valor do lote/item, conforme descrito em ata do dia 31/05/2022, para o(s) proponente(s) abaixo:

- Aquisição de Tendas Pantográficas para agricultura familiar do município

Vencedor(es):

VISUAL TENDAS									
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unid.	Quant.	Preço	Preço total	
1	1	Aquisição de Tendas Pantográficas 2x2, com estrutura em aço galvanizado chapa 18. Cobertura em lona PVDF 1000 anti-mata. Com laticão frontal e lateral em aço. Sabe para fechamentos laterais e um fechamento de fundo.	VISUAL	PIRAMIDAL NACIONAL 2022	UH	9.00	3.298,85	29.689,65	
TOTAL								29.689,65	

2. Pelo presente ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, seguindo o presente processo, em trânsito direto, à Chefe do Executivo Municipal para apreciação e consequente homologação, se esta assim entender conveniente, Centro Administrativo Adão Reis, em 14/06/2022.

RAFAELA SCHEREINER - 094.850.889-22 - Pregoeiro

00001034



HOMOLOGAÇÃO

Pregão 32/2022

1. Ficam homologados os atos do sra. Pregoeira pertinente ao processo de licitação supra numerado, que tem por objeto, conforme demais características editalícias o seguinte:

- Aquisição de Tendas Pantográficas para agricultura familiar do município.

2. Pelo presente ficam intimados os interessados na licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, decorrendo a partir de agora os demais prazos editalícios para finalização do certame.

Centro Administrativo Adão Reis, em quatorze dias de junho de 2022.

JANDIR BANDIERA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

HOMOLOGAÇÃO

Pregão 32/2022

1. Ficam homologados os atos do sra. Pregoeira pertinente ao processo de licitação supra numerado, que tem por objeto, conforme demais características editalícias o seguinte:

- Aquisição de Tendas Pantográficas para agricultura familiar do município.

2. Pelo presente ficam intimados os interessados na licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, decorrendo a partir de agora os demais prazos editalícios para finalização do certame.

Centro Administrativo Adão Reis, em quatorze dias de junho de 2022.

JANDIR BANDIERA - Prefeito

026/2022.005



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

196

CONTRATO Nº. 77/2022

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2022

Acordam e ajustam ao firmar o presente CONTRATO, nos termos e fundamentos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Pregão 32/2022 -Eletrônico, pelos termos da proposta da CONTRATADA datada de 31/05/2022 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Prefeito Jandir Bandeira, de CPF nº 383803310-87 em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliada nesta cidade.

CONTRATADA: VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede a AVENIDA PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, 3810 - CEP: 74375400 - BAIRRO: PARQUE OSTE INDUSTRIAL, Goiânia/GO, inscrita no CNPJ sob nº05.626.958/0001-06 neste ato devidamente representada por MARCELO GONÇALVES PEREIRA de CPF 798.824.711-53.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a: Aquisição de Tendas Pantográficas para agricultura familiar do município,

ITENS								
Lote	Item	Código do produto	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	5922	Aquisição de Tendas Pantográficas 2x2, com estrutura em aço galvanizado chapa 16. Cobertura em lona PVCTD 1000 anti mofo. Com balcão frontal e lateral em aço. Saias para fechamentos laterais e um fechamento de fundo.	VISUAL	UN	9,00	3.296,65	29.669,85
TOTAL								29.669,85

que a CONTRATADA se declara em condições de entrega-lo com estrita observância do indicado nas especificações e na documentação levada a efeito pelo edital de Pregão Eletrônico nº. 32/2022, devidamente homologado pelo CONTRATANTE em data de 14/06/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela aquisição total do BEM relacionado na Cláusula Primeira a importância de R\$ 29.669,85 (Vinte e Nove Mil, Seiscentos e Sessenta e Nove Reais e Oitenta e Cinco Centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado até trinta dias após emissão de notas fiscais e após a efetiva execução/entrega do objeto, desde que respeitados os prazos administrativos mediante:



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

197

3.1.1 As notas fiscais deverão ser encaminhadas a municipalidade até as 16 horas do dia em que forem emitidas, podendo ser feito, de forma provisória, através do e-mail e também no compraspmcds@gmail.com e posteriormente, de forma definitiva, encaminhando a original. Nenhum pagamento será efetuado antes que o documento fiscal original esteja devidamente arquivado junto ao setor contábil desta municipalidade. Apresentação de nota fiscal com discriminação resumida do objeto idêntica a descrita em edital e contrato, número da licitação, lote e outros que julgar conveniente, desde que não apresente rasura e/ou entrelinhas, sob pena de devolução do documento e por consequência o não pagamento, com o devido aceite de servidor municipal encarregado para tal.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A contratada deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quaisquer erro ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

O pagamento decorrente da aquisição prevista no presente contrato correrá por conta dos recursos orçamentários abaixo especificados:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
6000	10.004.20.608.0011.2071	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
6002	10.004.20.608.0011.2071	1049	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
6060	10.005.20.606.0011.2073	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO BEM

A entrega do BEM licitado ocorrerá no prazo de até **10 Dias**, após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, podendo ser solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.

PARAGRAFO PRIMEIRO: O BEM deverá ser entregue na Av Araucária, sn, centro, no município de Cel. Domingos Soares– PR.

PARAGRAFO SEGUNDO: A contratada se obriga entregar o BEM em conformidade com a marca, preço e quantidade especificada em sua proposta, sendo que, as despesas pertinentes à entrega (frete, seguro e etc.) correrão às suas expensas.

PARAGRAFO TERCEIRO: O BEM terá que estar acompanhado da Nota Fiscal de Venda, para conferência e encaminhamento da mesma ao Setor de Compras, para processamento do empenho respectivo.

PARAGRAFO QUARTO: A licitante vencedora obriga-se a fornecer o(s) bem(ns) a que se refere este Pregão em conformidade com as especificações descritas em sua Proposta de Preços, sendo que, o mesmo terá que ser novo e em perfeita condições de funcionamento, responsabilizando-se a licitante pela sua substituição, caso o mesmo não esteja em conformidade com a proposta.

PARAGRAFO QUINTO: Será recusado o produto considerado imprestável ou defeituoso, ou que não esteja adequado ao uso a que se destina, devendo a licitante contratada substituí-lo imediatamente, sem ônus ao Licitador.

PARAGRAFO SEXTO: O objeto deverá ser fornecido, sem ônus adicional para o contratante.

PARAGRAFO SÉTIMO: No ato de entrega, o objeto deverá estar acompanhado da Nota Fiscal/Fatura em 03 (três) vias, em conformidade com a requisição de fornecimento. A Nota fiscal deverá ser emitida da seguinte forma:

- Deverá ser obrigatoriamente na forma eletrônica, obedecendo à legislação pertinente;
- Deverá constar na Nota Fiscal Eletrônica o número do contrato e nº do Pregão Eletrônico;
- Deverá conter discriminação detalhada do bem a ser fornecido, permitindo a sua perfeita identificação.

PARAGRAFO OITAVO: Efetuada a entrega, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei 8.666/93.

PARAGRAFO NONO: O recebimento provisório ou definitivo do objeto da entrega não exclui a responsabilidade civil a ela relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.



PARAGRAFO DÉCIMO: Em caso de devolução do objeto por estar em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa contratada.

PARAGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: No valor contratual estão computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre material e a venda a ser realizada, bem como custo de transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do objeto da presente contrato é de 12 meses de 15/06/2022 à 14/06/2023, e execução 12 meses contados a partir do dia 15/06/2022 e termino no dia 14/06/2023, podendo o mesmo ser dilatado ou diminuído, conforme conveniência das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

No ato de entrega do objeto contratual, a contratada terá que apresentar o certificado de garantia do mesmo, o qual terá que ser de no mínimo 01 (um) ano para bens tidos como permanentes e de 3(três) meses para bens tidos como de consumo, salvo quando a descrição do item dispuser em edital de forma diferente.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A garantia ofertada deverá suportar as alterações, substituições ou reparos de todo e qualquer mecanismo que apresente anomalia, vícios ou defeito de fabricação, como falhas ou imperfeições em suas características de operação e de funcionamento.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DOS BENS

O BEM ora licitado será recebido e inspecionado pela direção do departamento municipal requisitante, na pessoa do responsável, diretor do departamento, o qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto licitado.

PARAGRAFO ÚNICO: Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas no Termo de Referência, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo para o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

O preço pelo qual for contratado o objeto do presente contrato não será reajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO GESTOR DO CONTRATO

Fica designado para atuar como gestor do contrato, após a assinatura deste, o Fiscal Técnico Luiz Antonio Mezzomo e o Fiscal Geral Glenio Jose Maito, aos quais acompanharão todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para



a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA- DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros na execução deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidos na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o BEM dentro dos padrões de qualidade exigidos;
- b) Obedecer o prazo de entrega estipulado; e,
- c) Suportar as despesas provenientes de frete, seguro e outras que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste instrumento;
- b) Fornecer todos os dados e especificações necessárias a completa e correta execução do objeto;
- c) Comunicar a CONTRATADA, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, o licitante que cometer as infrações estabelecidas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atraso injustificado, execução parcial ou inexecução do contrato, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes cominações administrativas, cumulativamente ou não, com as penalidades previstas no edital:

- a) Advertência;
- b) Multa de:
 - b.1) 1% (um por cento) ao dia sobre o valor adjudicado, no caso de atraso ou execução parcial, limitado a trinta dias.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

200

b.1.1) Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nas letras "b.2" e "c".

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA o que caracteriza a inexecução da obrigação assumida.

c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Uma vez configurado o inadimplemento contratual, a multa de que trata o item anterior será deduzida do pagamento devido pela Prefeitura ao adjudicatário, independente de comunicação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Após a conclusão do processo administrativo, garantida ampla defesa, serão devolvidos os valores retidos na forma do item anterior corrigidos pelo índice de poupança, caso o julgamento seja favorável ao licitante.

PARÁGRAFO QUARTO: Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº. 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não procedidos da competente prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei nº. 10.520/02 e, subsidiariamente, pela Lei nº. 8.666/93, pelos Princípios de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos aplicando-se os preceitos legais referidos no "caput" desta Cláusula, na doutrina e jurisprudência aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses:


a) Infringência de qualquer obrigação aqui ajustada, conforme estabelece o artigo 77 da Lei nº. 8.666/93; ou,

b) Pela materialização de qualquer das causas mencionadas no art. 78 do mesmo diploma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca da Comarca de Palmas/PR, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato. E, por estarem certos e ajustados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta os efeitos legais.


Cel. Domingos Soares-PR, em 15/06/2022


DENISE BRASIL DE MELLO
07176604940


JANDIR BANDIERA
38380331087

JANDIR BANDIERA
PREFEITO MUNICIPAL


FERNANDA ROBERTA DA ROSA
08842709980


MARCELO GONÇALVES PEREIRA
79882471153

Assinado de forma digital por
VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE
LONAS LTDA 89556858000106
Data: 2022.06.15 17:15:42-03'00"

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES**EXTRATO DO CONTRATO Nº 77/2022 – Data 15/06/2022**

Ref. Pregão 32/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, CONTRATANTE, representado neste ato pelo prefeito Jandir Bandiera, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado em Cel. Domingos Soares/PR a Avenida Araucária, 2913, apto 101 de CPF nº. 383.803.310 – 87 e RG nº 15.546.648 – 0 (SSP/PR). CONTRATADO(A): VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS LTDA, Sediada na AVENIDA PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, 3810–CEP: 74375400–BAIRRO: PARQUE OESTE INDUSTRIAL, Goiânia/GO, inscrita no CNPJ sob nº 05.626.955/0001-06

OBJETO(S): Aquisição de Tendas Pantográficas para agricultura familiar do município

VALOR CONTRATUAL: R\$ 29.669,85 (vinte e Nove Mil, Seiscentos e Sessenta e Nove Reais e Oitenta e Cinco Centavos), respeitados os valores individuais.

FORMA DE PAGAMENTO: Até 30 dias após emissão de nota fiscal.

Prazo de execução/entrega: 12 meses - Prazo de vigência: 12 meses

FORO: Comarca de Palmas-PR. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES				
Código da despesa	Função/programa	Fente de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
6000	10.004.20.906.0011.2071	0	4.4.90.52.00.00	De Exercício
6002	10.004.20.906.0011.2071	1049	4.4.90.52.00.00	De Exercício
6090	10.005.20.906.0011.2073	0	4.4.90.52.00.00	De Exercício

C/20201902